

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**Políticas Públicas,
Gênero, Sexualidade
e Práticas Discursivas**

Volume 55 – número 1 – 2024

e-ISSN 2318-4620

Universidade Federal do Ceará — UFC
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Revista de Ciências Sociais

Políticas Públicas, Gênero, Sexualidade e
Práticas Discursivas

ISSN, v. eletrônica 2318-4620.
Fortaleza, v. 55, n. 1, jan. 2024, p. 1–367.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License. Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- b Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre).

Ficha Catalográfica

Revista de Ciências Sociais — periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC

n. 1 (1970) – Fortaleza, UFC,

Quadrimestral

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

Políticas Públicas; Gênero; Sexualidade; Práticas Discursivas.

I — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades



Revista de Ciências Sociais

Volume 55, número 1, 2024

Publicação do Departamento de Ciências Sociais
e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
do Centro de Humanidades da Universidade
Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

Conselho Editorial

André Luiz Coelho Farias de Souza, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil
Bela Feldman-Bianco, Universidade de Campinas, Brasil
Carlos Gilberto Zárate Botía, Universidad Nacional de Colombia (sede Amazonia), Colômbia
Céli Regina Jardim Pinto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
César Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Fernanda Antonia da Fonseca Sobral, Universidade de Brasília
Fernando Mayorga, Centro de Estudios Superiores Universitarios (CESU)/Universidad Mayor de San Simón (UMSS), Bolívia
Fidel Irving Pérez Flores, IREL/UnB, Brasil
Florencia Agunín Antía, Instituto de Ciencia Política/Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de la República, Uruguai
François Laplantine, Universidade de Lyon 2, França
Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Jawdat Abu-El-Haj, Universidade Federal do Ceará, Brasil
José Machado Pais, ICS, Universidade de Lisboa,, Portugal
Lucio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Luiz Felipe Baeta Neves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Helena Villas Boas Concone, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
Maria Virgínia Quiroga, Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina
Martin Mendoza-Botelho, Eastern Connecticut State University, Estados Unidos
Moacir Palmeira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Ruben George Oliven, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ralph Della Cava, ILAS, Columbia University, Estados Unidos da América do Norte
Ronald H. Chilcote, Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América do Norte
Véronique Nahoum-Grappe, Centre National de la Recherche Scientifique, França
Yanina Welp, University of Zurich/Zentrum für Demokratie Aarau (ZDA), Suíça
Yuri Kasahara, Norwegian Institute for Urban and Regional Research/Oslo Metropolitan University, Noruega

Comissão Editorial

Alexandre Jeronimo Correia Lima, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Antonio George Lopes Paulino, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Clayton Mendonça Cunha Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irapuan Peixoto Lima Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Assistentes de Edição

Adelino Ferreira Lima Junior, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Bruno Araújo Campos, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Ryan Andre Marrocos Dos Santos, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Organização do dossiê

Thiago Luiz Sartori, Bruno Gomes Pereira

Revisão

Adelino Ferreira Lima Junior, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irapuan Peixoto Lima Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Ryan Andre Marrocos dos Santos, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Diagramação

Moisés Moreira Reis, UNINTER, Brasil

Contato

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)
60.020-181
Fortaleza, Ceará/BRASIL
Telefone: +55 (85) 3366.7416
Correio eletrônico: rcs@ufc.br
Site: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso>

Sumário

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 55, n. 1, 2024

// MINI-DOSSIÊ: Políticas Públicas, Gênero, Sexualidade e Práticas Discursivas

- 12 Apresentação do dossiê: Políticas Públicas, Gênero,
Sexualidade e Práticas Discursivas no Contexto Formativo
da Educação em Direitos Humanos
Thiago Luiz Sartori e Bruno Gomes Pereira
- 17 Educação em direitos humanos: (im)possibilidades dos
estudos em gênero a partir do currículo de Pernambuco
Jorge Edielson Costa e Jullyane Chagas Barboza Brasilino

// ARTIGOS

- 47 Fernando Henrique Cardoso e a marginalização das
interpretações críticas, revolucionárias e nacionalistas
sobre o Brasil
*Marcos Abraão Fernandes Ribeiro e Carlos Eduardo Santos
Pinho*

- 88 Dominação na Amazônia brasileira: uma leitura a partir de
Pierre Bourdieu
Maria José Teisserenc e Pierre Teisserenc
- 126 Subsídios literários cruzados: entre compra federal
brasileira e apoio estatal português
Marcello Giovanni Pocai Stella
- 166 Fronteiras de gênero em Guiné-Bissau: por uma
Antropologia endógena e ativa
Peti Mama Gomes e Carla Susana Alem Abrantes
- 198 Impactos sociais da Covid-19 para a população negra: Uma
perspectiva de análise a partir da implementação do
Auxílio Emergencial
André Sena

// RESENHAS

- 240 Resenha de “The Role of External Support in Nonviolent
Campaigns”, de Erica Chenoweth e Maria Stephan
Thiago Perez Bernardes de Moraes
- 248 Resenha de “Entre obturadores e arquivos:
desconstruindo o Imperialismo”
Danielle Santos de Freitas

Contents

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 54, n. 2, 2023

// ARTICLES

- 47 Fernando Henrique Cardoso and the marginalization of critical, revolutionary and nationalist interpretations of Brazil
Marcos Abraão Fernandes Ribeiro and Carlos Eduardo Santos Pinho
- 87 Domination in the Brazilian Amazon: a reading based on Pierre Bourdieu
Maria José Teisserenc e Pierre Teisserenc
- 126 Cross literary subsidies: between Brazilian federal purchase and Portuguese state support
Marcello Giovanni Pocai Stella
- 166 Fronteiras de gênero em Guiné-Bissau: por uma Antropologia endógena e ativa
Peti Mama Gomes e Carla Susana Alem Abrantes
- 198 Covid-19's social impacts for the black population: An analysis perspective from the implementation of the Emergency Aid
André Sena

// BOOK REVIEWS

- 47 Bookreview of "The Role of External Support in Nonviolent Campaigns", by Erica Chenoweth e Maria Stephan
Thiago Perez Bernardes de Moraes
- 87 Bookreview of "Entre obturadores e arquivos: desconstruindo o Imperialismo", by Ariella Aïsha Azoulay
Danielle Santos de Freitas


// **Mini-Dossiê**

Políticas Públicas, Gênero,
Sexualidade e Práticas Discursivas

Políticas Públicas, Gênero, Sexualidade e Práticas Discursivas no Contexto Formativo da Educação em Direitos Humanos


Thiago Luiz Sartori

Universidade de São Paulo, Brasil

 <http://orcid.org/0000-0002-8295-0661>
thiagosartori@usp.br

Bruno Gomes Pereira

Universidade Federal Fluminense, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4214-0621>
aoribeiro@id.uff.br

Introdução

Falar sobre gênero, sexualidade e formação de professores é, atualmente, algo necessário. Quando pensamos em políticas públicas de acesso e permanência de pessoas transexuais e travestis no campo do ensino superior brasileiro, devemos levar em consideração outros aspectos que operam na esfera *macro* desta discussão. Entre eles, é possível mencionar a preparação dos docentes junto a este processo, além da readequação de todo o entorno do sistema de ensino com vistas a uma postura de igualdade e alteridade, assim como recomendam os Direitos Humanos.

Dessa forma, é necessário problematizarmos estas questões, para que, a partir disso, seja possível pensar em

estratégias de minimização de conflitos homo/transfóbicos que têm crescido constantemente em instituições de ensino superior no país. Com isso, advogamos por um meio acadêmico que ofereça condições de diálogo e reflexão acerca das questões de gênero, o que nos convida a pensar sobre as transformações sociais mais emergentes no século vigente.

O conjunto de 02 (dois) artigos, que constituem este mini-dossiê, opera na interface entre as discussões sobre gênero e os Direitos Humanos, considerando a educação como pano de fundo das considerações analíticas. Em outras palavras, tais produções versam sobre as políticas sociais sobre gênero considerando-as espaço promissor para discussões acerca da educação a partir dos Direitos Humanos. Assim, consideram questões de ética, sexualidade, diversidade e práticas discursivas no contexto da educação formal no Brasil.

O artigo intitulado *Educação em Direitos Humanos: (Im)possibilidades dos Estudos em Gênero a partir do Currículo de Pernambuco*, de Jorge Edielson Costa e Jullyane Chagas Barboza Brasilino, tem como objetivo apresentar um mapeamento das principais políticas públicas sobre gênero e sexualidades no contexto curricular do Novo Ensino Médio no Estado de Pernambuco. A partir de uma pesquisa documental, os autores reforçam a importância de uma educação planejada a partir das orientações dos Direitos Humanos, pois isso pode oferecer condições de promoção da igualdade de gênero no âmbito da educação formal, combatendo, assim, discriminações estruturais da atual organização social.

Já o artigo intitulado *O Sofrimento Ético-Político Enfrentado por Mulheres Transexuais e Travestis na Sociedade*, de Vinícius Amarante Nascimento, tem como objetivo discutir acerca do preconceito, da discriminação e do sofrimento ético-político contra mulheres transexuais e travestis em domínios sociais plurais. Isso, por sua vez, nos convida a pensar a educação

formal como espaço costurado por conflitos de intolerância homo/transfóbica motivado, muitas vezes, em situações relacionais que não estão, necessariamente, condicionadas ao espaço escolar e/ou universitário. Dessa maneira, a referida produção reforça a necessidade de repensar as políticas públicas e as ações afirmativas que discorrem sobre questões de gênero, uma vez que há muitas fragilidades que devem ser repensadas.

Em tempo, agradecemos a todos que, de alguma maneira, colaboraram com este dossiê. Acreditamos que a temática aqui discutida deve ser ainda mais enfatizada no meio acadêmico, para que seja possível combater a cultura do ódio, da desigualdade e do preconceito. Uma boa leitura!

Resumo:

Apresentação do mini-dossiê *Políticas Públicas, Gênero, Sexualidade e Práticas Discursivas*.

Palavras-chave:

políticas públicas; gênero; sexualidade; práticas discursivas.

Abstract:

Presentation of the dossier *Public policies for the reconstruction of Brazil: social inclusion and human rights*.

Keywords:

public policies, social inclusion, human rights.

Recebido para publicação em 13/06/2023

Aceito em 13/06/2023



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Educação em Direitos Humanos: (Im)possibilidades dos Estudos em Gênero a partir do Currículo de Pernambuco

Jorge Edielson Costa

Universidade de Pernambuco

Jullyane Chagas Barboza Brasilino,

Universidade de Pernambuco

Introdução

A educação popular promovida pelos movimentos sociais por volta de 1960, sinalizou uma sistematização da educação em Direitos Humanos, porém, foi com a Constituição de 1988, que essa iniciativa de fato tomou corpo. Depois disso, mais precisamente, em 1996 criou-se o I Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH (BRASIL, 1996) que tinha várias propostas à luz da educação, entre elas:

Criar e fortalecer programas de educação para o respeito aos direitos humanos nas escolas de primeiro, segundo e terceiro grau, através do sistema de “temas transversais” nas disciplinas curriculares, atualmente adotado pelo Ministério da Educação e do Desporto, e através da criação de uma disciplina sobre direitos humanos (BRASIL, 1996, P.35).

A partir daí, foram criados mais dois planos nacionais na busca de aprimorar cada vez mais as discussões acerca dos Direitos Humanos. No ano de 2003, foi criado o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, com o intuito de formular um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH. No terceiro PNEDH (2009) é ressaltada a importância de se discutir gênero e diversidade sexual nas escolas, temática que este estudo busca se debruçar.

Este trabalho busca questionar como é pensada a formação dos discentes em Direitos Humanos a partir de uma análise do Currículo do estado de Pernambuco para o Novo Ensino Médio (PERNAMBUCO, 2021). Entendendo que o currículo é uma prática discursiva que possibilita (ou não) a formação dos discentes do ensino médio das escolas públicas estaduais do agreste meridional em Direitos Humanos, com ênfase na discussão sobre gênero e sexualidades.

Visto isso, destacamos que a “superação das desigualdades entre os gêneros nos processos educativos, bem como a superação das violências e discriminações motivadas por gênero e orientação sexual na escola, encontram respaldo na educação em direitos humanos” (SANTOS, LAGE, 2017, p. 74).

O objetivo do estudo é mapear no Currículo de Pernambuco as discussões sobre gênero na formação da educação em Direitos Humanos - DH. Com o intuito de alcançar os objetivos aqui propostos, traçamos um caminho teórico-metodológico que será tecido a seguir. À princípio, destacaremos a importância do papel social da escola. Em seguida, discorreremos sobre o Currículo de Pernambuco, e o porquê acontece sua reformulação para o Novo Ensino Médio. Por fim, trataremos do lugar que os Direitos Humanos, mais especificamente, os estudos de gênero ocupam no Currículo de Pernambuco.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a pesquisa em documentos de domínio público, que consistiu em um levantamento bibliográfico e uma análise documental, de acordo com os estudos de Peter Spink (2013). Assim, aqui situamos o Currículo de Pernambuco como um documento de domínio público, que por sua vez expressa de maneira livre uma interpretação, podendo ser mencionado e, a partir dele, podem-se construir reflexões acerca da discussão sobre essa temática (SPINK, 2014).

Os Documentos de Domínio Público enfatizam a importância “no sentido elástico de registro, de algo que tem uma presença física; que fala sobre algo e é também algo” (SPINK et. al, 2014, p. 208). Dessa forma, as diretrizes curriculares de Pernambucano, que é objeto do nosso estudo, são disparadores para o aprimoramento efetivo da escola estadual de ensino, buscando assim, o desenvolvimento da instituição em si, mas com o foco no agir dos educandos em sociedade de maneira dinâmica e consciente (BRASILINO; COSTA, 2022).

Além disso, “os documentos são produtos de eventos que estão articulados com ideias, argumentos e geram sentidos, a partir do lugar onde essas pessoas estão e de onde vieram, dessa maneira, para a constituição desses documentos, há recortes de tempo e lugar” (BRASILINO; COSTA, 2022, p.63). Logo, por serem de domínio público os tornam objetos de discussões sociopolíticas, permite gerar e ter opiniões a seu respeito.

Para a construção do Currículo há documentos que orientam essa composição, entre eles tem-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2018), a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH (2009), a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017) que se trata de um documento norteador para a construção de Currículos estaduais com o intuito de padronizar unidades curriculares para todas escolas brasileiras e uma parte diversificada, respeitando as especificidades de cada contexto regional/local. Por fim, a Lei nº 13.415/2017 que trata de alterações no Ensino

Médio, visando sua expansão tanto de carga horária quanto de unidades curriculares.

Assim, as diretrizes curriculares de uma escola são entendidas como um conjunto de atividades que tem como objetivo o pleno desenvolvimento e o melhor desempenho da instituição, seja seu capital intelectual e/ou físico (SAVIANI, 2016). Segundo Brasilino e Costa (2022), “o existir da escola de forma efetiva e seu primordial papel parte da construção dos currículos e estes dão suporte para o crescimento dos educandos para agirem de maneira proativa e reflexiva na vida em sociedade” (BRASILINO; COSTA, 2022, p. 60).

Dessa maneira, se torna necessário olhar para as relações sociais e quais conhecimentos estão e podem ser articulados com a construção dessas diretrizes. Para Saviani (2016), o saber sistematizado da escola precisa estar em diálogo com os saberes da sociedade, acompanhando as discussões e pautas contemporâneas, pois para ele “a educação é inerente à sociedade” (SAVIANI, 2016, p.59).

O Currículo de Pernambuco é um produto que resulta da soma de diversas discussões desde maio de 2019, passando por escutas *online* de professores em 2020, com o advento da pandemia. A intenção foi garantir a construção de um documento que possa abarcar a multiplicidade de todos da comunidade escolar e que potencialize a emancipação dos alunos de maneira ética, científica e cidadã (PERNAMBUCO, 2021).

Ademais, este documento buscou integrar temas transversais das mais diversas esferas sociais, dando ênfase à abordagem interdisciplinar. Dentre eles, tem-se pontos que são de interesse desta pesquisa:

Educação em Direitos Humanos-EDH (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) [...] As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012)[...] A Relação de Gênero (Parecer CNE/ CEB nº 07/2010, Resolução CNE/CEB nº 02/2012, Lei nº 11.340/2006. Lei Maria da Penha, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, Instrução Normativa da SEE nº

007/ 2017 e Portaria MEC nº 33/2018)
(PERNAMBUCO, 2021, p. 28;32).

Tendo em vista, que nosso olhar aqui é a formação em Direitos Humanos, principalmente, nos estudos de gênero o documento analisado baseia-se nas pesquisas de Scott (1990) que compreende tal categoria como um conjunto que “ajuda a pensar a maneira como as ações e posturas dos homens e das mulheres são determinados pela cultura em que estão inseridos” (PERNAMBUCO, 2021). Assim, por ser considerado um processo construído socialmente, as relações de gênero atravessam a produção de saberes científicos ou não, posicionando assim, a identificação do que é feminino e masculino e como essa relação pode acentuar as desigualdades de gênero.

Entende-se que essa discussão no Currículo contribuem para uma perspectiva da igualdade de gênero (expressão que surge no texto entre aspas) enfatiza a necessidade de um contexto escolar que tenha a inclusão e combate às discriminações. É apontado também que tais discussões são asseguradas por legislações específicas, na construção de estratégias para enfrentar as variadas maneiras de violência, confirmando o espaço escolar como lugar para a promoção do respeito à diversidade.

Buscando a efetivação dos estudos da relação de gênero no Currículo torna-se imperiosa: “a implementação de ações com a perspectiva de eliminar atitudes ou comportamentos preconceituosos ou discriminatórios relacionados à ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer orientação sexual, identidade ou expressão de gênero” (PERNAMBUCO, 2021, p. 32). Isto posto, o contexto escolar impacta diretamente nas questões sociais e pode ser um ambiente propício para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

O lugar social da escola

A educação escolar teve como base por muitos anos o conteúdo e o saber-poder do professor. Atualmente, muito tem sido discutido acerca da aprendizagem e papel social que a

escola ocupa. Desse modo, com a inserção dos planos nacionais da educação em Direitos Humanos tem contribuído para discussões no âmbito social na escola.

Para Dermeval Saviani, um consagrado educador, foi imprescindível discutir a importância da escola para a formação social dos indivíduos. Segundo suas ideias, o ambiente escolar deve ser entendido como uma instituição social que busca transmitir conteúdos que foram somados pela humanidade ao longo dos anos. Este é relevante para o saber sistematizado, desenvolvimento intelectual e a cultura social (SAVIANI, 2016).

Ainda sobre isso, para que esta função seja alcançada se faz necessária a democratização do acesso ao conhecimento. Para isso, a escola deve ser um espaço que promova a igualdade de oportunidades, oferecendo uma educação de qualidade, que seja capaz de atender às necessidades e potencialidades dos alunos (SAVIANI, 2016). O autor também ressalta a importância do contexto escolar para a formação cidadã e ética de todos, pois é possível a construção de valores, respeito, solidariedade e participação social, preparando o educando para agir na sociedade contemporânea.

Dessa forma, os documentos que regem a escola, como é o caso do currículo no qual estamos analisando nesta pesquisa, acabam sendo resultados dos tensionamentos da sociedade a qual estamos inseridos “e as necessidades postas por essa nova forma de organização da sociedade conduziram a uma nova forma de estruturação de currículo, isto é, dos conteúdos de ensino. Assim, são as necessidades sociais que determinam o conteúdo[...]” (SAVIANI, 2016, p. 62).

Daí surge a relevância de reformulação das diretrizes curriculares, uma vez que este deve seguir a evolução da comunidade a qual está imersa. Segundo Brasilino e Costa (2022), “o trabalho pedagógico é quem transforma esses agentes sociais em agentes educativos, daí nasce a necessidade da constante discussão e reformulação dos currículos formativos” (BRASILINO; COSTA, 2022, p.61).

Por conseguinte, o Currículo de Pernambuco foi publicado em 2021 tendo como orientador a Base Nacional Comum Curricular (2017) que busca ter uma parte básica comum de conteúdos e outra parte diversificada, respeitando assim, as particularidades de cada região/localidade onde está

sendo ensinado, tem na sua composição geral a formação em Direitos Humanos como uma das suas molas propulsoras, mais detalhadamente abordada no próximo subtópico.

A formação em direitos humanos

O processo formativo em Direitos Humanos na Educação brasileira tem se desenvolvido ao longo do tempo, acompanhando as transformações sociais e políticas do país. Seus primeiros indícios se deram com a promulgação da Constituinte de 1946, que garantia direitos baseados nos Direitos Humanos. Na década seguinte, o movimento da educação popular de Paulo Freire trouxe à tona a promoção desses direitos no contexto educacional.

Já na década de 1960 com o regime militar, houve uma supressão de Direitos Humanos, que limitou a discussão desses perante sociedade. Mais tarde, com o processo de redemocratização, mais precisamente em 1985, começa a retomada dessas discussões na sociedade brasileira que se consolida em 1988 com a Constituição, também conhecida como a “Constituição Cidadã”, possibilitando assim, a promoção dos Direitos Humanos nas mais diversas esferas políticas e sociais.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, adotada pela UNESCO em 1990, reconheceu a importância da Educação em Direitos Humanos como parte integrante de uma educação de qualidade. Nesse contexto, a Educação em Direitos Humanos começou a ser incorporada aos currículos escolares, com enfoque na formação de valores, atitudes e práticas de respeito aos direitos fundamentais. Mas foi em 20 de dezembro de 1996, que foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de conteúdos relacionados aos Direitos Humanos nos currículos escolares, visando a formação de cidadãos conscientes e críticos.

Com a virada do século, mais precisamente, no ano de 2003 aconteceu a aprovação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que incluiu a Educação em Direitos Humanos como uma de suas diretrizes. Já em 2017, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabeleceu a

Educação em Direitos Humanos como um dos princípios transversais que devem permear todo o currículo escolar.

Assim, se faz importante compreender esse contexto histórico dos Direitos Humanos no Brasil, para entender sua evolução na educação, pois para a sua efetiva prática deve estar embasada em princípios como dignidade humana, igualdade, liberdade, justiça, solidariedade e respeito à diversidade. Esses fundamentos devem permear toda a prática educativa, desde a formulação de políticas até a sala de aula (DE LIMA KOHL; ARDENGHI, 2018).

Esses mesmos autores enfatizam que a educação em direitos humanos deve ser construída por meio de ações práticas e concretas. Isso envolve a incorporação de temáticas relacionadas aos direitos humanos nos currículos escolares, a adoção de métodos participativos e dialogados, o estímulo à reflexão sobre casos reais de violações e a promoção de atividades extracurriculares que possibilitem a conscientização e a participação social (DE LIMA KOHL; ARDENGHI, 2018).

Em suma, ressaltamos aqui a necessidade de uma educação em Direitos Humanos que vá além da transmissão de conhecimentos teóricos. Isso requer uma abordagem pedagógica que valorize a participação, o diálogo, a ética e a justiça social. A educação é um poderoso instrumento na concretização dos Direitos Humanos, tanto no aspecto individual, ao formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, quanto no aspecto coletivo, ao contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária.

Currículo de Pernambuco: O (não) lugar da formação em direitos humanos, mais especificamente, os estudos de gênero.

Pensando nessa importante construção da Educação em Direitos Humanos, propomos aqui fazer um recorte dentro desse segmento - pensar criticamente os estudos sobre gênero a partir do Currículo de Pernambuco. Uma vez que essa discussão é permeada por diversos estereótipos e tem sido

utilizada de maneira distorcida, podendo deslegitimar a inclusão dessa temática na educação.

No estudo "Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan 'ideologia de gênero'", Marlucy Alves Paraíso (2018), argumenta a necessidade de desconstruir os estereótipos de gênero presentes na sociedade, que perpetuam desigualdades e discriminações. Ela enfatiza a importância de uma educação que valorize a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais, promovendo a igualdade e o respeito mútuo.

A autora, nesse mesmo texto ressalta que a construção do currículo não deve ser apenas uma reprodução de conteúdos, porém, pode ser um espaço para discussões de temáticas que promovam a inclusão das questões de gênero e sexualidade, sendo estas fundamentais para superar os estereótipos de gênero e promover a igualdade e o respeito à diversidade sexual no âmbito educacional (PARAÍSO, 2018).

Assim, os estudos de gênero nas diretrizes curriculares não podem ser uma questão ideológica, mas sim, uma necessidade de abordar temáticas que afetam diretamente a vida e saúde do alunado, e a escola como um todo. Dessa forma, se faz imperiosa uma reflexão crítica considerando diferentes perspectivas teóricas e experiências sociais na abordagem de gênero e sexualidade no currículo (PARAÍSO, 2018). Torna-se relevante o envolvimento da comunidade escolar, incluindo estudantes, famílias e profissionais da educação, para construir um ambiente inclusivo e respeitoso.

No Currículo de Pernambuco (2021) a temática de gênero é abordada como um tema transversal - que atravessa a vida dos estudantes de maneira integral, afetando-os "a vida humana em escala local, regional e global, trazendo temáticas que devem integrar o cotidiano da escola" (PERNAMBUCO, 2021, p. 27). Dessa forma, a temática de gênero entra nesse documento como sugestão, trazendo à tona, nosso questionamento primordial: Como tem sido pensada a formação dos discentes do ensino médio das escolas públicas estaduais do agreste meridional em Direitos Humanos, com ênfase na discussão sobre gênero e sexualidade?

Segundo o Currículo:

Alguns desses temas estão diretamente relacionados às legislações específicas, enquanto outros são **sugeridos** em diretrizes curriculares, ou mesmo, demandados pela própria comunidade educativa. O que os une é o fato de se relacionarem a diferentes componentes curriculares, garantindo uma abordagem interdisciplinar, transversal e integradora (PERNAMBUCO, 2021, **grifo nosso**, p. 27).

Não obstante, se os estudos de gênero são mencionados por vários autores como uma temática de destaque para promovermos a igualdade e o respeito à diversidade no contexto escolar. Por que este é um assunto sugerido no Currículo e não um tema em evidência?

Outro fator de importante análise é o fato das temáticas de gênero estarem presentes somente nas unidades curriculares optativas dentro desse mesmo documento, potencializando assim, um apagamento frente às outras unidades curriculares. Será que existe uma preocupação efetiva em abordar as relações de gênero nas escolas estaduais de Pernambuco?

Algumas considerações analíticas

Buscando a transversalidade e interdisciplinaridade, o currículo na sua parte introdutória já busca discutir de maneira integral vários temas transversais e contemporâneos, dentre eles a categoria gênero surge. A fim de destacar a categoria gênero no Currículo após uma leitura minuciosa, montamos o quadro 1, apresentando esse mapeamento com vistas a identificar/mapear no currículo de PE as discussões sobre gênero na formação da educação em DH, de modo a possibilitar a visualização e posterior análise da menção à categoria gênero ao longo do currículo.

ORGANIZADOR CURRICULAR	TRILHAS	UNIDADE CURRICULAR	UNIDADE TEMÁTICA	MENÇÃO À CATEGORIA GÊNERO
Educação Física	-	-	Fundamentos das Ginásticas (de condicionamento físico e de conscientização corporal); Danças (de salão, de massa(mídia) e urbanas); Lutas (do mundo); e Esporte (de combate, de precisão, de rede/quadra dividida ou parede de rebote, de campo e taco) e suas representações sociais, influências mercadológicas e midiáticas (impressa, televisiva, radiofônica	Discutir, a partir das Práticas Corporais, questões de relevância social (estética, rendimento/supertreino, gênero , sexualidades, oportunidade de acesso, entre outras) e suas consequências para a saúde individual e coletiva frente aos diferentes contextos (p.165)

			e digital) e relações com as violências (física, verbal e psicológica), doping, corrupção, supertreino e preconceitos (étnico-raciais, socioeconômico, religião, de gênero , de identidade de gênero e de orientação sexual, contra a pessoa com deficiência, entre outros) (p.165)	
Biologia	-	-	-	Diversidade cultural, étnica, social e sexual. Aplicação das novas tecnologias em tratamentos biológicos, mapeamento genético, célula tronco. Darwinismo

				social, eugenia e abortos seletivos. Discussões sobre as vacinas. Discussões de identidade de gênero e orientação sexual. Ética (p.221)
Sociologia	-	-	Compreende r as consequênci as provocadas pelo patriarcalis mo, dentre elas a desigualdad e entre gêneros e os fenômenos violentos naturalizado s nas relações de poder, de forma a desnaturaliz ar as violências e as estruturas sociais da desigualdad e (p.280).	Diversidade cultural, étnica, social e sexual. Aplicação das novas tecnologias em tratamentos biológicos, mapeamento genético, célula tronco. Darwinismo social, eugenia e abortos seletivos. Discussões sobre as vacinas. Discussões de identidade de gênero e orientação sexual. Ética (p.280).
Linguagen s	Identidade s e	Corpo e Diversid	Expressivida de E	Seleção e sistematização de

	Expressividades	ade	Criatividade	estudos sobre o corpo, corporeidade, estética, imagem corporal, culto ao corpo, preconceitos e estereótipos; Reflexão sobre as individualidades e questões étnico-raciais, de gênero e sexualidades; Abordagem de questões relacionadas a desempenho, habilidades físicas e composição corporal; Problemática acerca dos padrões de beleza e desempenho/ performance estabelecidos socialmente e pela mídia; Mobilização e curadoria de conhecimentos relacionados à saúde, autoconhecimento e autocuidado; Apresentação da conclusão de pesquisas, fazendo uso das diferentes mídias. Produção, desenvolvimento e vivência de projetos individuais ou
--	-----------------	-----	--------------	---

				coletivos que reconheçam as individualidades e a diversidade como forma de cuidado com a saúde.
Humanas	Direitos Humanos e Participação Social	Direito, gênero e igualdad e	Universalismo E Multiculturalismo	Concepção de gênero , os movimentos feministas, compreensão das categorias identidade de gênero , relação entre gênero , classe social, raça, etnia, desigualdade de gênero e direito, no âmbito nacional e internacional. O processo de superação do machismo/patriarcado e suas relações contemporâneas.
OPTATIVAS	Política, Participação E Cidadania	OPTATIVAS: Direito, gênero e igualdad e	OPTATIVAS	Concepção de gênero , os movimentos feministas, compreensão das categorias identidade de gênero , relação entre gênero , classe social, raça, etnia, desigualdade de gênero e direito, no âmbito nacional e internacional. O

				processo de superação do machismo/patriarcad o e suas relações contemporâneas.
Linguagen s	Diversidad e Cultural e Territórios	Corpo e Diversid ade	Culturas E Identidades	Seleção e sistematização de estudos sobre o corpo, corporeidade, estética, imagem corporal, culto ao corpo, preconceitos e estereótipos. Reflexão sobre as individualidades e questões étnico-raciais, de gênero e sexualidades. Abordagem de questões relacionadas a desempenho, habilidades físicas e composição corporal. Problematização acerca dos padrões de beleza e desempenho/ performance estabelecidos socialmente e pela mídia. Mobilização e curadoria de conhecimentos relacionados à saúde, autoconhecimento e autocuidado.

				Apresentação da conclusão de pesquisas, fazendo uso das diferentes mídias. Produção, desenvolvimento e vivência de projetos individuais ou coletivos que reconheçam as individualidades e a diversidade como forma de cuidado com a saúde.
Matemática	Matematização, Design e Criatividade	Corpo e Diversidade	Matematização & Expressividade	Seleção e sistematização de estudos sobre o corpo, corporeidade, estética, imagem corporal, culto ao corpo, preconceitos e estereótipos; Reflexão sobre as individualidades e questões étnico-raciais, de gênero e sexualidades; Abordagem de questões relacionadas a desempenho, habilidades físicas e composição corporal; Problemática acerca dos padrões de beleza e desempenho/

				<p>performance estabelecidos socialmente e pela mídia. Mobilização e curadoria de conhecimentos relacionados à saúde, autoconhecimento e autocuidado. Apresentação da conclusão de pesquisas, fazendo uso das diferentes mídias. Produção, desenvolvimento e vivência de projetos individuais ou coletivos que reconheçam as individualidades e a diversidade como forma de cuidado com a saúde.</p>
Linguagens	Identidades e Expressividades	Culturas Africanas e Culturas dos Povos Indígenas	Culturas e Identidades	<p>Identificação e problematização das relações culturais étnico-raciais, grupos de idade e gerações, gêneros, organização social, parentesco e a família. Reflexão sobre as produções e práticas culturais, literárias, linguísticas, corporais, artísticas e religiosas. Estudos envolvendo as produções culturais</p>

				de matriz africana e dos povos indígenas. Compreensão do conceito de interculturalidade. Planejamento, execução e avaliação de projetos de intervenção social, artístico, cultural ou ambiental de modo a (re)conhecer e valorizar as identidades e diversidade cultural desses povos .
OPTATIVAS	Identidades Expressivas	OPTATIVAS: Práticas Corporais e Identidades	OPTATIVAS	Estudos dos aspectos socioculturais que caracterizam as práticas corporais em diferentes culturas, grupamentos sociais/ esportivos/ culturais (vocabulários, vestimentas, rituais, costumes, danças, músicas etc.). Reconhecimento dos contextos de uso e produção das práticas corporais e artísticas. Problemática sobre os estereótipos, as discriminações, os preconceitos e barreiras culturais presentes nas

				<p>práticas corporais e artísticas. Proposição de ações individuais e/ou coletivas (intervensões sociais e artísticas, projetos, eventos) que valorizem a inclusão, a equidade e o convívio harmônico entre pessoas de diferentes gerações, classes sociais, etnias, raças, religiões, gêneros, sexualidades, tradições, pessoas com deficiência, entre outras, para promoção da democracia e respeito à diversidade.</p>
--	--	--	--	--

OPTATIVAS	Diversidad e Cultural E Territórios	OPTATIVAS: Antropologia das emoções	<p>Discussões sobre o conceito de emoção. Realização de leituras de textos, tertúlias dialógicas com abordagem contemporânea sobre família, pessoa, identidade, gênero, emoções e suas questões específicas, considerando teorias antropológicas, políticas; analisar casos/tutoriais reais ou ficcionais, buscando compreender a importância das emoções nos contextos sociais, experienciais, familiares, religiosos, culturais, econômicos, políticos. Discussão de vídeos e outros meios que ajudem a apreensão do significado experiencial das emoções, suas implicações na constituição das relações de poder, estranhando/desnaturalizando a ideia de que o processo biológico determina a</p>
-----------	-------------------------------------	-------------------------------------	--

				emoção.
--	--	--	--	---------

Essa análise possibilitou a identificação de alguns elementos relevantes, que ressaltamos a seguir: 1) Nas menções da categoria “gênero” aparece na sua maioria das vezes nas unidades curriculares optativas; 2) Acontece uma repetição em outras trilhas de aprendizagens, como Antropologia das Emoções e Direito, gênero e igualdade; 3) O termo “gênero” surge às vezes no singular, e outras vezes no plural, elucidando um equívoco sobre a temática e; 4) “Gênero” aparece com frequência junto do termo “sexualidade” remetendo-os como equivalentes de significados, situação esta que pode gerar um embaraço nos sentidos que são construídos sobre esses conceitos.

Nesse sentido, identificamos que a categoria gênero não possui um lugar de destaque ou mesmo uma possibilidade de definição da forma como está posicionada no currículo, assim, depende sempre dos docentes que ministrarão as disciplinas a escolha pelos componentes curriculares que contemplem tal temática, muitas vezes optativa, bem como ficando a seu critério a ênfase ou não nessa discussão. Tal situação demonstra certa fragilidade nessa pauta que deveria ser mais bem trabalhada a fim de garantir as diretrizes preconizadas pelas políticas públicas de Direitos Humanos, com vistas a uma formação nesse sentido.

Considerações finais

Ao analisar o Currículo de Pernambuco em relação à formação de Direitos Humanos, com foco nos estudos de gênero, algumas reflexões se destacam. A discussão sobre gênero é fundamental para promover a igualdade, o respeito à diversidade e combater estereótipos que perpetuam desigualdades e discriminações.

Embora esse documento mencione a temática gênero como um tema transversal, sua abordagem apresenta-se como sugerida e não é evidenciada de forma destacada. A presença de estudos de gêneros nas unidades curriculares optativas pode gerar um apagamento em relação às outras disciplinas, levantando questionamento sobre a efetiva preocupação em abordar as relações de gênero nas escolas estaduais de Pernambuco

No entanto, há uma confusão em relação ao termo “gênero”, às vezes é utilizada no singular e outras no plural, o que pode gerar equívocos e falta de clareza sobre a temática. Além do mais, a frequente associação entre gênero e sexualidade no currículo pode contribuir para uma compreensão inadequada e limitada desses conceitos, prejudicando a construção de significados mais amplos e abrangentes.

Portanto, a partir do objetivo desta pesquisa que foi identificar/mapear as discussões sobre gênero na formação da Educação em Direitos Humanos. Fica evidente a presença da

temática no documento analisado, porém, pelo termo “gênero” ser identificado de maneira mais ativa nas unidades curriculares ditas como optativas, deixa a cargo de cada instituição inserir a discussão ou não, na sua carga horária. Dessa forma, como ratifica Santos e Lage (2017), se faz necessário progredirmos mais sobre o assunto, uma vez que esse tema sendo sugerido pelo currículo não quer dizer que será contemplado pelas instituições escolares. Logo, enfatizamos a importância que mais pesquisas sejam produzidas a fim de gerar mais discussões acerca da temática e que os direitos humanos possam ser assegurados.

Diante dessas análises, é necessário promover uma reflexão crítica que considere diferentes expectativas teóricas e experiências sociais na abordagem de gênero e sexualidade no currículo. O envolvimento da comunidade escolar, incluindo estudantes, famílias e profissionais de educação, é fundamental para criar um ambiente inclusivo e respeitoso. Para que a formação em Direitos Humanos com ênfase na discussão de gênero, seja efetiva, é importante que o currículo não apenas mencione a temática, mas a integre de maneira transversal interdisciplinar, assegurando uma abordagem ampla e significativa para os estudantes.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_10518_versaofinal_site.pdf> Acesso em 10 jun. 2023.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>> Acesso em 10 jun. 2023.

BRASIL. Política Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH - 3, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/dcreto/d7037.htm> Acesso em 03 jun. 2023.

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/programa-nacional-de-direitos-humanos-1996.pdf>> Acesso em 03 jun. 2023.

BRASILINO, Jullyane Chagas Barboza; COSTA, Jorge Edilson. **Gênero e Educação: Um recorte a partir do componente curricular direitos humanos no Currículo de Pernambuco do Novo Ensino Médio.** A diversidade dos Direitos Humanos no contexto Educacional, cap. 5, 2022.

DE LIMA KOHL, Alex Anderson; ARDENGHI, Luciana Borella Camara. O Papel Da Educação Como Instrumento De Concretização Dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/10721>> **Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia**, p. 15-15, 2018.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan "ideologia de gênero". Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades. Belo Horizonte: Mazza, p. 23-52, 2018.

PERNAMBUCO. Currículo de Pernambuco. Recife: SEDUC-PE, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/RCSE-EPE.pdf>> Acesso em 03 jun. 2023.

SANTOS, Émerson Silva; LAGE, Allene Carvalho. Gênero e diversidade sexual na educação básica: um olhar sobre o componente curricular Direitos Humanos e Cidadania da rede de ensino de Pernambuco. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8640780>> Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 10, n. 22, p. 2, 2017.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575/18710>> **Movimento-revista de educação**, n. 4, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica in Educação e Realidade. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257862/000037108.pdf?sequence=1>> **Porto Alegre**, 1990.

SPINK, Peter et al. Documentos de domínio público e a produção de informações. Disponível em: <https://www.academia.edu/36704679/A_produ%C3%A7%C3%A3o_de_informa%C3%A7%C3%A3o_na_pesquisa_social_compartilhando_ferramentas> **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**, p. 207-228, 2014.

Resumo:

O texto aborda a promoção da educação em Direitos Humanos - DH, no Brasil. Destaca-se a criação do Programa Nacional de DH em 1996, que propôs a inclusão da educação em DH nas escolas. Em 2003, o estabelecimento do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos resultou na formulação de um Plano Nacional de Educação nessa área. Analisamos o currículo do estado de Pernambuco para o Novo Ensino Médio, com o objetivo de mapear as discussões sobre gênero e sexualidades nesse contexto. A pesquisa em documentos públicos como metodologia, o currículo de Pernambuco é considerado um documento de domínio público. Ressaltamos o papel social da escola na formação dos indivíduos e a importância do currículo como reflexo das necessidades sociais. Assim, enfatiza a relevância da educação em DH para promover a igualdade de gênero e combater as discriminações.

Palavras-chave:

Gênero; Educação; Direitos Humanos; Currículo

Abstract:

The text addresses the promotion of education in Human Rights - DH, in Brazil. The creation of the National HD Program in 1996 stands out, which proposed the inclusion of HD education in schools. In 2003, the establishment of the National Committee on Education in Human Rights resulted in the formulation of a National Education Plan in this area. We analyzed the curriculum of the state of Pernambuco for the New High School, with the objective of mapping the discussions about gender and sexualities in this context. The research in public documents as a methodology, the curriculum of Pernambuco is considered a public domain document. We emphasize the social role of the school in the formation of individuals and the importance of the curriculum as a reflection of social needs. Thus, it emphasizes the relevance of education in human rights to promote gender equality and combat discrimination.

Keywords:

Gender; Education; Human rights; Curriculum.



Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.




// Artigos

Fernando Henrique Cardoso e a marginalização das interpretações críticas, revolucionárias e nacionalistas sobre o Brasil

Marcos Abraão Fernandes Ribeiro


Instituto Federal Fluminense, *Campus*

Campos Centro, Brasil

 <http://orcid.org/0000-0002-6185-2448>
olamarcos@yahoo.com.br

Carlos Eduardo Santos Pinho

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-0657-8906>
cpinho19@unisinos.br

Introdução

Fernando Henrique Cardoso possui importância central para a Sociologia brasileira, tanto pelo trabalho desenvolvido como primeiro-assistente de Florestan Fernandes, na Cadeira de Sociologia I da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo, entre os anos de 1954 e 1964, quanto pela publicação de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, em 1969, junto com o sociólogo chileno Enzo Faletto (CARDOSO; FALETTTO, 1984). Como destaca Leoni (1997), o livro torna-se um *best-seller* a partir de sua publicação.

Se as pesquisas desenvolvidas por Cardoso foram basilares

para produzir uma nova interpretação sobre as relações raciais em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (RIBEIRO, 2016), bem como para questionar o marxismo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as teses hegemônicas sobre a burguesia nacional (CARDOSO, 1964), o trabalho realizado com Faletto foi fundamental para que ele obtivesse reconhecimento internacional. Suas teses sobre o par *dependência e desenvolvimento*, sobretudo o *desenvolvimento dependente-associado* como caminho possível para o Brasil, e o regime civil-militar instaurado em 1964, tiveram recepção muito positiva quando comparadas, por exemplo, às teses de Andre Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos¹ e do seu ex-orientador Florestan Fernandes.

Em caminho diverso das interpretações que apontam os elementos estritamente positivos das teses de Cardoso sobre a dependência-associada e o regime burocrático autoritário, defendemos, neste artigo, que as interpretações sobre o capitalismo dependente e o regime civil-militar, produzidas por Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1970, tiveram papel decisivo, juntamente com as interpretações de Raymundo Faoro (2008) e Simon Schwartzman (1988)², para difundir, acadêmica e politicamente, uma concepção conservadora que demarca, unicamente no Estado, o lócus de todos os nossos dilemas sociopolíticos mais importantes. Conjuntamente, suas teses e as críticas à esquerda radical foram cruciais para marginalizar as interpretações críticas, revolucionárias e nacionalistas sobre o Brasil.

¹ Como leituras positivas das teses de Cardoso, citamos os trabalhos de Lidia Goldenstein (1994), José Carlos Reis (2008), Milton Lauherta (1999) e Kátia Baptista (2010).

² Ribeiro (2010) sustenta que o pensamento político de Fernando Henrique Cardoso possui afinidades eletivas com as principais interpretações liberais do país de Faoro e Schwartzman.

Nildo Ouriques (2014) analisa as consequências políticas da produção do *Centro Brasileiro de Análise e Planejamento* (CEBRAP) ao defender que ela foi responsável por instituir uma ideologia liberal que se materializou no *Partido da Social-Democracia Brasileira* (PSDB) e no *Partido dos Trabalhadores* (PT) e que silenciou o pensamento crítico, como aquele representado pela teoria marxista da dependência. O autor enfoca, de maneira detida, as ações de Cardoso e José Serra, para silenciar e estigmatizar o pensamento marxista revolucionário de Ruy Mauro Marini. Após as críticas feitas de sua obra pelos intelectuais supracitados, foi lida permanentemente de forma estigmatizada:

O programa de pesquisa orientado pela meta de superação do atraso e do autoritarismo organizou os programas universitários em ciências humanas, subalternizando ou, no limite, eliminando qualquer possibilidade de um projeto nacional-revolucionário (OURIQUES, 2014, p.26).

A autoridade científica (BOURDIEU, 2008) conquistada pelas interpretações do CEBRAP e de Cardoso, em particular, possivelmente o principal sociólogo brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970 (GONÇALVES, 2018, p.10), foi fundamental para marginalizar as interpretações produzidas pela esquerda radical, sobretudo àquela em torno da dependência. Nesse sentido, seguindo o argumento de Ouriques (2014), apresentaremos as interpretações de Cardoso sobre o pensamento crítico, revolucionário e nacionalista que, como argumentamos, são fundamentais para marginalizá-lo, bem como evidenciaremos como a produção intelectual *cardosiana* transmuta-se em projeto político.

A interpretação de Cardoso tem, no conceito de patrimonialismo, a semântica fundamental a sintetizar no Estado a principal chaga nacional. A tese do patrimonialismo

foi reforçada nos anos 1990 pelo triunfalismo do neoliberalismo e pela crise fiscal do Estado, tornando-se projeto político levado a cabo pelo PSDB (RIBEIRO, 2020). Nesse sentido, Ribeiro afirma:

Portanto, o grande dilema no Brasil não estava nas lutas de classe ou na imposição do imperialismo, como defendem as interpretações marxistas, mas no patrimonialismo que havia se reproduzido de forma secular na realidade brasileira (RIBEIRO, 2020, p. 70).

Para alcançarmos nossos objetivos, dividimos o artigo em quatro partes, somadas a esta introdução. Na primeira, apresentamos o papel do intelectual nos anos 1970 e a sua vinculação direta com a política. Na segunda, expomos as teses do CEBRAP para sustentar o argumento sobre a hegemonia intelectual de Cardoso. Na terceira, expomos as críticas de Cardoso aos dependentistas e sua interpretação sobre o regime burocrático-autoritário. Na quarta, apresentamos as teses do sociólogo sobre a esquerda e suas vertentes interpretativas críticas, revolucionárias e nacionalistas e algumas continuidades entre sua produção intelectual e sua prática política. Nas considerações finais, defendemos a necessidade da retomada sistemática das leituras marginalizadas pela crítica de Cardoso, pois elas têm como objetivo interpretar o país a partir da massa de expropriados, no campo e nas cidades, e possuem, como dimensão normativa, a formulação de um projeto emancipatório nacional e popular. Uma vez no governo, apresentamos como FHC executou, na prática, a teoria do desenvolvimento dependente associado, levando a efeito um pacote de políticas neoliberais. Além disso, mostramos brevemente as principais características e a singularidade dos governos desenvolvimentistas (2003-2016).

Dentro das limitações impostas pelo regime de acumulação financeirizado, tais governos buscaram dar materialidade um projeto nacional, democrático e popular. Todavia, foram defenestrados e atacados pelo recrudescimento da autocracia burguesa, que reforça os laços de dependência do país no cenário internacional, ataca o regime político democrático e destrói direitos sociais constitucionalizados.

Os intelectuais na década de 1970 no Brasil

Para sustentar a centralidade das teses de Cardoso, consideramos necessária a passagem pela análise feita por Daniel Pécault (1990) sobre a função que o intelectual exerceu no Brasil a partir dos anos 1970, pois ela contém elementos importantes para avaliarmos a relação que essa camada travou com a política. Conjuntamente, auxilia-nos a sustentar como as teses do sociólogo foram incorporadas pela esfera pública que lutava contra o regime militar e, sobretudo, pelo sistema político.

Pécault (1990) tem como objetivo analisar a relação dos intelectuais com a política no Brasil, entre os anos 1930 e 1980. Ele afirma que, durante esse período, os intelectuais assumiram os seguintes papéis: pensadores do social nos 1930; ideólogos do desenvolvimento nos 1960 e atores políticos sobre a ditadura nos anos 1970. Este último papel apenas foi possível sobre a ditadura civil-militar porque, mesmo com a promulgação do *Ato Institucional n.º 5*, em 1968, o regime acabou não impedindo o desenvolvimento das ciências sociais e do mercado de bens culturais, como pode ser visualizado por meio do aumento decuplicado de professores universitários, da expansão das ciências sociais e da multiplicação dos cursos de doutorado (PÉCAULT, 1990, p. 264-5).

Durante os anos 1970, sobretudo a partir de 1974, por meio de sua articulação com a sociedade civil, os intelectuais foram um importante ator político, cuja ação crucial era a derrubada do regime civil-militar. Para tanto, São Paulo e, especificamente, o CEBRAP tiveram papel crucial, pois o Centro, sob a liderança de Cardoso, propôs uma teorização estruturada pela conjuntura, sugerindo saídas dentro das condições possíveis: “É testando o conceito diante das ambiguidades do momento e definindo o possível com base no que pode ser reconhecido a cada instante pelas massas que Cardoso chega a provocar ‘a organização política’ do meio intelectual” (PÉCAULT, 1990, p. 299). Pécault (1990) argumenta que a democracia se torna uma questão central, substituindo as concepções das décadas anteriores sobre a nação e o desenvolvimento.

Os intelectuais tinham vasto público para suas teses em instituições, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), as publicações nos periódicos *Opinião*, *Argumento* e *Movimento* e a relação direta com a oposição político-partidária ao regime civil-militar. Essas ações foram decisivas, como temos sustentado, não apenas para organizar um senso comum em torno da reativação da sociedade civil, da participação, da redemocratização e da oposição entre Estado (autoritário) e sociedade (democrática), mas também foram cruciais para marginalizar e silenciar o pensamento da esquerda radical, que propunha uma análise crítica e negadora e uma consequente saída revolucionária como encaminhamento necessário para vencer o regime.

Como exemplo da marginalização, Florestan Fernandes é caracterizado como militante solitário (SOARES, 1997), devido ao isolamento que suas teses tiveram frente ao senso comum intelectual naquele momento. Da mesma forma, as interpretações revolucionárias sobre a dependência, e que

tiveram relação direta com a luta armada na *Organização Revolucionária Marxista Política Operária* (POLOP), como as de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, foram permanentemente marginalizadas. Se observarmos que o campo científico tem como encaminhamento necessário a luta pela imposição da visão de mundo legítima (BOURDIEU, 2008), o argumento fica bastante plausível. As ações intelectuais tiveram importância decisiva no combate à ditadura, que merecem ser demarcadas. Contudo, a versão vencedora acabou sendo superestimada, pois foi responsável por perpetuar uma leitura sobre o Brasil e um projeto político que deixou de lado uma vinculação forte com as massas destituídas e impossibilitou a constituição de um programa nacionalista e popular de conteúdo profundamente transformador, que passou a ser identificado como *anacronismo*.

O CEBRAP e a hegemonia das teses de Cardoso

Para a compreensão sobre a importância de Cardoso, aludida acima, é basilar a exposição dos temas de pesquisa feitos pelo CEBRAP e a relação que eles tiveram com a interpretação precedente sobre o país. Nesse sentido, Baptista (2010) advoga que o Centro constituiu uma nova interpretação do Brasil, uma vez que se distanciou das leituras produzidas pelo *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB), pelo varguismo, pelo PCB, pela luta armada e pelo leninismo. O Centro teria postura mais moderna por ter constituído uma interpretação política e conjuntural mais próxima da realidade brasileira. Dessa forma, teria superado as leituras sobre a nação, que dominaram as teses em torno do

nacional-desenvolvimentismo. As interpretações produzidas pelo Centro tinham como elemento político a defesa da modernização dentro do capitalismo (BAPTISTA, 2010). Lahuerta (1999) advoga que a produção intelectual do CEBRAP foi responsável pela renovação das ciências sociais em termos de sua agenda temática e teórico-metodológica. A naturalização de uma nova agenda deveu-se, e muito, ao prestígio de Cardoso (LAHUERTA, 1999).

Para os estudos sobre sociedade civil, o Estado passa a ser caracterizado como o grande vilão. Assim, as saídas em torno da reativação da sociedade civil tinham como objetivo limitar o poder do Estado e o seu alcance (BAPTISTA, 2010, p. 228). De acordo com Lahuerta (1999), o pensamento do CEBRAP era pautado pela contraposição ao Estado, caracterizado como burocrático e autoritário, além da valorização da democracia e do fortalecimento da sociedade civil. Na verdade, essa é a posição hegemônica dentro do Centro muito bem expressa pelo pensamento de Cardoso, pois interpretações como a de Octávio Ianni (1981), que analisa o regime civil-militar como uma ditadura burguesa, ficaram obscurecidas³. Em sentido contrário a Cardoso, por exemplo, Ianni enfatiza o papel exercido pela burguesia e pelo imperialismo como elementos dominantes no regime instaurado em 1964.

De acordo com Lahuerta (1999) Cardoso foi um intelectual que liderava intelectuais: “Ele é o grande catalisador, o ponto de equilíbrio, o grande inspirador dessas pesquisas” (LEONI,

³ De acordo com Ianni (1981, p.1): “Uma coisa é a ditadura militar, que é mais visível nessa época; outra é a ditadura da grande burguesia, do grande capital, que determina as principais características do Estado ditatorial. Nem sempre as classes dominantes exercem diretamente o seu governo. Não precisam; não é conveniente. Trata-se, pois, de compreender toda essa história a partir da perspectiva das classes subordinadas, principalmente operários e camponeses”.

1997, p.160). Ainda seguindo Lahuerta (1999), Cardoso se diferenciaria de Florestan, que foi um intelectual que formou intelectuais. A partir dos capitais acumulados nas décadas anteriores, Cardoso ganhou posição de protagonismo no campo das Ciências Sociais nos anos 1970, o que permitiu que ele redefinisse as regras desse campo com a proposição de uma nova interpretação do Brasil que recusava o nacional-desenvolvimentismo e via no Estado o nosso maior problema.

Este protagonismo de Cardoso pode ser visualizado através do papel de orientador dos trabalhos acadêmicos produzidos pelo Centro (LEONI, 1997). As teses de Cardoso tiveram grande impacto no debate intelectual (BAPTISTA, 2010). O fio condutor dessas ideias era a busca de modernização e democratização dentro do sistema capitalista, ou seja, era propagação de uma perspectiva reformista que pudesse institucionalizar a democracia liberal. Como síntese dessa linha de pesquisa, foi publicado o livro *Autoritarismo e Democratização* (CARDOSO, 1975). O sociólogo colocou-se contra as interpretações da esquerda revolucionária, pois defendia uma saída reformista e moderada para vencer o regime por meio da institucionalização da democracia. Nesse sentido, Cardoso esteve na contramão da esquerda (LEONI, 1997).

Apesar de ter no marxismo um pilar de grande importância em termos teórico-metodológicos (RIBEIRO, 2020), Cardoso instituiu uma interpretação que definiu o autoritarismo como burocrático, que opôs o Estado à sociedade civil, que diluiu o conflito entre as classes, além de propor uma saída reformista e moderada que tinha como fio condutor trazer de volta a democracia, sem possuir uma crítica efetiva ao capitalismo dependente, nem ao imperialismo, ou seja, sua proposição de democracia estava desvinculada de uma discussão sobre as

questões econômicas (GOERTZEL, 2002).

Cardoso desenvolvia importante papel de luta contra o regime no CEBRAP, nas publicações de *Argumento*, *Opinião*, *Movimento* e das reuniões que eram feitas na *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC). Sua atuação foi fundamental para que tivesse visibilidade pública (LEONI, 1997). De acordo com Leoni (1997), as pesquisas no CEBRAP e a colaboração nas publicações acima citadas foram decisivas para a transformação do intelectual em político porque teria se tornado: “Um ideólogo engajado no discurso de oposição da época, inteiramente voltado para a questão da volta à democracia” (LEONI, 1997, p.172).

Retomando o argumento, a importância dos intelectuais torna-se tão forte que o CEBRAP vira o responsável pela atualização do programa político do *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), em 1974, articulando suas propostas em torno da democratização ao programa do partido, que tinha como objetivo vencer o regime civil-militar. A produção intelectual *cardosiana* instrumentaliza o projeto político de oposição que se tornava, a cada dia, mais efetivo devido aos sinais claros de esgotamento do milagre brasileiro. Pécault (1990) afirma que os intelectuais tornam-se atores políticos na medida em que o campo intelectual transmuta-se em campo político.

Também é verdade que por intermédio desse partido, correntes extremamente diversas são levadas a coexistir: defensores de uma democracia socializante, liberais, comunistas, certas vanguardas revolucionárias e, por outro lado, políticos profissionais, classes populares, intelectuais, empresários cansados do dirigismo autoritário, representantes da Igreja e delegados dos movimentos populares. Prevalece assim, por força das circunstâncias, uma prática incessante de

“conciliação”. E, sobretudo, as estratégias diversificadas, e o tema da cidadania política adquire potencialmente o reconhecimento de sua importância (PÉCAULT, 1990, p.302).

Por conta da existência do inimigo comum, a heterogeneidade intelectual existente acabou ficando encoberta em São Paulo, e singularizou-se pela transformação do intelectual em ator político (PÉCAULT, 1990). Essa ação acabou fazendo com que vários intelectuais se transmutassem para a vida político-partidária, como foi o caso do próprio Cardoso, a partir de 1983, quando assumiu a vaga de Franco Montoro no Senado⁴.

O protagonismo das ideias do CEBRAP e de Cardoso, em especial, foram cruciais para o projeto político que foi produzido pelo MDB e depois pelo PSDB, além de ter sido fator decisivo para a marginalização do pensamento crítico e de um projeto nacional e popular.

Cardoso e o regime burocrático-autoritário

O trabalho de Cardoso sobre a dependência tem como fio condutor questionar as interpretações sobre o desenvolvimento contidas na CEPAL e em autores que levaram a cabo interpretações por meio de uma perspectiva marxista radical. Para a perspectiva da dependência-associada, o golpe de 1964 fez com que o nacionalismo perdesse sua razão de ser por conta da nova situação estrutural de dependência (CAMPANTE, 2019, p.151):

Na avaliação de Fernando Henrique Cardoso, feita

⁴ Sobre a candidatura de Cardoso ao Senado, ver Leoni (1997) e Ribeiro (2015).

em 1971, expressava-se a posição do Cebrap, endossada em uma leitura da condição “dependente e associada” do Brasil. Para ele, o país era dotado de uma “burguesia internacionalizada” que abria espaços para o crescimento de uma burguesia com horizonte e atuação nacionais, acomodando as classes médias e integrando alguns segmentos populares. A condição geral da sociedade seria de estabilidade e de crescimento econômico; portanto, segundo Fernando Henrique, então propícia à abertura do regime de 1964 para uma “agenda democrática” nos anos 1970 (CHAVES; CATTAL, 2019, p. 211).

Assim, Cardoso propôs uma análise que enfoca as conexões entre o sistema econômico e a organização política interna, e as relações com os países centrais, isto é, uma análise integrada e dialeticamente constituída. Nesse sentido, o sociólogo vai questionar as teses em torno do estagnacionismo do regime civil-militar e das caracterizações sobre a dependência como *desenvolvimento do subdesenvolvimento* e *sub-imperialismo*, que eram utilizadas como elementos explicativos do quadro econômico. Segundo essas interpretações, o desenvolvimento na periferia seria inviável. Cardoso se opõe argumentando que a tendência à estagnação não era condição imutável, isto é, era conjuntural e não fator permanente na periferia (CARDOSO, 1975, p.30).

Cardoso também se opõe à tese da superexploração capitalista, baseada na exploração extensiva da mão de obra e na sub-remuneração do trabalho. O sociólogo não nega que continuava a exploração da mais-valia absoluta, mas afirma que seria muito simplista explicar o avanço do processo de acumulação como se não existissem formas mais complexas de exploração. Também se opôs à tese que defendia que o país estava imerso em uma encruzilhada entre o socialismo ou o fascismo. Esta seria uma relação falsa, pois o regime não estava

estruturado através formas fascistas de organização política.

Ao contrário das teses supracitadas, Cardoso defendia que o regime engendrou um desenvolvimento efetivo que trouxe dinamismo à economia e à sociedade. Este foi baseado na expansão simultânea e diferenciada dos setores privados, nacional e estrangeiro, e do setor público da economia. Como resultado houve a expansão do mercado interno e do emprego urbano-industrial, que demonstravam que havia mobilidade social mesmo com o caráter repressivo do regime (CARDOSO, 1975, p.59).

Através da estabilização das dissensões internas e da ação corporativa foi possível o controle do Estado modernizado e a implantação de um modelo com relativa estabilidade da dominação burocrática (CARDOSO, 1993, p.78). O caráter do novo regime não representou uma organização pautada pela rigidez burocrática, pois o Estado ganhou um caráter empresarial devido ao modo tecnocrático da administração (CARDOSO, 1993). O regime ganharia, neste momento, a formatação final, responsável por institucionalizar seu caráter burocrático-autoritário, por fomentar o desenvolvimento dependente e por atender aos grupos que lhe deram suporte:

O regime baseado neste modelo de dominação burocrático-militar não deixa de implementar, naturalmente, políticas que interessam à sua base social: com elas se beneficia a burguesia internacionalizada, o próprio grupo militar, as classes médias ascendentes, especialmente os seguimentos profissionais e tecnocráticos e, enquanto houver crescimento econômico, alguns setores das camadas populares, sempre e quando o governo sustente políticas distributivistas (CARDOSO, 1993, p.79).

Cardoso advoga que o regime burocrático-autoritário possuía caráter autocrático. Todavia, a responsabilidade sobre o regime não é legada à burguesia, mas sim à burocracia

responsável por controlar o Estado e o regime. Isto ocorria porque os tecnocratas teriam legitimado pelo sucesso econômico um papel político central, uma vez que seriam eles os responsáveis por decidir os rumos do Estado e das políticas implementadas em reuniões do alto escalão.

Assim, a autocracia presidencial possuía um caráter meramente formal (CARDOSO, 1975). Nesse sentido, um dos traços mais importantes é a caracterização do regime civil-militar como regime de empresas. O Estado passava, portanto, a ter uma presença marcante como burocracia e como empresa ao lado do grande capital internacional e nacional (CARDOSO, 1975). O pacto de dominação que controlava o Estado se dividia entre a presença da tecnocracia, isto é, executivos e *policy-makers* das empresas estatais que dominavam as empresas públicas e foram conceituados por Cardoso como *burguesia de Estado*, os militares caracterizados como um estamento militar e as burguesias internacional e nacional e os setores das novas classes médias (CARDOSO, 1975).

Sobre a *burguesia de Estado*, Cardoso reconhece o caráter contraditório do conceito, pois a burguesia era pautada classicamente pela propriedade privada dos meios de produção. Sua utilização, todavia, tinha um sentido instrumental para demonstrar que, apesar de a propriedade das empresas ser pública, o seu controle era feito de forma privada. A *burguesia de Estado* possui papel fundamental para explicar o regime burocrático-autoritário e os seus dilemas, pois são as empresas estatais que ganham protagonismo (CARDOSO, 1975). A explicação para a existência desse comportamento possuía raízes na formação colonial que foi responsável por fazer com que as classes dominantes se fundissem no aparelho estatal, de forma a poder apropriar-se privadamente dos recursos públicos.

Para Cardoso, portanto, a camada burocrática não cumpria o papel de comitê executivo dos interesses da burguesia, pois possuía uma lógica de atuação e interesses que eram próprios dentro do regime. Com isso, a burguesia buscava tirar vantagens e não tinha um controle efetivo do regime, pois estava *enfeudada* às corporações multinacionais e ao Estado. Mesmo não sendo protagonista do regime, a burguesia nacional possuía papel ativo na dominação política e no controle social das classes submetidas (CARDOSO, 1975, p.35). Esta ação se dava a partir do sistema de anéis burocráticos, forma pela qual o Estado era privatizado por relações e interesses pessoais.

O estamento militar legitimava o desenvolvimento dependente-associado através da repressão das massas que, por sua vez, demonstrava como seu caráter era elitista e não fascista. Este também tinha um custo alto, pois se baseou nos baixos salários, na distribuição desigual de renda e no endividamento externo (CARDOSO, 1975, p.83). Por conta do quadro acima referido, seria necessária uma ação em torno da integração das massas radicadas no campo e nas cidades, de maneira que a informação pudesse ser livremente propagada e que esses setores pudessem se organizar politicamente de forma a enfrentar e derrubar o regime controlado pela *burguesia de Estado*:

Para Fernando Henrique, a burguesia de Estado concentrava o poder econômico e o poder político do Estado do regime ditatorial e a proposta de democratização deveria restringir-se à oposição com relação a tal burguesia de Estado. Caminhando junto com essa proposta, acreditava-se que as classes no poder teriam uma capacidade autônoma de remodelar o Estado e a sociedade, seguindo um processo de democratização institucional baseado na descentralização do poder político e pela desconcentração do poder econômico do Estado

(JESUS, 2018, p.34).

Para tanto, era necessário a mobilização de setores importantes ligados à Igreja, universitários, juizes, advogados, jornalistas, sindicalistas, operários e a base agrária que representava 40% da população. Esta ação seria fundamental para enfrentar o sistema político enraizado no patrimonialismo instituído durante o sistema colonial (CARDOSO, 1975, p.235).

Era necessário que a sociedade de classes pudesse ser efetivamente constituída de maneira que o conflito construtivo, cujo papel era central nas sociedades europeia e norte-americana, pudesse ser institucionalizado como forma de pôr fim à condução elitista e patrimonialista da vida política brasileira, fazendo com que os interesses e demandas populares pudessem vir à tona. Éramos uma sociedade moderna, pois tínhamos um capitalismo vigoroso que proporcionou modificações importantes na estrutura socioeconômica do país. Todavia, era uma ordem moderna singular e precária, uma vez que não incorporamos o elemento civilizatório do capitalismo representado pelo conflito. Segundo Cardoso (1975) era necessário que a sociedade civil fosse sendo tecida até que pudesse contrabalançar o Estado e conseguisse se tornar uma parte efetiva da realidade política da nação. Assim a ação da sociedade civil se tornaria efetiva, plural deixando de lado o controle privatista do poder pelas cúpulas decisórias.

A marginalização do pensamento crítico, revolucionário e nacionalista

Segundo Cardoso, os intelectuais devem ficar na fronteira do possível, por meio da proposição de questões que venham

alargar as tendências existentes na sociedade civil, de forma a contribuir para institucionalizar o conflito. O intelectual teria como papel articular as várias demandas existentes na sociedade, tendo postura de sistematizador, por meio da abertura de canais de expressão. Desse modo, ele agiria como parceiro dos grupos, categorias e classes sociais e não como líder político (PRANDO, 2009, p.136). Assim, o intelectual não deveria articular proposições normativas sobre o comportamento da sociedade, pois antes de dizer o que o sindicato, por exemplo, teria de fazer, era necessário ouvi-lo. Caso contrário, reproduziria uma postura autoritária e consentânea com o conservadorismo da classe dominante. Desse modo, o intelectual deveria contribuir para que a democracia fosse incorporada como valor por meio do reconhecimento da diversidade do conflito de interesses que seria questão central da prática moderna. Dessa forma, poderia haver a liberdade, a auto-organização e a expressão da sociedade (CARDOSO, 2010⁵). A luta do intelectual deveria ser em torno da instituição de um sistema econômico mais justo e, também, de uma sociedade mais igualitária. Ele deveria lutar pela democracia substantiva, que representava a institucionalização do capitalismo como estilo de vida.

Para demonstrar a atualidade de suas posições, Cardoso (2010) polemiza as propostas da extrema esquerda, que advogava pela saída socialista revolucionária na periferia. O sociólogo considerava o discurso homogêneo em nome de uma classe social como totalitário. Cardoso (2010) considerava Marx

⁵ Apesar da data de publicação, as nossas referências são, fundamentalmente, a publicações de Fernando Henrique Cardoso entre o início dos anos 1970 e o final dos anos 1980. O sociólogo reúne no livro *Relembrando o que escrevi: da reconquista da democracia aos desafios globais* (CARDOSO, 2010), com o objetivo de apresentar a coerência interna do seu pensamento. É importante frisar que existem textos publicados até 2009 no livro supracitado.

um autor do século XIX, ou seja, seu modelo explicativo e normativo não se enquadraria no mundo contemporâneo. Isso fez com que o sociólogo criticasse os marxistas por estarem na passagem do século XX para o XXI sem teoria para entender o mundo em mudança: “Frequentemente, por causa do doutrinário dogmático, a extrema esquerda fica parada e a direita também: reciprocamente imobilizadas ao nível da bobagem” (CARDOSO, 1978, p. 88).

Cardoso mostrava-se terminantemente contra os partidos que ele considerava totalitários, pois não observavam as demandas reais da sociedade e a singularidade brasileira. O sociólogo considerava as interpretações do marxismo-leninismo, por exemplo, como um misto de dogmatismo e anacronismo. Por isso, Cardoso (1978, p. 24) afirmava que a esquerda é que precisava ser civilizada: “As tentativas de todo capitalismo inteligente vão no sentido de ‘civilizar’ a esquerda, mesmo a esquerda comunista”. Além disso, Cardoso considerava a visão marxista, entre explorados e exploradores, como metafísica, além de dogmática, a visão de um partido operário, pois a sociedade havia se modificado: “A sociedade moderna é muito complexa e os partidos são uma parte disso. Quem pensa que o partido vai organizar tudo isso tem uma visão do século passado” (CARDOSO, 2010, p. 67).

Para Cardoso, deveria ser constituída outra proposição para além da oposição capital/trabalho (CARDOSO, 1978). Segundo o sociólogo, a esquerda era atrasada e estava a reboque das mudanças. Assim, as transformações ocorridas no mundo faziam com que o esquema marxista de luta de classes não fosse capaz de explicá-lo. Por isso, dizia-se da esquerda independente (CARDOSO, 2010). O socialismo do século XX era a democracia substantiva, que seria pautada pelo controle social do Estado (CARDOSO, 1978). Cardoso, portanto, refuta as interpretações marxistas e revolucionárias sobre o Brasil.

Cardoso considera os teóricos que propuseram uma interpretação crítica do capitalismo dependente e do regime militar pautado pelo marxismo como atrasados, dogmáticos e propositores de interpretações irrealistas sobre esses temas, na medida em que estaria construindo uma interpretação moderna e mais próxima da realidade brasileira:

Eu tenho muita irritação com um radicalismo retórico que anda por aí. Substitui-se a realidade por um modelo de solução, ignorando a correlação de forças. Quem pensa assim se comporta como um membro da elite. Pensa que sabe o que deve ser feito – e não ouve nada. Na hora de pegar o pato, não são os verbalmente radicais que pagam. O que conseguem fazer é frear a possibilidade real de você caminhar. Eu digo sempre que há muitos setores da esquerda brasileira que continuam vivendo entre fevereiro e outubro de 1917 – período da Revolução Soviética – e choram porque não há um Palácio de Inverno na América do Sul. Não havendo o Palácio de Inverno para tomar, como em 1917, não se faz nada... Isso é típico do intelectualóide, revela uma brutal dependência cultural. Essa gente tenta aplicar chavões e palavras de ordem gastas, que já não correspondem a uma prática social real (CARDOSO, 1978, p.26).

Devido ao descompasso da esquerda, era necessário levar a cabo uma utopia viável que tinha como fim retificar as mazelas do capitalismo dependente. O sociólogo afirmava que o socialismo do século XX é a democracia substantiva, que seria pautada pelo controle social do Estado (CARDOSO, 1978). Cardoso argumenta que o sentido concedido por ele tinha ligação direta com aquele dado ao conceito por Karl Mannheim: “Mannheim a usava no sentido de uma democracia que não se restringisse ao setor estatal, às instituições formais, mas que fosse também um processo social” (CARDOSO, 1977,

p. 36). Nesse sentido, Cardoso (2010) assume posição consentânea à tomada por Mannheim (1972), pois evitou os extremismos e procurou construir uma espécie de *terceira via*, de caráter reformista.

Cardoso refuta a existência de um partido cuja lógica intrínseca seja a vinculação orgânica com determinada classe social, sobretudo por meio da proposição de uma saída revolucionária. O partido político deveria ser capaz de abarcar as várias tendências existentes na sociedade por meio de encaminhamento reformista e progressista, tentando articular os vários interesses existentes. Esse papel seria exercido pelo PMDB, que o sociólogo conceituou como *partido omnibus*. No final dos anos 1980, contudo, Cardoso rompe com o partido por considerar que ele teria se desvirtuado dos princípios nos quais havia sido formado para praticar o *butim* do Estado.

Após sua saída do PMDB, Cardoso funda, com outros dissidentes, o PSDB, com objetivo de defender um caminho reformista e social-democrata para o país, que teria como encaminhamentos a luta pela manutenção e ampliação das liberdades democráticas; pela valorização do trabalho e a elevação do nível de vida dos trabalhadores; e a luta pela subordinação do poder econômico ao controle da sociedade (CARDOSO, 1990a, p. 11). O partido tinha a incumbência de incorporar a herança do antigo MDB sob uma perspectiva renovadora (CARDOSO, 2006b).

Ao defender as concepções políticas do PSDB, Cardoso volta a criticar duramente a esquerda, que não teria se atualizado. Assim, seu partido deixava de lado as ideologias e utopias e procurava pautar-se em questões concretas, pois refuta a proposição de saídas que considerava impositivas e a vinculação monoclássista, uma vez que o partido moderno deveria ter caráter pluriclássista por meio da construção de aliança entre trabalhadores, classe média e empresários que

estivessem afeitos às questões em torno da justiça social (CARDOSO, 1990a, p. 57). Cardoso (1990a) advoga que a visão monoclássista representaria, para o PSDB, o corporativismo que ele considera inaceitável: “O sentimento nacionalista, estatizante e corporativista é muito forte. É forte no PT, no PSDB. É preciso passar a limpo o marxismo, o progressismo” (CARDOSO, 2010, p. 74).

O sociólogo considerava mais realista a busca de convencimento da sociedade civil e a consequente instituição de reformas graduais, como pode ser visto na proposição sobre a relação entre capital e trabalho:

A social-democracia não quer acirrar as lutas de classes. Ela simplesmente reconhece que essas lutas existem na mesma medida em que existem desigualdades injustificáveis e exploração dos trabalhadores na sociedade. E afirma que a exploração e as desigualdades são superáveis – que uma distribuição mais equilibrada da riqueza é possível e necessária, sem que para isso a luta de classes precise virar uma guerra sangrenta (CARDOSO, 1990a, p.15).

A social-democracia também se colocava contra a estatização total da economia, uma vez que a liberdade de empresa e a propriedade privada são bandeiras por ela defendidas. Nesse sentido, empresas públicas que não fossem eficientes poderiam ser privatizadas, fazendo com que o Estado fosse constituído não com uma formatação mínima, mas necessária, a fim de atender às necessidades da sociedade.

Cardoso afirma que, desde os seminários de fundação do PSDB, foi difundida a ideia de revisão dos papéis do Estado, da sociedade e do mercado no mundo globalizado. Assim, o partido representaria uma visão moderna e consentânea com as mudanças ocorridas no mundo. Seria necessário refazer a engenharia institucional de forma a poder gerar práticas

democráticas.

O PSDB se opunha, portanto, à saída socialista. Seria necessário gerar uma nova ordem pautada pela instituição de um capitalismo aperfeiçoado, pois era a realidade possível. O partido também se colocava como uma *terceira via* entre a esquerda tradicional e a direita, pois propunha reformas por meio da articulação com a sociedade (CARDOSO, 2006b). Era necessário instituir uma esfera pública democratizada que fizesse da sociedade a protagonista: “E entender que o sentido geral das transformações, quando se pratica democracia de verdade, só pode ser a eliminação dos privilégios e a participação crescente do povo, tanto nas decisões como no bem-estar” (CARDOSO, 1990a, p. 59).

Dessa forma, Cardoso entendia que o mercado era uma realidade inescapável depois da queda do *socialismo real*. Sendo assim, seria necessário construir uma nova ordem por meio da conjugação entre mercado, Estado e sociedade a partir da ação nos seguintes pontos: retomada do crescimento econômico; diminuição das desigualdades; governabilidade. O crescimento econômico dar-se-ia por meio de uma política de internacionalização da economia e de privatizações que deixam a capacidade estratégica do Estado para ativar a economia (CARDOSO, 1990b, p. 43). As propostas sociais-democratas de Cardoso apontam, portanto, o Estado como fonte de todos os nossos dilemas mais importantes, como a profunda desigualdade social. Dulci (2010), contudo, defende que o PSDB representou, de fato, uma saída liberal para os dilemas brasileiros e não social-democrata, como o seu nome sugere.

Ao comparar a realidade brasileira com a existente na Europa ou nos Estados Unidos, Cardoso aponta como nosso passado escravista, colonial, patrimonialista e clientelista foi elemento crucial para a reprodução da abissal desigualdade, pois seus elementos fizeram-nos essencialmente diferentes

dos países centrais. Ao analisar as relações entre Estado, mercado e democracia, Cardoso aponta a nossa formação social escravista como fator crucial para a constituição de uma relação distorcida entre ambos, uma vez que as potencialidades do mercado, por exemplo, não puderam ser plenamente consolidadas em nossa singular ordem capitalista estruturada pelo tradicionalismo.

A força do mercado sempre foi muito mais acanhada e constrangida pela existência de fatores políticos, por um tipo de dominação política que nada tem a ver com a ação do Estado reformador do mercado, à europeia. O Estado aqui se acomodou à sociedade e ambos a um certo tipo de produção, guardando características mais do que conhecidas de patrimonialismo, de clientelismo etc. (...) alguns autores fizeram uma análise mais culturalista dessas diferenças, em termos de uma tradição corporativista, de uma cultura católica, da tradição ibérica etc. A literatura sobre o tema é ampla. Não é o caso de fazermos a revisão dela, mas o fato é que, de alguma forma, a vinculação entre Estado, sociedade e democracia na América Latina deu-se a partir de outros pressupostos, outro background (CARDOSO, 1991, p.28).

Para Cardoso (1991), a formação patrimonialista da sociedade brasileira foi o fator crucial para gerar uma relação diferencial entre Estado e sociedade, ao compararmos com as sociedades de *típica* formação capitalista, uma vez que esta seria uma característica básica das sociedades de base latifundiária-patrimonialista (CARDOSO, 1991). Assim, reproduziríamos uma cultura clientelista e patrimonialista que impôs bloqueios estruturais para o mercado institucionalizar seus caracteres civilizatórios, isto é, impediu-nos de constituir uma ordem social competitiva aberta e democrática. Portanto, o grande dilema estava no patrimonialismo, que era o fator

impeditivo para a institucionalização plena da sociedade capitalista como estilo de vida, do conflito construtivo entre as classes sociais e de suas potencialidades intrínsecas. Logo, era o patrimonialismo que fazia com que a sociedade brasileira fosse marcada pela junção entre privilégio e exclusão.

Era necessário construir uma ordem social competitiva aberta, ou seja, dar oportunidades a todos de adentrar o mercado de trabalho. Para tanto, a defesa do emprego e da igualdade de oportunidades educacionais eram primordiais. Assim, seriam valorizados o trabalho e redistribuição de renda (CARDOSO, 1990b). Aliado a isso, o acesso aos meios de comunicação era essencial devido à importância central que possuía para a democracia. Tornava-se necessário pôr fim à fraqueza das classes e sua articulação com os partidos políticos quando comparada, por exemplo, ao caso europeu.

É que, em grande parte, os nossos partidos, os partidos emergentes, a despeito do que queremos, do que escrevemos, dos programas que estão neles, não são partidos do tipo europeu, onde existe realmente uma congruência muito maior entre a base social e a liderança política, onde o peso da classe é muito forte na definição do rumo do partido. Entre nós não existe, além da congruência entre base social e o nível político, o grau de organização, de estruturação, dos partidos políticos europeus. Quer seja o partido socialista, ou liberal, ou comunista, qualquer desses existe muito mais estruturalmente e é referido a certa doutrina (CARDOSO, 1984, p.30).

Cardoso não considerava o Brasil um país subdesenvolvido, mas sim, mal desenvolvido. Teríamos um relativo atraso econômico que se colocava como obstáculo para superar o atraso social, este sim, nosso maior problema. Para tanto, era necessário agir conforme as circunstâncias, de forma

pragmática. O corolário da afirmação supracitada, sobre o caráter mal desenvolvido do país, era a não condenação do capital estrangeiro que deveria ser incorporado como forma de proporcionar condições para que a questão social pudesse ser plenamente enfrentada.

A *esquerda tradicional*, caracterizada como ético-udenista devido à visão moralista do mundo, reproduzia um nacionalismo anacrônico que observava, em qualquer investimento estrangeiro, a ação do imperialismo, terminando por confundir independência nacional com isolamento (CARDOSO, 1990a, p. 58). Cardoso vai além ao afirmar que essa postura fazia com que a esquerda ficasse impossibilitada de observar as mudanças que ocorriam no mundo socialista e fosse incapaz de propor reformas ao estado intervencionista, terminando por defender privilégios da burocracia como se fossem os interesses da população. Nesse sentido, o nacionalismo seria refutado em prol de uma perspectiva internacionalista, ou seja, interdependente.

Ser de esquerda, no Brasil, sempre foi sinônimo de ser nacionalista, isto é, a favor do desenvolvimento nacional e do fim da dependência política, econômica e cultural em relação às grandes potências capitalistas. Os social-democratas brasileiros não têm por que negar essa tradição. Mas precisam atualizá-la. Num mundo cada vez mais integrado, desenvolvimento não rima com isolamento. País independente, hoje, significa país capaz de defender seus próprios interesses dentro de um relacionamento crescente com o mercado internacional e com o capital estrangeiro (CARDOSO, 1990a, p. 37).

Cardoso vai além ao afirmar que essa postura fazia com que a esquerda fosse incapaz de observar as mudanças que ocorriam no mundo socialista e fosse incapaz de propor reformas ao estado intervencionista, terminando por defender

privilégios da burocracia como se fossem os interesses da população. Assim, a junção ao capital estrangeiro era um importante dispositivo para a modernização da economia, conjugada à revolução educacional que deveria ocorrer desde o primeiro grau à universidade de forma a democratizar o acesso e pôr fim ao analfabetismo para que milhões de brasileiros pudessem exercer de forma plena seus direitos como cidadãos.

Cardoso propõe a integração subordinada ao capital internacional, nega a possibilidade de uma saída autonomista e nacionalista e propõe reformas com o objetivo de *aperfeiçoar* o capitalismo dependente, pois o dilema crucial estava circunscrito à herança colonial, patrimonialista, irracional e pré-moderna. Dulci (2010) afirma que Cardoso foi um dos principais expoentes da cultura política brasileira durante os anos 1960-1980 em torno da condenação do nacional-desenvolvimentismo e da proposição de uma saída liberal no âmbito do PSDB quando o partido assume o Executivo nacional em 1995.

O governo FHC colocou em prática o projeto político constituído pelo PSDB, partido criado por Fernando Henrique Cardoso no final dos anos 1980. Este projeto tinha como seus dois objetivos mais importantes a democracia política e a instituição de uma economia de mercado (BARBOZA FILHO, 1995). Com essas duas medidas a *privatização* do Estado seria plenamente derrotada, pois o Estado teria o seu peso deletério diminuído e a nação seria incorporada pelo mercado (BARBOZA FILHO, 1995). Em artigo publicado em 1998 no qual defendia as medidas tomadas em torno da reforma do Estado, Cardoso afirmava que tais medidas tinham como objetivo reconstruí-lo, pois a gestão particularista no Brasil seria responsável por este não dar respostas efetivas à cidadania.

A transformação do Estado brasileiro em indutor e

regulador se tornava uma tarefa fundamental para colocar o país nos rumos do mundo global e para tornar a sociedade brasileira mais democrática. Ao invés do Estado empresário, que seria marcado por uma tradição centralizadora, interventora, patrimonialista e pouco eficiente, seria necessário instituir uma gestão gerencial, responsável por universalizar o acesso ao público, criando um espírito meritocrático na burocracia além de, fundamentalmente, democratizar o Estado (CARDOSO, 1998).

Cardoso concedeu entrevista a Roberto Pompeu de Toledo quando se encaminhava para o encerramento de seu primeiro mandato como presidente da República. Nessa entrevista, afirma de forma categórica que foi ele o responsável pela parte referente à reforma do Estado quando da criação do programa do PSDB:

Primeiro, vamos à filosofia. Quando escrevemos o programa do PSDB, eu me incumbi dessa parte. Foi no governo Sarney. Escrevi que nosso problema não é nem Estado mínimo nem de Estado máximo, mas de Estado necessário. Era uma maneira de sair da entaladela sem entrar na ideologia. Depois, quando tomei posse no Ministério da Fazenda, tive de enfrentar a questão das privatizações (CARDOSO; TOLEDO, 1998, p.287).

O Estado deveria, portanto, ser diminuído porque seria sempre incapaz de oferecer solução aos problemas da maioria, somado à sua *privatização*, sobretudo durante o regime militar, o que seria responsável pelo processo de exclusão social.

Por meio da análise de elementos da experiência de FHC como presidente da República entre 1995 e 2002 é possível observarmos continuidades de suas teses sobre o desenvolvimento dependente-associado e do seu pensamento político, sobretudo no que se refere a demarcação do Estado, por meio da tese do patrimonialismo, como o principal dilema

brasileiro, que era a justificativa intelectual para o projeto de reforma do Estado: “No lugar da gestão burocrática e privatista seria criada a gestão gerencial, responsável por promover um espírito de mérito na burocracia, retirando os privilégios e universalizando o acesso à população” (RIBEIRO, 2020, p. 73).

A sua experiência como presidente da República fornece evidências empíricas acerca da conversão de sua teoria do desenvolvimento dependente-associado em prática política e de economia política. FHC foi ministro da Fazenda do governo Itamar Franco (1992-1994). Em 1994, com a implantação do Plano Real, que teve importante efeito no controle da inflação acelerada, FHC candidatou-se e foi eleito presidente.

Contudo, é importante matizar essa discussão do ponto de vista dos estudos de história do pensamento político, que abordam a complexidade da relação entre teoria e prática na obra de Fernando Henrique Cardoso. Gonçalves (2018) problematiza o argumento comumente atribuído a FHC sobre a tendência de buscar articulações ou rupturas entre o seu legado intelectual e sua atuação política, ou seja, a relação entre teoria e prática em intelectuais influenciados pelo marxismo ou vinculados à transformação estrutural da sociedade através da ação política das classes trabalhadoras. Trata-se de analisar, “como se deu o processo complexo e dialético de imbricação entre teoria e prática neste autor ao longo de boa parte de sua trajetória” (GONÇALVES, 2018, p. 13). A sua pesquisa mostra que Cardoso promoveu, no final da década de 1970, um distanciamento e uma desconfiança com relação às visões da esquerda e das causas populares. Resistindo à ideia de ruptura alimentada pela esquerda, que levaria à deterioração democrática, Cardoso passou a defender de forma consistente a institucionalidade democrática para responder à complexidade dos desafios políticos. O sociólogo demonstrou ceticismo quanto à viabilidade de transformações

estruturais no Brasil, o que pode ser explicado pela junção entre sua origem de classe, a descrença no potencial das camadas laboriosas, suas elaborações teóricas anteriores e o contexto histórico do Brasil (GONÇALVES, 2018).

Considerando as relações entre teoria e prática política, defendemos o argumento de que, embora tenha dado continuidade ao combate à inflação herdada do Nacional-Desenvolvimentismo Autoritário (1964-1985), durante seus dois mandatos, FHC aprofundou as reformas pró-mercado (abertura comercial, privatização, desregulamentação financeira, liberalização da conta de capital, enxugamento da máquina estatal, flexibilização da CLT/1943, austeridade fiscal). É importante salientar que tais reformas foram iniciadas na gestão de Fernando Collor de Mello (1990-1992), de forma atabalhoada e sem a construção de uma coalizão no Congresso. Um exemplo crítico foi o tratamento de choque do Plano Collor, que confiscou as cadernetas de poupança, realizou o congelamento de preços e salários, a desindexação da economia e reduziu a quantidade de dinheiro em circulação para desacelerar a inflação (PINHO, 2019).

A partir da exequibilidade prática de sua teoria da dependência, particularmente a vertente do desenvolvimento dependente-associado, é importante analisar empiricamente o experimento do governo FHC nos anos 1990, o que inviabilizou um projeto nacional de emancipação popular. Seu governo tentou demolir o legado institucional da Era Vargas e do nacional-desenvolvimentismo (1930-1980), que garantiu taxas de crescimento do PIB, da renda per capita, impulsionou a industrialização e a modernização do aparato produtivo. O fato é que a *social-democracia* de FHC, ao conceber o Estado essencialmente como patrimonialista, burocrático e intervencionista, sucumbiu diante das políticas de austeridade

fiscal preconizadas pelo Consenso de Washington e pelos interesses imperialistas dos EUA. Nos termos de Bresser-Pereira (2014, p. 300), delineou-se um *pacto liberal-dependente* no qual perdeu-se a ideia de nação⁶. O Brasil retrocedeu à condição semicolonial anterior à revolução modernizadora de Getúlio Vargas de 1930. Reforçaram-se os laços de dependência e subalternidade diante do cenário internacional. A economia sofreu um processo de reprimarização, com o predomínio de *commodities* (petróleo, minério de ferro, soja, suco de laranja, carne, café) na pauta exportadora. A indústria – cada dia mais decadente – perdeu vigor e dinamismo.

Notabilizando a ausência de uma estratégia nacional de desenvolvimento, a agenda de reformas neoliberais de FHC atendeu aos interesses do capitalismo financeiro global, reforçou a especialização regressiva e a dependência econômica na divisão internacional do trabalho. Sob os auspícios da austeridade fiscal (contração do gasto público) e monetária (juros altos), a desindustrialização do parque produtivo, a ausência de uma política ativa de mercado de trabalho com valorização do salário-mínimo, foram marcas do governo FHC. Ao final do seu mandato, o presidente entregou um país depauperado e dependente, com inflação e dívida pública elevadas, endividamento externo, falta de reservas cambiais, subordinação ao FMI, escassez de investimento

⁶ Nesse sentido, Bresser-Pereira (2010, p.43) argumenta: “No entanto, não foi a interpretação nacional dependente, mas a interpretação da dependência associada que predominou entre os intelectuais latino-americanos entre as décadas de 1970 e 1990. Nesse período, os intelectuais e políticos de esquerda latino-americanos concentraram sua atenção nos problemas da democracia e da justiça social – problemas que eram de fato prementes – mas, em uma compensação perversa, convertidos do nacionalismo para o cosmopolitismo, perderam seu conceito de nação”.

público em infraestrutura, aumento da extrema pobreza e do desemprego (PINHO, 2019; 2020).

Considerações finais

Como sustentamos neste artigo, as interpretações do CEBRAP e de Fernando Henrique Cardoso, em particular, foram decisivas para reproduzir um senso comum de que os problemas brasileiros estavam radicados no Estado e não na dominação externa do imperialismo, ou interna, exercida pela burguesia e suas frações. Conjuntamente, as teses do sociólogo foram decisivas para marginalizar as interpretações crítica, revolucionária e nacionalista que, cada qual a seu modo, procuravam interpretar os dilemas brasileiros a partir do ponto de vista da massa de expropriados, nas cidades e no campo, que possuíam um projeto político nacionalista e emancipatório.

Além de construir uma leitura crítica das teses de Cardoso, também defendemos a necessidade teórica e política de utilizar as interpretações marginalizadas pelo sociólogo por dois motivos: o primeiro é a possibilidade que elas fornecem de analisar a realidade brasileira a partir do ponto de vista da massa de expropriados do acesso à riqueza, à cultura, aos direitos sociais constitucionalizados e ao poder; o outro motivo é a dimensão política que fornece condições para a construção de um projeto emancipatório, nacional e popular. Como exemplo das duas possibilidades ofertadas pelas interpretações críticas, revolucionárias e nacionalistas, citamos elementos da obra de Florestan Fernandes.

Para Florestan (1982, 2006), a burguesia brasileira está fadada à contrarrevolução, o que impedia qualquer possibilidade de ser realizada uma revolução dentro do capitalismo, tendo como bandeira o nacionalismo

revolucionário, e no sentido da instituição de um Estado democrático. Esse impedimento ocorre porque a classe dominante está enredada num processo alienante, reproduzido a partir de um particularismo cego que impede a construção de uma visão ampla e crítica sobre a situação brasileira e seu papel histórico. Por conta disso, suas ações transformadoras acabaram ocorrendo apenas no âmbito econômico. A interpretação do sociólogo paulista tem caráter crítico e negador do sistema, voltado para os dominados, focado na luta de classes e na saída revolucionária para redimir as mazelas produzidas pela dupla articulação entre dominação autocrático-burguesa e imperialismo.

A categoria de autocracia mostra-se central para interpretar o Brasil contemporâneo, uma vez que o sistema político se configura, a cada dia, mais fechado em um modelo oligárquico para impedir que possa emergir a mudança social em torno de novas juventudes, religiosidades, transformações nas classes trabalhadora e média e formas inovadoras de organização política e participação (DOMINGUES, 2017, pp. 8). A autocracia, contudo, deve ser teorizada como uma categoria de alcance global e não apenas como característica do capitalismo dependente, pois vivemos em um sistema pautado pela governamentalidade autocrática (SILVA, 2020).

Desse modo, com base no conceito de autocracia, procuramos sustentar, por exemplo, que o PT, por meio de seu pragmatismo desenfreado (MIGUEL, 2019) e da incorporação da lógica neoliberal em suas políticas públicas (DOMINGUES, 2017), transformou-se em *partido da ordem*, pois não rompeu com o domínio autocrático-burguês sobre o Estado, o que terminou sendo crucial para sua retirada do poder por meio do golpe parlamentar em 2016 (SANTOS, 2017).

No entanto, reconhecemos a extrema dificuldade de um partido de centro-esquerda, dotado de um programa de

governo nacional-popular-democrático, de efetuar uma ruptura com as pressões sistemáticas impostas pela globalização financeira atrelada à autorregulação dos mercados (POLANYI, 2000). É uma lógica econômica parasitária orientada para o aumento da rentabilidade dos investidores/acionistas, que defende cortes profundos em políticas públicas, além de ser cotidianamente retroalimentada pelos economistas ortodoxos e pela mídia oligopolista.

Sem recorrer ao projeto socialista, pautado na coletivização dos meios de produção, bem como rejeitando a articulação dos trabalhadores enquanto classe (PRZEWORSKI, 1989, 2003), o governo do PT, ainda que operando nos marcos da globalização financeira, que impõe profundos obstáculos estruturais às economias políticas, tentou levar a efeito um projeto nacional de desenvolvimento. Forte ênfase foi conferida ao fortalecimento do mercado interno, à inserção internacional competitiva, à retomada da industrialização e à promoção de políticas públicas de combate à extrema pobreza e à histórica desigualdade estrutural brasileira.

Após a saída do PT, o regime autocrático-burguês levou a cabo uma série de medidas que foram decisivas para a concentração ainda maior da riqueza, da cultura e do poder junto às classes dominantes, como a reforma trabalhista e o teto de gastos, institucionalizados durante o governo do conspirador e traidor Michel Temer (MDB). Sob o governo Bolsonaro (sem partido), os ataques às conquistas sociais da Constituição Federal de 1988, às instituições democráticas (Tribunal Superior Eleitoral, Congresso, Supremo Tribunal Federal), à imprensa e manifestações em defesa da intervenção militar, como foi o caso do 07 de setembro de 2021, tornaram-se ainda mais fortes, enquanto a esquerda mostra-se fragmentada, apática e sem um projeto de enfrentamento ao domínio autocrático-burguês.

Trata-se da radicalização do modelo da autocracia burguesa, nos termos de Florestan Fernandes. Os exemplos são a aprovação da reforma da previdência e as constantes tentativas de aprofundamento da reforma trabalhista de 2017 (precarização das relações laborais, trabalho aos domingos, não reconhecimento de vínculo empregatício entre as plataformas digitais e os entregadores). As propostas de privatização de empresas públicas estratégicas como Correios, Petrobras e Eletrobras aventadas pelo ministro da Economia de filiação ultraliberal, Paulo Guedes, desferem um golpe letal na soberania nacional.

Do ponto de vista normativo, a categoria de *revolução democrática* contém elementos decisivos de um programa político para a esquerda que tenha como base uma efetiva transformação da realidade, esquecida pelo PT quando assumiu a Presidência da República em 2003, por conta da necessidade de efetuar alianças com setores arcaicos e conservadores para a governabilidade. A sociologia crítica e pública de Florestan e a tradição crítica, revolucionária e nacionalista de interpretação do Brasil, possuem um programa de transformação profunda da realidade que necessita ser reabilitado pela esquerda a fim de que ela possa oferecer alternativas efetivas para combater a autocracia burguesa, a dependência econômica de commodities e a lógica perversa do capitalismo financeiro rentista, de curto prazo e improdutivo (DOWBOR, 2017).

O recrudescimento do autoritarismo no plano do regime político, a agenda de austeridade e a dissolução dos fundamentos da Constituição Federal de 1988 evidenciam, na linguagem de Florestan Fernandes, o caráter autocrático de uma burguesia que passa a exercer formas privatistas e exclusivistas de exercício do poder político. Para esta elite, o regime político democrático é mera conveniência, na medida

em que pode ser vilipendiado quando os seus interesses são contrariados por pautas redistributivas, de valorização das empresas públicas e de redução da influência do imperialismo estadunidense nos rumos da economia brasileira. O modelo autocrático idealizado pelo autor, e que serve de importante ferramental teórico-conceitual para analisar a economia política do Brasil *contemporâneo, promove a dissociação pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia, ao mesmo tempo em que fomenta uma *associação racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia (FERNANDES, 1976, pp. 292).

Referências

BARBOZA FILHO, Rubem. FHC: Os Paulistas no Poder In: AMARAL, Roberto (coord). *FHC: Os Paulistas no Poder*. Niterói-RJ: Casa Jorge Editorial, 1995, p. 93-155.

BAPTISTA, Kátia. O CEBRAP nos anos setenta e a emergência de uma nova interpretação do Brasil. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 37, p. 225-248.jan/jun, 2010.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.) *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'água, 2008, pp.112-143.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48. jul/dez, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A Construção Política do Brasil: Sociedade, Economia e Estado desde a Independência*. São Paulo: Editora 34, 2014.

CHAVES, Wanderson da Silva; CATTAL, Júlio Barnez Pignata. "Transição política" e ditadura no Brasil: os anos 1970 e seus agendamentos políticos e intelectuais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 39, n 82, p.199-219, 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia

do Livro, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Democracia para mudar*. Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de entrevista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. São Paulo. *Revista Playboy*, setembro/1984, p.2-9.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Social-democracia: o que é, o que propõe para o Brasil*. Brasil: Escritório do senador Fernando Henrique Cardoso, 1990a.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desafios da social-democracia na América Latina. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.28, p.29-49, 1990b.

CARDOSO, Fernando Henrique. Democracia e desigualdades sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n.32, p.23-27, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre a reforma do Estado no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.50, p.5-11, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista In: BASTOS, Elide et al. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2006a.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Relembrando o que escrevi: da reconquista da democracia aos desafios da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique; TOLEDO, Roberto P. de. *O*

Presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. *Patrimonialismo no Brasil*: corrupção e desigualdade. Curitiba: CRV, 2019.

DOMINGUES, José Maurício. *Esquerda*: crise e futuro. Rio de Janeiro: Maud X, 2017.

DOWBOR, Ladislau. *A Era do Capital Improdutivo*: a nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DULCI, Marcelo. *PSDB*: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo. 2010. 306f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*: formação do patronato político brasileiro. 4d. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

GOERTZEL, Ted. G. *Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2002.

GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

IANNI, Octávio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GONÇALVES, Rodrigo Santaella. *Teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso*: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994). 364f Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade

de São Paulo, São Paulo, 2018.

JESUS, Camila Vian de. Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso: apontamentos sobre democracia e autoritarismo. *Leituras de Economia Política*, Campinas, (26), p. 27-38, jan./jun. 2018.

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e a transição*: entre a política e a profissão. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LEONI, Brigitte. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil*. Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

OURIQUES, Nildo. *O colapso do figurino francês*: crítica às ciências sociais no Brasil. 2 ed., Florianópolis: Insular, 2014.

PÉCAULT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a nação. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. *Planejamento Estratégico Governamental no Brasil*: Autoritarismo e Democracia (1930-2016). Curitiba: Appris, 2019.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. The responses of the authoritarian national developmentalism to the structural economic crisis (1973-1985), *Brazilian Journal of Political Economy*, Vol. 40, n. 2, p. 411-431, Apr./June, 2020.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRANDO, Rodrigo Augusto. *Fundamentos e circunstâncias*: as palavras do presidente Fernando Henrique Cardoso. 2009. 340f.Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PRZEWORSKI, Adam. How Many Ways Can Be Third? In: GLYN, Andrew (Ed.). *Social democracy in Neoliberal Times: The Left and Economic Policy since 1980*. Oxford University Press, 2003

REIS, José Carlos. Anos 1960-1970: Fernando Henrique Cardoso. Limites e possibilidades históricas de emancipação e autonomia nacional no interior da estrutura capitalista internacional: dependência & desenvolvimento. In: *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. Rio de Janeiro, FGV, 2008.

RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. *Autoritarismo e democracia no pensamento político de Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Fernando Henrique Cardoso*. 341f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2010.

RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. *Os limites estruturais da modernização brasileira: trajetórias em movimento de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso (1954-1988)*. 554f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015.

RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. Relações raciais e mudança social no Brasil: as publicações de Fernando Henrique Cardoso. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, Campos dos Goytacazes-RJ, v. 7, n. 2, p. 161-185, 2016.

RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. A recepção de Max Weber no pensamento de Fernando Henrique Cardoso e a legitimação intelectual do projeto de reforma do Estado no Brasil. *forum for inter-american research (fiar)* v. 13.3, p. 58-74, 2020.

SANTOS, Wanderley G. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SILVA, Lucas Trindade. Governamentalidade autocrática: repensando as racionalidades de governo em diálogo com

Florestan Fernandes. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.8, n. 19, p. 254-291, mai.-ago.2020.

SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.

Resumo:

Neste artigo, apresentamos as teses de Fernando Henrique Cardoso sobre o regime civil-militar e as críticas às interpretações nacionalistas e revolucionárias, que tiveram papel decisivo para *naturalizar* uma concepção que demarca, unicamente no Estado, o *lôcus* de todos os nossos dilemas sociopolíticos. A sua experiência como presidente da República fornece evidências empíricas acerca da conversão do seu pensamento político e de sua teoria do desenvolvimento dependente-associado em prática política e de economia política, nos anos 1990, quando executou o receituário neoliberal dito pelo *Consenso de Washington* e pelos interesses imperialistas dos EUA. Assim, defendemos a retomada sistemática das leituras sobre o projeto emancipatório nacional e popular que foram marginalizadas pelas críticas do sociólogo.

Palavras-chave:

Fernando Henrique Cardoso; interpretações críticas, revolução, projeto nacional

Abstract:

In this article, we present Fernando Henrique Cardoso's theses the civil-military regime and the criticisms of nationalist and revolutionary interpretations, which played a decisive role in naturalizing a conception that marks, solely in the State, the locus of all our sociopolitical dilemmas. His experience as President of the Republic provides empirical evidence about the conversion of his political thought and his theory of dependent-associated development into political practice and political economy, in the 1990s, when he carried out the neoliberal prescription stated by the Washington Consensus and for US imperialist interests. Thus, we defend the systematic resumption of readings on the national and popular emancipatory project that were marginalized by the sociologist's criticisms.

Keywords:

Fernando Henrique Cardoso, critical interpretations, revolution, national project.

Recebido para publicação em 07/03/2022

Aceito em 11/05/2023

 **ACESSO ABERTO**


Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Dominação na Amazônia brasileira: uma leitura a partir de Pierre Bourdieu


Maria José Teisserenc

Universidade Federal do Pará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-1908-7463>
mjteisserenc@uol.com.br

Pierre Teisserenc

Université Paris XIII, França

 <https://orcid.org/0000-0003-1702-6699>
pierre-teisserenc@wanadoo.fr

Introdução

Neste artigo é apreciada a adequação do quadro teórico de Pierre Bourdieu à abordagem de situações na Amazônia brasileira nas quais é verificado que a dominação tem como base o sistema de *aviamento*. Um sistema cujas raízes remontam à colonização, e que permanece, apesar da República instaurada no Brasil e a progressiva expansão de uma economia capitalista e periférica, desde o fim do século

XIX⁷. Ocorre que, em tempos mais recentes, com o retorno da democracia ao Brasil, em meados dos anos de 1980, experiências locais de mobilização e ações de enfrentamento a desafios ambientais passaram a interpelar esse modo de dominação e o modelo de sociedade capitalista a ele associado.

A partir dos modos de dominação identificados por Pierre Bourdieu retomaremos, então, na literatura especializada, mas também, a partir de observações empíricas, situações na Amazônia brasileira desde fins do século XIX, a partir do desenvolvimento do chamado Ciclo da Borracha, com o objetivo de apreciar seus efeitos em termos de permanência e como, em certas condições locais, favorecidas pelo retorno da democracia no Brasil, esse sistema de dominação passa a ser questionado.

Assim, passemos então à primeira parte deste artigo, na qual apresentamos o quadro teórico elaborado por Pierre Bourdieu que aqui nos interessa, para, em seguida, buscarmos contribuir com a compreensão de situações da Amazônia brasileira, apresentando as características desse contexto e colocarmos a questão da permanência de um modo particular de dominação, apesar de mudanças sociais e econômicas operadas. Permanência cujas razões ligam-se a um passado colonial e ao papel desempenhado por um tipo de dominação na construção do Brasil enquanto nação, e considerá-lo face

⁷ A ideia da permanência do aviamento enquanto sistema de dominação, característico de diversas situações na Amazônia brasileira desde sua colonização, integra a tese de Márcio Meira (2018). Uma tese que, inspirada em Fernand Braudel (1969), adota a perspectiva da longa duração. Nesse trabalho, aliás muito bem documentado, Márcio Meira, parte da “condição colonial vivida pelos escravos” para compreender a continuidade de um sistema que conseguiu se impor apesar da diversidade de contextos históricos e sociogeográficos que compõem o imenso território da Amazônia, desde sua conquista e exploração colonial até hoje. Segundo este autor, “a continuidade e o aprofundamento desse sistema já haviam se estabelecido e fortalecido desde os tempos coloniais” (MEIRA, 2018, p. 99).

aos desafios socioambientais e a capacidade destes desafios em interpelá-lo. Para concluir apresentaremos algumas observações relativas à pertinência da perspectiva de Pierre Bourdieu sobre os modos de dominação nos tempos atuais.

Os modos de dominação em Pierre Bourdieu

No segundo número de *Actes de la recherche en sciences sociales*, revista criada por Pierre Bourdieu em 1975, foi publicado um artigo de sua autoria sobre os modos de dominação, importante chave de leitura para os trabalhos posteriores desse autor. Uma das intuições de Pierre Bourdieu, na qual ressoa o pensamento de Karl Polanyi na sua obra mais conhecida *A Grande Transformação* ([1944], 1980), é considerar que

Nas sociedades desprovidas de mercado “autorregulado”, de sistema educacional, de aparelho jurídico e de Estado, as relações de dominação não podem ser instauradas e mantidas sem estratégias indefinidamente renovadas⁸ (BOURDIEU, 1976, p.122).

Nessas sociedades pré-capitalistas, os dominantes “são condenados às formas elementares da dominação, isto é a dominação direta de uma pessoa sobre outra cujo limite é a apropriação da pessoa, isto é a escravidão” (BOURDIEU, 1976, p. 126). Uma apropriação que afeta o conjunto da vida dos indivíduos: trabalho, família, vida social no sentido amplo. Uma dominação que se sustenta em “estratégias complexas cuja

⁸ Neste artigo as citações dos trabalhos em francês estão em tradução livre.

eficácia depende não somente da força material e simbólica das partes em presença, mas também de suas habilidades em mobilizar o grupo suscitando a comiseração ou a indignação” (BOURDIEU, 1976, p. 127). A complexidade dessas estratégias se deve ao fato de que o dominante, para se impor, assujeita-se a exigências que legitimam sua pretensão e sua posição na sociedade e o obriga, por isso, a ser generoso, a ser digno nas relações com seus “clientes” sempre que ele consegue impor uma situação de dependência através da compaixão, ao mesmo tempo da violência quando, em função das circunstâncias, o “cliente” recusa o jogo.

Por parte de quem manda, tudo se resume a estratégias, sobretudo de estratégias de violência simbólica muitas vezes mais eficientes que as estratégias econômicas. Isso, porque, como precisa o autor,

Há apenas duas maneiras – que ao final são uma só – de se prender alguém permanentemente: a dívida e a dívida, as obrigações abertamente econômicas da dívida ou as obrigações “morais” ou “afetivas” criadas e cultivadas pela troca, isto é, a violência aberta (física ou econômica) ou a violência simbólica como violência censurada e eufemizada, irreconhecível e reconhecida (BOURDIEU, 1976, p. 127).

Nas sociedades pré-capitalistas, essas duas formas de violência coexistem na medida em que a dominação que prevalece não pode ser exercida a não ser sob a forma elementar da brutalidade física, de uma pessoa para com outra, e que, na ausência de intermediários, trate-se de pessoas ou instituições, é então necessário, para se cumprir abertamente, “de se dissimular sob o véu de relações encantadas” (BOURDIEU, 1976, p. 127), caracterizando-se assim a violência simbólica.

Isso só é possível se o poder do dominante se baseia não somente na sua riqueza pessoal, mas também em uma rede de

relações no campo econômico que ele deve manter para se beneficiar das vantagens de sua dominação. Como? “Para ser tratado como senhor, o dominante deve manifestar as virtudes que convém à sua posição, a começar pela generosidade e a dignidade, nas suas relações com os ‘clientes’” (BOURDIEU, 1976, p. 127). Assim, se explica a importância das reconversões do capital econômico em capital simbólico por meio de práticas de generosidade que dissimulam, eufemizam a dominação.

Tais práticas alimentam estratégias de dominação que “podem parecer ao mesmo tempo tanto as mais brutais, mais primitivas, mais bárbaras ou mais sutis, mais humanas, mais respeitadas pela pessoa” (BOURDIEU, 1976, p. 128). Esta dualidade é fundamental para compreender essas estratégias encontradas tanto no caso de dívida quanto de dádiva. Ela explica o caráter essencial da ambiguidade nas práticas dos senhores operadas através de estratégias tão opostas tais como as geradas pela violência aberta ou pela violência dissimulada, em função do estado das relações de força entre as partes.

Nas sociedades capitalistas, caracterizadas por um mercado autorregulado, por um sistema educacional, um aparelho jurídico, um Estado e outros, onde estratégias de dominação apresentam as condições de uma dominação impessoal e de uma reprodução impessoal das relações de dominação, é diferente. Os dominantes, nesse caso, beneficiários de uma violência dissimulada em mecanismos objetivos, os deixam simplesmente serem operados dentro de campos como o mercado de trabalho ou o mercado escolar, dos quais dispõem os dominantes como oportunidades para objetivar o capital social por eles acumulado, aproveitando-se desse modo de um universo social no qual “as relações de dominação são mediadas por mecanismos objetivos e institucionalizados” (BOURDIEU, 1976, p. 122), em cujos efeitos se encontra a

garantia de uma redistribuição do capital econômico sob a forma de capital simbólico. Nesse sentido, o trabalho de eufemização é economizado dado que estratégias indiretas e impessoais assumem o lugar do exercício direto e pessoal da dominação.

O contexto socioeconômico amazônico e a permanência de um sistema de dominação

Analizando as tendências geopolíticas relacionadas à formação da Amazônia brasileira, Berta Becker (2009) identificou três aspectos significativos: **1)** o caráter tardio da ocupação desse território com o objetivo de satisfazer interesses externos ao Brasil; **2)** a escolha política por manter o controle do território através de unidades administradas pelo poder central; e **3)** a coexistência em um mesmo território de duas modalidades de ocupação e de desenvolvimento. Uma das modalidades orientada por uma visão externa, que afirma a soberania do território privilegiando as relações com o Governo Federal para a exploração de seus recursos, caso do Ciclo Econômico da Borracha⁹. Outra modalidade, orientada por uma visão interna, privilegiou um desenvolvimento endógeno e a autonomia local, como foi o caso de iniciativas missionárias que se impuseram como respostas à incapacidade

⁹ “A borracha se inscrevia no coração das máquinas da nova etapa da Revolução Industrial e ainda fazia parte do novo símbolo da modernidade que era o automóvel (nas cidades de Belém e Manaus). Todavia, em contraposição a esse polo moderno da nova fase de desenvolvimento capitalista esteve associada uma das mais brutais formas de opressão e exploração de que se tem notícia. O termo “inferno verde” se referia à vida nos seringais, o verdadeiro inferno que enredava o cotidiano de exploração do seringueiro” (PORTO GONÇALVES, 2001, p. 88).

e/ou falta de interesse das autoridades políticas do período colonial em assumir suas responsabilidades. Assim, as missões

... ainda conseguiram o controle do território com uma base econômica organizada, e que o governo colonial não logrou realizar. Aliás, os feitos econômicos governamentais em surtos dominantes em curtos períodos de tempo e em certos espaços foram desagregadores para o vale do Amazonas, embora tenham constituído condição fundamental para a unidade política da Amazônia (BECKER, 2009, p. 24).

Essas tendências geopolíticas reemergem, sobretudo na segunda metade do século XX, em uma região caracterizada, segundo Philippe Léna (2002), pela coexistência de dois modelos de desenvolvimento: um modelo tradicional, paternalista e clientelista, baseado no sistema de *aviamento*; e um modelo modernizador, desenvolvimentista e predador, adotado no fim dos anos de 1960 pelos governos militares, no qual a Amazônia passa a figurar como “fronteira de recursos que deve ser ocupada e explorada no intuito de firmar a soberania nacional na região e acelerar o crescimento econômico do país” (LÉNA, 2002, p. 3).

Sem nenhuma dúvida, o Ciclo da Borracha, que corresponde ao período de 1870-1920, constituiu uma etapa significativa da penetração do capitalismo internacional na Amazônia, avalizado pelo poder central. Tratou-se de uma expansão econômica que integrou um modo de dominação, baseado em relações sociais praticadas desde o período colonial, como o *aviamento*, e que vai se adaptar ao modelo “modernista”¹⁰ para satisfazer exigências de uma produção de bens primários para

¹⁰ Márcio Meira confirma os laços desse sistema com a colonização da região: “a história do extrativismo e do escambo e, portanto, do sistema de *aviamento* se confunde com o do colonialismo e da escravidão moderna” (MEIRA, 2018, p. 98).

exportação. Esse modo de dominação impôs-se então ao conjunto do território amazônico, como entendido por Márcio Meira (2018), ao considerar que a partir de 1870, e durante 50 anos, “a exploração da borracha transformou o antigo sistema do *aviamento* numa ampla e complexa rede hierárquica de comércio que se espalhou em toda a Amazônia” (MEIRA, 2018, p. 103), segundo modalidades que se adaptaram aos produtos e aos serviços respectivos tanto nas zonas rurais quanto nas urbanas.

Mesmo se sua duração não ultrapassou meio século, o impacto do Ciclo da Borracha foi considerável. Depois de sua reabilitação passageira durante a Segunda Guerra mundial, em função de uma economia de guerra imposta pelas potências estrangeiras, a produção de borracha para exportação é sucedida por uma política de colonização do território amazônico, iniciada pelos governos militares nos anos de 1960, que se associou notadamente à construção de rodovias tendo em vista a exploração madeireira, mineral e agropecuária por grupos industriais. Disso resultou uma aceleração da engrenagem técnico-política da região em condições extremamente violentas, sem levar em conta diversidades sociais, culturais e ambientais. Concebendo a Amazônia como uma plataforma de recursos a ser ocupada e explorada, sob risco de perda da soberania sobre o território, os governos do Regime Militar, implementaram uma política de colonização com o objetivo de promover o desenvolvimento da Amazônia e contribuir com a redução das tensões sociais das periferias das grandes metrópoles do centro-sul do Brasil, confrontadas com a pobreza e o desemprego, oferecendo a populações pouco qualificadas uma oportunidade de acesso à terra e a uma atividade de sobrevivência (LÉNA, 1996).

Esta política de colonização acompanhou “uma implantação do capitalismo que não se articulou jamais às estruturas sociais ou políticas locais” (MEILLASSOUX, 1996, p. 350), exacerbando as tensões entre dois modelos de sociedade – uma sociedade

pré-capitalista de tipo tradicional e uma sociedade capitalista autoritária que se implantava. Disso advém efeitos sociais extremamente perversos tais como a destruição de modos de vida e dos saberes nativos das populações amazônicas chamadas de “tradicionais”.

Até o retorno da democracia em meados dos anos de 1980, essa política de colonização contribuiu para a manutenção de uma situação de tensões na Amazônia resultante da coexistência dos dois modelos de sociedade que tenderam, a depender do contexto, a se oporem, ou a se ignorarem. Uma tal coexistência mostrou-se assim fecunda para manter – e muitas vezes fortalecer – um modo de dominação por meio de formas que a seguir serão tratadas. Sobre os conflitos que esta situação tem gerado, no fim deste artigo trataremos da maneira como se conseguiu legitimá-los em resposta aos desafios socioambientais que se impuseram com a retomada da democracia no Brasil, graças a implementação de novas políticas públicas.

O sistema paternalista do *aviamento* no Ciclo da Borracha

O sistema paternalista¹¹ do *aviamento* que se impôs com o Ciclo da Borracha é o resultado de um modo de exploração da seiva de uma espécie vegetal de ocorrência dispersa na floresta, operado pelos seringueiros, conjunto de

¹¹ Em *L’oppression paternaliste au Brésil*, Geffray; Léna e Araújo (1996) justificam a referência ao paternalismo, e não ao clientelismo, pois “O paternalismo designa originalmente uma forma arcaica do capitalismo europeu” que traz a vantagem “de exprimir claramente a desigualdade fundamental das formas de exploração coloniais e sua camuflagem ideológica”, diferente “das outras definições, mais descritivas e mais neutras” (GEFFRAY; LÉNA; ARAUJO, 1996, p. 105).

trabalhadores oriundos das chamadas populações caboclas da região e outros, grande parte deles, vindos do Nordeste do Brasil. Aos seringueiros, sob o rígido controle dos senhores dos seringais, chamados seringalistas, eram confiadas parcelas de florestas, isoladas e geralmente muito distantes dos centros urbanos e do acesso a qualquer serviço. O isolamento dos seringueiros era rigidamente controlado pelos seringalistas, senhores absolutos das unidades produtivas. Estes senhores, pertencentes à elite, residiam principalmente em Manaus ou Belém e eram os que mantinham relações comerciais com as casas aviadoras. Sediadas naquelas cidades, as casas aviadoras forneciam os produtos manufaturados que eram levados aos longínquos seringais pelos *regatões*, embarcações pelas quais a borracha produzida, na forma de bolas defumadas, as chamadas *pélas*, era trazida para as casas aviadoras, responsáveis pela exportação do produto (WEINSTEIN, 1993).

Como já indicado a mão de obra para o trabalho nos seringais em larga medida foi constituída por migrantes do Nordeste do Brasil que, na Amazônia, esperavam se estabelecer, constituir, ou arranjar, uma família¹² e melhorar suas condições de vida. As necessidades desses migrantes explicam a importância da provisão de produtos manufaturados para assegurar sua sobrevivência em regiões isoladas, nas quais as redes comerciais desempenham um papel estratégico, e a elas não tinham acesso direto. Este acesso passava pelo controle dos seringalistas que, por sua vez, na organização da produção da borracha monopolizava a distribuição dos produtos manufaturados vindos do exterior e o escoamento da produção do seringal.

¹² Caio Prado Júnior ([1942], 2011) tratou dessas práticas, arranjos ocasionais, como estabelecido a partir do sistema colonial brasileiro. Um sistema no qual se permitiu o cruzamento de raças, através da “licença de costumes, que sempre foi a norma no Brasil colonial”, contribuindo assim para, em certo sentido, a “absorção de populações indígenas” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 102).

Entre o “maior” patrão situado em Manaus ou Belém e o “menor” freguês situado nos sertões mais profundos há uma complexa cadeia hierárquica de poder, de natureza étnica, social e política, que incluiu entre os “aviados” e os chamados “caboclos”, mas também nordestinos pobres, indígenas e quilombolas; e entre os “aviadores” imigrantes portugueses, espanhóis, árabes de origem libanesa e síria, judeus do norte da África e também migrantes nordestinos, incluídos os funcionários públicos e militares (MEIRA, 2018, p. 107).

Em tal sistema, a situação do *seringueiro* é a de um homem trabalhando habitualmente sozinho em seu percurso de coleta, no interior da floresta, sem relações com o mundo exterior, a não ser através de seu patrão, o *seringalista*, do qual dependia não somente para vender sua produção, mas igualmente para adquirir o necessário para sua subsistência e a de sua família. Aquisição de produtos mediante pagamento com a borracha produzida jamais totalizado, dada a diferença, sempre vantajosa para o patrão, entre os valores pagos pela borracha e os valores cobrados pelos produtos manufaturados por ele fornecidos.

Esta situação de dependência e os compromissos estabelecidos eram tão fortes que, na maior parte dos casos, o *seringueiro* não podia, sob pena de morte, nem cessar sua atividade nem vender sua produção a um outro patrão. O [*seringueiro, grifos nossos*] encontrava-se de pés e mãos atados, a um sistema de poder fundado em relações clientelistas (LÉNA, 1996, p. 113).

A troca em questão implicava em assimetria não distante da descrita por Pierre Bourdieu quando analisa a dominação no campo político na qual “passa-se, gradualmente, da simetria da troca de dádivas à assimetria da redistribuição ostentatória

que é a base da constituição da autoridade política” (BOURDIEU, 1980, p. 210). Uma autoridade manifesta na expressão tipicamente simbólica de testemunhos de gratidão, de homenagens, de respeito, de obrigações ou de dívida moral.

Assim, pode-se perceber que na redistribuição, o que tocava ao *seringueiro* não se apresentava como uma dívida, mas como uma dádiva, conferindo ao doador prestígio e legitimidade, pois:

a dádiva permite de certo modo possuir a vida daqueles que não podem retribuir à altura e devem por consequência assumir uma dívida moral... Nessas situações, é a ausência de garantia institucional da dominação que obriga o dominante a ampliar esforços em permanência para assegurá-la (BOURDIEU, 1980, p. 110).

No caso do *seringalista*, esses esforços caracterizam o trabalho de constituição de seu capital, a partir da formação de uma clientela, e de conversão de seu capital material em capital simbólico graças à organização de uma rede de bens e de serviços voltados às necessidades daquela (LÉNA, 1996).

Esta atividade de conversão de capitais deve-se ao fato de o *seringalista* não evoluir no mesmo universo econômico e social que seus *seringueiros* e ocupar uma posição-chave entre o mercado e os *seringueiros*, desarticulados e sem autonomia. Disso, portanto, o *seringalista* emerge como único beneficiário. Para manter o controle sobre uma mão-de-obra, impedindo-a de fugas ou de acesso a certa autonomia, o *seringalista* desenvolve estratégias de dominação que, em função das circunstâncias e de contextos, iam “da redistribuição clientelista generosa à violência física extrema. [cujo, *grifos nossos*] limite absoluto é a escravidão, próxima de certas formas de servidão por dívida praticadas atualmente no Brasil” (LÉNA, 1996, p. 116).

Esta atividade de conversão dá-se igualmente, segundo Christian Geffray, com base na “ficção de uma equivalência

entre os bens trocados, ficção dependente da “palavra” do *seringalista* que a sustenta e justifica”. De fato, na medida em que o trabalho do *seringueiro* não é pago em moeda e sim com produtos e serviços, a troca baseia-se no valor estimado do látex em comparação aos bens manufaturados fornecidos. É nessa estimação que “reside toda a arte original da dominação: fazer com que nela se acredite” (GEFFRAY, 1996, p. 155). E esta crença é tão importante quanto a equivalência fictícia que tem por função justificar uma dívida original¹³ que se apresenta como “a forma contábil da exploração, que compõe o quadro imaginário no qual o cativo dos produtores se reveste de uma significação em cifras, coletivamente reconhecida, e pode adquirir uma legitimidade” (GEFFRAY, 1996, p. 156).

Um dos efeitos perversos desta dívida é de desenvolver nos dominados uma consideração para com seus exploradores, que

são louvados – e amados – pela generosidade de seus serviços e presentes. Eles se tornam protetores e redistribuidores paternais... a população destinatária de suas generosidades que eles coletivamente excluem de todo acesso autônomo ao mercado, acreditam neles, obedecem e para eles trabalham (GEFFRAY, 1996, p. 156).

¹³ Quando em uma de suas viagens a serviço do governo brasileiro, dessa vez ao Amazonas e Acre, no início do século XX, Euclides da Cunha registrou precisas descrições sobre as condições de trabalho nos seringais. Pelas observações desse autor a produção da borracha se dá com base na “mais criminosa organização do trabalho” e “o seringueiro realiza uma tremenda anomalia, é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 1976, p.109). Considerava já Euclides da Cunha a inexistência de condições para saldar a dívida original contraída pelo seringueiro antes mesmo de iniciar seu trabalho na coleta de látex. Uma dívida jamais saldada, pois, anualmente atualizada com base nos cálculos do patrão (PACHECO, 2012).

Por isso o *seringalista*, enquanto “dominante paternalista, seja ele o mais medíocre” (GEFFRAY, 1996, p. 159), dispõe, em sua relação com o dominado, de uma legitimidade pois considerado como a encarnação da lei. Uma lei imposta ao dominado e que obriga o dominante, enquanto “bom patrão”, ao “amor do dominado”, com tudo o que isso implica em termos de exigências e de obrigações. Mas, caso o “bom patrão”, não respeite a lei, abusando de sua legitimidade enquanto encarnação desta, o dominado não dispõe de nenhum recurso, nenhum apoio para se defender. A fuga então, tal como faziam muitos cativos em regime de escravidão, emerge como único meio de não ser executado pelo senhor¹⁴.

O sistema paternalista do *aviamento*, que se atualiza durante o Ciclo da Borracha¹⁵, consegue se estender ao conjunto da Amazônia¹⁶ e segue adaptando-se a atividades e contextos diferentes¹⁷. No caso da coleta da castanha do Pará

¹⁴ Sobre a prática de assassinato dos empregados e serviçais pelos “patrões” na Amazônia, ver as descrições de Christian Geffray (2007) em *A Opressão paternalista: cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro*.

¹⁵ De acordo com Márcio Meira (2018, p. 101), “a economia do látex no século XIX não criou, mas “retomou” e “ampliou” o “tradicional sistema de aviação”, em vigor em várias partes da Amazônia”.

¹⁶ “A curta importância assumida pela borracha na pauta de exportações brasileiras não corresponde à importância e à permanência das relações sociais e do modo de vida que ela criou. Isso explica, de um lado, que a borracha continuasse sendo produzida, apesar das circunstâncias adversas do mercado internacional, e, de outro, que outras produções possam ser realizadas mantendo-se as relações sociais supostas na extração da borracha” (OLIVEIRA, 2012, p. 28).

¹⁷ Esta extensão a diferentes contextos dá-se por adaptação das formas de dominação às atividades e à sua perenização. Márcio Meira mostra, por exemplo, como em 2013-2014 os beneficiários do Bolsa Família e Previdência Especial sofreram com a “reciclagem do sistema do *aviamento*, no qual os comerciantes localizados na cidade passam a se apropriar ilegalmente dos cartões de crédito dos beneficiários desses Programas do Governo Federal, mantendo-os preso a dívidas impagáveis” (MEIRA, 2018, p. 116). Noutro caso, bem mais recente,

também foi possível verificar a incidência do sistema de *aviamento*.

A situação dos coletores nos castanhais

De acordo com a socióloga Marília Ferreira Emmi (1999; 2002), reconhecida especialista das relações entre poder econômico e político ligados ao extrativismo nos castanhais, a castanha passa a se destacar na economia da Amazônia quando declina o extrativismo do látex das seringueiras. Fruto da castanheira (*Bertholletia excelsa*), essa amêndoa nutritiva tradicionalmente integrada na alimentação de pessoas e animais na Amazônia, já no início do século XIX figurava entre os produtos brasileiros exportados, sobretudo para os Estados Unidos e a Inglaterra.

A incidência das castanheiras verificada nas terras altas e solos firmes da bacia amazônica, se dá no Amazonas, Acre, Amapá e Pará. No Pará, depois de desenvolvidas a exploração nas regiões do Trombetas e Baixo Tocantins, a coleta de castanha para exportação vai se tornar bastante expressiva nos anos de 1920 nas terras da confluência dos rios Itacaiunas e Tocantins, na região de Marabá, município que, por várias

constatou-se “a situação dos pequenos produtores de abacaxi de Salvaterra, município situado na Ilha do Marajó, no estado do Pará, que se beneficiaram de um programa governamental de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento dessa cultura e utilizaram os serviços de “atravessadores” estabelecidos na capital do estado, para escoar sua produção. Os atravessadores compravam a produção antes de seu plantio. Uma forma de prestação por adiantamento de dinheiro, possibilitando o investimento na plantação e o atendimento de necessidades básicas dos produtores que assim adentram uma cadeia de dependência tal como no *aviamento*, em modos atualizados (TEISSERENC; TEISSERENC, 2016).

décadas do século XX, se notabilizou como “terra dos castanhais”. No caso da região de Marabá, onde se concentraram os estudos de Emmi (1999; 2002), dos castanhais, grupos oligárquicos se constituíram em seus “donos” passando a exercer controle absoluto, das terras onde estes (os castanhais) estavam presentes. Por meio desse controle os tais “donos” construíram sua legitimidade econômica e política. Vale ressaltar, nesse sentido, que a atividade produtiva, da extração à exportação, estava sob o controle daqueles que detinham as terras, as embarcações para o transporte fluvial e o comércio da castanha e outros gêneros. Nessa engrenagem as pessoas que trabalham apanhando a castanha encontravam-se dominadas pelos “donos” de castanhais, tanto pelo sistema de dívidas, como pela violência exercida diretamente por jagunços e pistoleiros ao seu serviço.

O trabalho dos coletores, ou *apanhadores*, de castanhas, à diferença do dos *seringueiros*, é ritmado pelo tempo da safra (de dezembro, janeiro até abril), o que leva a estratégias diferentes para se impor a dominação. De fato, na situação em questão, mesmo havendo, como no caso do *seringal*, controle nas vias de circulação e de comercialização dos produtos e dos serviços necessários à sobrevivência dos trabalhadores, não se verifica aquela estimativa fictícia dos valores dos bens trocados pelo trabalho efetuado, base do sistema de dívida, imposto diretamente pelo *seringalista* ou pela pessoa de sua confiança localmente situada e a seu serviço. No caso do castanhal, de acordo com o observado pela antropóloga Neide Esterici (1996) em suas pesquisas dos anos de 1980, o proprietário do castanhal era obrigado a contar com intermediários, os chamados *gatos*, para recrutar os *apanhadores* mediante propostas contratuais geralmente falsas. Aliás, a denominação *gato* é significativa da dissimulação presente nessas práticas contratuais:

um termo jocoso e pejorativo que alude à habilidade desses intermediários de seduzir os trabalhadores com "falsas promessas" sobre salários, condições de vida e de trabalho. A palavra também indica as muitas práticas dos empreiteiros denunciadas pelos trabalhadores como formas de apropriação de parte ou mesmo de toda sua remuneração: a retirada de uma "porcentagem" da remuneração devida aos trabalhadores sob alegação de ajudarem-nos a organizar e executar o serviço de forma mais rentável; a distorção das medidas de área estipulada para a tarefa a ser realizada; a manipulação das contas de modo a criar ou aumentar a dívida do trabalhador; finalmente, a fuga com o montante de dinheiro pago pela empresa e no qual se inclui a remuneração a ser repassada aos trabalhadores no final da tarefa". (ESTERCI, 1996, p. 132).

Essas "falsas promessas" sedutoras feitas aos *apanhadores*, levam a aceitar a proposta dos recrutadores e assim se deslocarem dos estados vizinhos de Goiás e do Maranhão, para trabalhar nos castanhais do Pará durante os quatro meses do período de *apanha*. Durante esse período os *apanhadores* precariamente alojados, privam-se como podem para economizar esperando retornar aos seus lugares de origem levando o ganho acumulado.

Diferente da relação entre *seringueiro* e *seringalista* baseada na dádiva e na dívida, o contrato entre o proprietário do castanhal e o *apanhador* de castanha se dá com base em uma troca monetária mínima. O que poderia colocar o *apanhador* de castanha em uma situação mais livre na medida em que o acesso ao mercado de bens e serviços não é intermediado pelo proprietário do castanhal. Mas, não. Essa relação, como demonstrado por Geffray (1995), se caracteriza por uma grande violência por parte dos donos dos castanhais que, ao contrário dos *seringalistas*, não podem dissimular os

mecanismos de dominação e assim suscitar um reconhecimento em troca dos serviços prestados aos *seringueiros*, como o direito a uma moradia para si e a família. Na situação dos *apanhadores* de castanha “tal agrado, símbolo da exploração, mais ainda sua objetivação institucional” (GEFFRAY, 1995, p. 49), não ocorre. Na impossibilidade de transformar os *apanhadores* de castanha em uma clientela cativa, aos donos dos castanhais o único recurso disponível é a força bruta. Desse modo, para que a situação permaneça em paz, o explorado não opõe resistência à dívida¹⁸ calculada e contínua contra sua prestação. Caso resista a continuar o trabalho por desacordo quanto à dívida, sua morte estará sentenciada pelo patrão. Da mesma maneira, convencido de sua dívida, caso se esforce ao máximo no trabalho para saldá-la, e alcance de fato uma situação de solvência, o *apanhador* de castanha também será executado a mando do patrão.

O mais impressionante, a partir do que descreve Geffray (1995) é a naturalização dessa habitual violência por parte dos donos dos castanhais, dispostos a matar sem nenhum pudor, sem que em sua memória habitem as lembranças de suas vítimas, muitas, é preciso dizer. A memória se faz presente quando não há mais o que dizer, “quando se esgota a linguagem... é a violência sórdida no silêncio dos mais fortes” (GEFFRAY, 1995, p. 50). Para esses dominadores, o assassinato não se reduz a um crime; ele é um dos componentes do exercício da dominação e encontra seu sentido dentro da

¹⁸ Para Jean-Claude Meillassoux a constituição da dívida é necessária ao exercício do paternalismo. “Basta manter a pessoa em uma situação de necessidade, diminuindo seus rendimentos, e de incapacitá-la física e moralmente a encontrar outros recursos. As intenções do paternalismo são de distanciar a remuneração do trabalho do quadro contratual para assim manter relações arbitrárias de indulgência” (MEILLASSOUX, 1996, p. 352).

lógica da exploração¹⁹. “O assassinato atinge seletivamente e em definitivo todos os maus jogadores” (GEFFRAY, 1995, p. 52).

A onipresença do modo de dominação que encontrou sua forma canônica no sistema paternalista do *aviamento* e que permaneceu na implementação da política de colonização da Amazônia brasileira a partir dos anos de 1960 (BECKER, 2009), revela sua grande legitimidade. Uma legitimidade cujas razões podem ser identificadas no processo de estruturação do Estado brasileiro a partir da Proclamação da República em 1889. Relembrar algumas das características desta construção pode contribuir para a compreender as razões da permanência desse modo de dominação na sociedade brasileira, a legitimidade que ela adquiriu e o que explica a importância de seus efeitos sobre os territórios.

Modos de dominação e construção da nação brasileira. O Estado-nação

¹⁹ É importante lembrar aqui as duas fontes de violência das quais são vítimas populações dominadas na Amazônia: as práticas dos dominantes, em meio aos quais os fazendeiros e práticas da vida social dos dominados, tratadas por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1977 [1969]) e Caio Prado Júnior (2011 [1942]). Comparando a situação das famílias dominantes, no seio das quais os interesses de poder justificam uma solidariedade, um controle permanente e o respeito das regras “como as prescrições fundamentais de autoridade paterna” (FRANCO, 1977, p. 47) com a das famílias dos dominados, onde não há controles baseados em interesses, Maria Sylvia de Carvalho Franco afirma “o que sobressai como padrão de comportamento é a violência, correspondendo a todo um sistema de valores centrados na coragem pessoal” (FRANCO, 1977, p. 51). Desse modo “a violência se erige em uma conduta legítima” (FRANCO, 1977, p. 51). Essas relações se desenvolvem em um contexto em que, segundo Caio Prado Júnior, “a escravidão, a instabilidade e insegurança econômicas...; tudo contribuirá para se opor à constituição da família, na sua expressão integral em bases sólidas e estáveis” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 372).

brasileiro: incompletudes que se perenizam

As análises de Darcy Ribeiro (1995) sobre a constituição do “povo brasileiro” no contexto da Proclamação da República mostram uma situação em que, diferente de muitos países multiétnicos, “os brasileiros se integram em uma única etnia nacional, constituindo assim um só povo incorporado em uma nação unificada, num estado uni-étnico” (RIBEIRO, 1995, p. 22). Esta situação muito particular deve-se ao desejo de criação de uma unidade nacional com base em uma uniformidade cultural, o que constitui uma característica extraordinariamente importante em vista do que ocorreu em outras partes da América, sobretudo a hispânica. Esta vontade se impôs ocultando disparidades, contradições, e os antagonismos de classe que persistem, através de “processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável” (RIBEIRO, 1995, p. 22). Assim procedendo, o país teria economizado a passagem de uma sociedade pré-capitalista a uma sociedade capitalista como descrita por Pierre Bourdieu (1994), sem a dissimulação das relações de dominação e a justificação dos efeitos de uma dominação exercida com base em relações impessoais graças à institucionalização de campos sociais como o mercado de trabalho, a educação, o direito, a religião, a política, em cujas funções se encontra a de gerenciar tais efeitos.

Compreende-se melhor porque, no caso brasileiro, a unidade reivindicada se apresenta como o resultado de “um processo continuado e violento de unificação política” que “potencializa e reforça a repressão social e classista”, enquanto a uniformidade cultural reivindicada se impôs, exacerbando antagonismos de classe em benefício de uma camada social

muito privilegiada²⁰, esquecendo quase que completamente que, como refere Bertha Becker esse “povo-nação surge da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela” (BECKER, 2009, p. 23). O que foi alcançado através da violência e repressão, do “genocídio” e “etnocídio”, já afirmado por Darcy Ribeiro (1995).

Esta exacerbação, que alimenta uma distância social particularmente grande entre os dominantes e os dominados, traduz-se, do lado das elites “primeiro lusitanos, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras”, por um medo dos riscos de sublevação das classes oprimidas; um medo que explica “a brutalidade repressiva contra qualquer emergência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente” (RIBEIRO, 1995, p. 24). Este medo é consequência do abismo profundo que separa as classes sociais, sem que isso degenere em conflitos sociais graças a uma divisão dos espaços urbanos que permite a cada classe funcionar em casta ou em gueto. Os dominantes se isolam “numa barreira de indiferença” para se proteger da “miséria repugnante”, a qual por todos os meios se busca “ignorar ou ocultar numa espécie de miopia social” (RIBEIRO, 1995, p. 24)²¹.

²⁰ Essa exacerbação, que contribui com a manutenção de formas de dominação, está na origem de uma narrativa nacional desconectada da realidade: “o espantoso é que os Brasileiros, orgulhosos de sua tão proclamada, como falsa, “democracia racial”, raramente percebem os profundos abismos que aqui separam os estratos sociais” (RIBEIRO, 1995, p. 24).

²¹ Esta análise do contexto socioeconômico brasileiro vai ao encontro daquela desenvolvida por Francisco de Oliveira (1988) sobre o retardo de nossa industrialização. Corroborando a perspectiva de Celso Furtado, Oliveira afirma que tal retardo deveu-se à permanência, até os anos 1930 – momento da grande crise do capitalismo mundial – dos padrões escravocratas nas relações de trabalho e de seus efeitos nas práticas e estratégias dos dominantes. Nesse sentido, “o escravismo constituía-se em óbice à industrialização na medida em que o custo da reprodução do

Eis a situação do “povo brasileiro” que “pagou um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruentas de que se tem registro na história, sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e de opressão em que vive e peleja” (RIBEIRO, 1995, p. 25). Segundo Darcy Ribeiro, a incitação à violência que emana da classe dominante e sua recusa a toda reforma institucional contrária aos seus interesses, a ela se opondo pela repressão, é constituinte da história do Brasil.

A construção deste Estado-nação brasileiro acompanhou-se, na escala local, da permanência de um sistema de poder cujas raízes se encontram na colonização, o mesmo que se impôs durante o Ciclo da Borracha sob a forma do *aviamento*, e que resistiu às grandes transformações socioeconômicas e sociopolíticas pelas quais o país passou desde fins do século XIX.

Poder local na Amazônia e o clientelismo em sua reprodução

O poder local, no nosso entender, carrega hoje ainda características do sistema de *aviamento* como tratado por Pierre Teisserenc (2016). Entre essas características, encontra-se o par paternalismo-clientelismo como fenômeno. Na origem deste fenômeno, que ainda pode ser verificado, mesmo se podemos escolher nossos representantes pelo voto, está o *aviamento*²², o que se explica pela busca por parte dos eleitores

escravo era um custo interno na produção” (OLIVEIRA, 1988, p. 41), o que explica a manutenção de um padrão não-capitalista e de “relações não-capitalistas”, que têm como efeito garantir “as estruturas de dominação e a reprodução do sistema” (OLIVEIRA, 1988, p. 44).

²² Cf. Léna (1996) que, a propósito do clientelismo eleitoral, o analisa como resultado de mecanismos similares no exercício da dominação-exploração fundados na dependência pessoal.

de vantagens outorgadas pelos poderes públicos e manipuladas pelos notáveis locais. Entre esses notáveis, figura emblemática é a do *coronel*, que passou a existir durante o período imperial no Brasil, e que durante os primeiros tempos da República, momentaneamente é fortalecido” (LÉNA, 1996, p. 119).

Esse último, ao apoiar uma candidatura ao poder local, dirigia-se aos eleitores fazendo-lhes individualmente promessas em troca de seus votos. Os eleitores para se beneficiarem da generosidade do *coronel*²³ cumpriam sua parte no trato. Tal comportamento, no entanto, não corresponde simplesmente a um cálculo racional, pois, como os compromissos são baseados em promessas, o não cumprimento do trato implica em represálias por parte de quem se elege, para isso contando com a chantagem permanente, de sucesso garantido pelos serviços de delação prestados eventualmente por um apoiador, vizinho ou conhecido de um eventual “traidor” (TEISSERENC, 2016).

Esse poder de dominação, contando permanentemente entre seus métodos com a chantagem, “exercida pelo governante local sobre os cidadãos graças à uma gestão hábil e perversa dos empregos públicos²⁴, o que, em tal contexto, constitui a fonte principal de um poder discricionário cuja autoridade se assenta na manutenção de um tipo de

²³ Incontornável referência na análise sociológica da estruturação do poder político no Brasil republicano é Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976). A autora demonstrou como o voto corresponde a uma troca entre o candidato e o eleitor intermediado pelo “coronel”, sob a forma da promessa de um serviço cuja realização incerta constitui ameaça permanente.

²⁴ O município de Salvaterra (PA), situado na ilha do Marajó, estado do Pará, possuía em 2015 uma população próxima de 25.000 hab. Naquele ano só no setor da educação, pelo menos 900 postos de trabalho estavam preenchidos com contratações temporárias, permitindo assim o funcionamento de 57 escolas.

dominação ainda mais perverso” (TEISSERENC, 2016, p. 58), considerando a precariedade desses empregos²⁵. De fato, nas famílias que não possuem outras rendas a não ser aquelas advindas de programas de redistribuição de renda do governo, da aposentadoria dos avós e/ou geradas por atividades de agricultura de subsistência, pela pesca artesanal, ou por um pequeno comércio, entre outros, um emprego público, mesmo de duração determinada, é quase um *milagre* e a incerteza em mantê-lo uma ameaça, uma fonte incessante de angústia.

A análise dessas relações paternalistas mostra que elas põem em causa três fatores: um problema geral de acesso a recursos – quer se trate de bens de produção, de acesso aos serviços, de recursos financeiros, de bens simbólicos²⁶ –, de déficit de autonomia por parte dos dominados e de ausência de um mercado de trabalho regulado. As semelhanças entre essas situações de dominação, dos *seringueiros* do Ciclo da Borracha, dos *apanhadores* de castanha e, mais recentemente, a situação dos empregados na educação em Salvaterra (PA), testemunham uma continuidade compondo com as transformações vividas pela sociedade brasileira desde o fim do período colonial, passando pelo Império, pela Proclamação da República e pela construção de um Estado-nação, mesmo com a industrialização, enfim, mesmo com sua transformação em sociedade capitalista. A constatação dessa continuidade reforça a tese desenvolvida por Márcio Meira (2018).

²⁵ A renovação anual, no caso dos contratos ligados à educação, na véspera das férias escolares de janeiro e fevereiro, tanto mantém a incerteza quanto libera os cofres municipais de dispêndios com remuneração nos dois meses de recesso.

²⁶

Ainda no município de Salvaterra (PA), um dos prefeitos, de confissão evangélica, utilizou seu pertencimento religioso como um recurso privilegiado na distribuição de bens a seus eleitores prometidos durante a campanha eleitoral, além do recurso do acesso a emprego público através de contrato temporário.

Resta explicar as particularidades da construção deste Estado-nação e a permanência de um sistema de poder local herdeiro de características de modos de dominação tão antigos.

Brasil, uma sociedade capitalista híbrida?

Tal situação, caracterizada pela permanência e a visibilidade de relações de dominação tanto a nível nacional quanto a nível local, faz eco a uma das ideias do quadro teórico de Pierre Bourdieu, segundo a qual o que distingue as sociedades pré-capitalistas das sociedades capitalistas, são as formas de expressão da violência – manifestas em relações pessoais ou impessoais. Como procuramos demonstrar anteriormente, no caso da sociedade pré-capitalista amazônica, o sistema de dominação pelo *aviamento*, que ganhou expressão no fim do século XIX no período do Ciclo da Borracha, difundiu-se, para além dos *seringais*, na organização da exploração dos recursos naturais da Amazônia. Difusão de um sistema caracterizado por uma dominação fundada em relações pessoais e na ampliação de uma violência²⁷ tanto física quanto simbólica, uma vez reunidas condições favoráveis aos dominadores para converter dívida em dádiva, como normalmente se dava na relação entre o *seringalista* e o *seringueiro*. Esta conversão da violência física em simbólica, que se dá através de um trabalho oneroso de dissimulação dos mecanismos de dominação, exigia dos

²⁷ Não é o *aviamento* praticado no contexto do Ciclo da Borracha que origina a violência nas relações interpessoais em questão. Esta violência é inerente à situação de categorias sociais dominadas, como demonstrado nos estudos Caio Prado Júnior (2011) e de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1977). Ver *nota 13*.

seringalistas, a manutenção de uma rede complexa para assegurar o fornecimento de bens manufaturados e dos serviços de primeira necessidade necessários à sobrevivência dos *seringueiros*, e de suas famílias, quando este era o caso, pagos a um preço estimado de modo aleatório e enviesado do valor do látex colhido em favor dos *seringalistas*.

Na Amazônia, a modernização adotada a partir da segunda metade do século XX, na continuidade da constituição de um Estado-nação republicano²⁸, difere do que se produziu na Europa e América do Norte, pois articulada a uma cultura política autoritária. É como se os dominantes não tivessem conseguido perceber as vantagens oferecidas – como é em geral o caso em uma sociedade capitalista – pelo funcionamento de campos como o mercado de trabalho, a educação, a religião, a política, cujos efeitos enquanto dissimuladores da dominação, os dispensaria de, para se justificarem, operarem seus poderes com estratégias onerosas e complexas. Pode-se constatar que tal modernização se deu mantendo-se práticas no exercício do poder local características de uma dominação pessoal, autoritária e explícita.

O olhar de Darcy Ribeiro (1995) sobre a construção de uma sociedade brasileira, ilusoriamente reunida em uma unidade cultural dissimuladora das grandes desigualdades econômicas e sociais, traz um primeiro elemento de explicação para compreender a natureza das relações entre classes sociais que se ignoram. Em meio a análises mais recentes, as de André Botelho (2019)²⁹ explicam a permanência de uma concepção

²⁸ Em meio às grandes transformações socioeconômicas e sociopolíticas que acompanham o chamado modelo modernista, note-se o desenvolvimento da educação e de um sistema de saúde, uma transferência dos investimentos para a exploração de matérias primas e setor industrial e uma aceleração da urbanização.

²⁹

André Botelho baseia sua interpretação em Maria Sílvia de Carvalho Franco ([1969]1997).

autoritária e violenta da dominação, tanto ao nível nacional quanto local, apesar da construção de um Estado-nação dotado de instituições de forte legitimidade, dada a vontade das elites em manter uma dominação fundada em relações pessoais “incorporadas às instituições políticas como princípio mais geral de regulação das relações sociais... que se manifestam, fundamentalmente, no exercício personalizado do poder” (BOTELHO, 2019, p. 171). Retomando a tese desenvolvida por Lilia Moritz Schwarcz (2019), André Botelho justifica a permanência de uma dominação pessoal pela ausência de uma ruptura social na história do país – sob efeito de uma guerra ou revolução –, o que confere, em relação ao passado “o peso de uma herança cultural” geradora de “formas de socialização modeladas pelo regime da escravidão” (BOTELHO, 2019, p. 174)³⁰. Essa “herança cultural” estaria na origem de uma solidariedade restrita à esfera familiar “que aflora constantemente no fluxo do processo político” (BOTELHO, 2019, p. 104) na qual se reencontraria o essencial das características de um sistema paternalista de dominação que é predominante no exercício do poder local.

Foi necessário esperar o retorno da democracia em fins dos anos de 1980 para que, localmente, algumas alterações no sistema de poder pudessem ser produzidas. Alterações possibilitadas uma vez considerados desafios ambientais segundo modalidades que resta a apresentar.

³⁰ Essas análises vão ao encontro das de Caio Prado Júnior (2011[1942]) ao descrever sem complacência a situação de uma sociedade colonial amazonense caracterizada pela “instabilidade e incerteza” e que se apresenta “mais como uma aventura que a constituição de uma sociedade estável e organizada” e que se “revela em toda sua crueza e brutalidade”, reiterando a colonização brasileira como “empresa exploradora dos trópicos” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 227).

O retorno da democracia e o desafio ambiental: o desafio ambiental quando considerado

Com o retorno da democracia, a implementação de uma Constituinte e a promulgação de uma Nova Carta em 1988, na qual uma legislação ambiental foi contemplada, em um contexto internacional particularmente sensível aos desafios ecológicos³¹. A partir de então toda uma série de medidas foram tomadas pelo governo, que terão por efeito, em certos territórios, criar condições favoráveis à emergência de iniciativas de desenvolvimento orientadas pelas exigências ambientais e sociais, portanto correspondentes ao que se chamou modelo socioambiental (LÉNA, 2002, p. 3). Esse novo modelo se caracterizaria, pela

mudança na estrutura da sociedade regional – diversificação social, conscientização e aprendizagem política – fruto da mobilidade populacional e da urbanização... e, provavelmente a mais importante transformação, expressa na organização da sociedade civil e no despertar da região para as conquistas da cidadania. [Tais mudanças originaram novas conflitualidades cujo efeito mais significativo é a existência de... *grifos nossos*] um processo de politização da natureza,

31

Lembremos, como eventos ilustrativos, do impacto internacional do assassinato em 1988 de Chico Mendes, líder de um movimento social fortemente engajado na luta contra a desflorestação da Amazônia e pelos direitos sociais dos chamados “povos da floresta”, e/ou populações tradicionais (seringueiros, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de côco babaçu, entre outros segmentos). Assassinato que ocorre em contexto sensibilizado pela publicação de *Nosso Futuro Comum*, o Relatório Brundtland, em 1987 (CMMAD, 1991), documento preparatório à realização da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Eco-92), em 1992 na cidade do Rio de Janeiro.

desnaturalizando a questão ambiental (BECKER, 2009, p. 30-31).

Tal processo teria feito da Amazônia, à época, “uma verdadeira fronteira experimental de um novo padrão de desenvolvimento” (BECKER, 2009, p. 104) caracterizada em especial pela “institucionalização de uma malha ambiental” (BECKER, 2009, p. 115), no âmbito de uma descentralização do poder. Dessa perspectiva compartilha Carlos Walter Porto Gonçalves (2001), autor que considera a institucionalização da malha ambiental na Amazônia como um laboratório da ecologização da política sob o efeito de uma diversidade de movimentos sociais portadores de reivindicações que concernem ao uso da terra de acordo com as exigências ambientais

movimentos de re-existencia, posto que não só lutam para resistir contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de existencia, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar (PORTO GONÇALVES, p. 129-130).

Também foi verificado que a emergência desse modelo socioambiental amazônico se manifestou em um contexto de “ambientalização”³² das situações territoriais, que levam, sempre que as condições são favoráveis, a mobilizações de caráter político das chamadas populações tradicionais que interpelam o sistema tradicional de poder local.

32

Sobre a ambientalização enquanto contexto característico de uma etapa da “grande transformação” (POLANY, [1944] 1980) e as potencialidades do ambientalismo para regular o capitalismo e indicar transformações sociopolíticas e econômicas, conferir José Sérgio Leite Lopes (2006).

Uma mobilização política

A análise dessas mobilizações por Pierre Teisserenc (2016), conduz à distinção entre uma mobilização de natureza identitária, por parte de comunidades quilombolas engajadas na luta pelos seus territórios e direitos diferenciados, justificados pelas suas particularidades étnicas, e uma mobilização de natureza política, por parte de outros segmentos das chamadas populações tradicionais que buscaram tirar proveito da “malha institucional” das políticas públicas ambientais, implicando-se ativamente na criação de áreas protegidas, tais como as Resex (Reservas Extrativistas).

De um lado, os quilombolas escolheram se implicar na cena local “como um grupo estigmatizado, preocupado em denunciar as discriminações sofridas e obter compensação por meio das vantagens reivindicadas” (TEISSERENC, 2016, p. 253). Sua mobilização, evidentemente permite respostas a certas reivindicações, mas nada foi alterado no sistema de poder local. De outro lado, a mobilização pelo reconhecimento de seu território e do direito ao uso de seus recursos a partir da criação de uma Resex oferece, em conjunturas favoráveis³³, oportunidade de um reconhecimento cidadão em nome de competências coletivas para assegurar o desenvolvimento sustentável de um território graças à eficiência de saberes e fazeres *nativos*. De fato, observa-se como, em um novo contexto, a elaboração participativa de diagnósticos ambientais do território e o trabalho do Conselho Deliberativo

33

Por conjunturas favoráveis compreendemos situações que prevaleceram em duas Resex estudadas, nas quais, após eleições municipais marcadas pela participação do movimento social no poder local, o prefeito mesmo, ou o vice-prefeito passaram a participar das reuniões do Conselho Deliberativo das Resex instituídas em seus respectivos municípios, permitindo assim resolver problemas delicados de integração de decisões desta instância, de natureza deliberativa, no sistema de poder local tradicional, de natureza representativa.

de uma Resex constituíram-se em ocasiões nas quais os membros das comunidades se engajaram em projetos coletivos inspirados nos saberes *nativos* e enriquecidos pelas contribuições, orientadas pelas exigências ambientais, de “novos parceiros, como ONGs, universidades, serviços especializados do Estado etc.” (TEISSERENC, Maria José, 2016, p. 239). E, do ponto de vista da mobilização, resultaram a priorização de acordos, a implementação de dispositivos de controle etc., com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável do território.

A priorização de acordos, no caso, foi possibilitada pelo trabalho no Conselho Deliberativo, cujo reconhecimento de seu caráter político se impôs desde que um dirigente municipal passou a participar pessoalmente dos debates e a considerar as decisões ali deliberadas. Um reconhecimento que é, ao mesmo tempo, das populações tradicionais enquanto beneficiárias de um território, a partir de um contrato com o Governo Federal, enquanto cidadãos que contribuem com o desenvolvimento sustentável. Este reconhecimento constitui uma maneira de confrontar o sistema local de dominação (TEISSERENC, Pierre, 2016), na medida em que representa o resultado³⁴ de jogos de alianças entre dominantes e dominados capazes de permitir a experimentação de um novo referencial de desenvolvimento do território, dirigido pelas exigências ambientais, em relação estreita com uma compreensão dos recursos do território enquanto bens comuns, podendo se constituir em modelo de desenvolvimento *socioambiental*.

³⁴ A situação de ambientalização cria as condições de um trabalho de aprendizagem coletivo colocando em cena novas relações entre dominantes e dominados empenhados em responder às exigências ambientais de desenvolvimento de seu território em cujos efeitos se encontra uma “governança territorial ambiental” (TEISSERENC, Maria José, 2016; TEISSERENC, Pierre, 2016).

Considerações finais: uma leitura do contexto atual

A emergência de um *modelo socioambiental* se opõe, quando as circunstâncias locais permitem, ao *modelo modernizador* e, mais precisamente, ao sistema paternalista de dominação a ele associado. A análise das tensões resultantes desse confronto entre modelos aqui pretendida se inspira no quadro de análise de Pierre Bourdieu que, a nosso ver é pertinente. Para concluir, três aspectos desse quadro que nos chama a atenção ao nos referirmos a situações na Amazônia brasileira.

O primeiro aspecto diz respeito à importância dos modos de dominação como descritos em Pierre Bourdieu para pensar características de uma dominação que se estrutura com a colonização e encontra-se atualizada em situações na Amazônia, mas também no país como um todo, ao nível de cada um de seus territórios. É evidente que a rapidez com que recentemente retornou o autoritarismo ao primeiro plano da cena política no Brasil, a partir da destituição da Presidenta Dilma Rousseff em 2016 e do resultado das eleições de 2018, confirma a importância e pertinência de um quadro de análise que considere os modos de dominação como sugerido por Pierre Bourdieu. Muito embora, o recrudescimento das práticas autoritárias, e seus efeitos no curto prazo, em termos de confrontação entre o modelo modernizador e as novas práticas

locais de cidadania, inspiradas no modelo socioambiental³⁵, ainda não seja possível averiguar.

O segundo aspecto diz respeito ao interesse em privilegiar a análise das relações entre os dominantes e os dominados para distinguir as formas de dominação fundadas em relações pessoais, encontradas habitualmente nas sociedades pré-capitalistas, das dominações fundadas em relações impessoais, próprias das sociedades capitalistas. Este interesse confirma a importância das estratégias dos atores que, mesmo quando visam promover o bem-estar individual, trabalham para confortar seu estatuto de dominante, não importa a forma, em função de cada contexto.

O terceiro aspecto põe em causa o interesse sobre as formas de dissimulação dos mecanismos de dominação objetivados, no caso das sociedades capitalistas, a partir da organização de campos como o mercado de trabalho, a educação, a justiça, a religião, a política etc., que permitem desenvolver a dominação de maneira impessoal. Situações na Amazônia brasileira mostram que a penetração do capitalismo e as transformações sociais que o acompanharam não permitiram a passagem de um modo de dominação fundado em relações pessoais a um novo modo no qual prevalecem relações impessoais, em razão de condições de construção de um Estado-nação que conservou certos traços coloniais,

35

É inapropriada qualquer previsão ainda sobre o que será feito do Brasil de amanhã tamanha a confusão na situação política do país estabelecida durante os dois governos que sucederam a destituição da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Governos que se empenharam de maneira obsessiva a esvaziar a substância de tudo o que foi construído em termos de ambientalização e de políticas sociais no Brasil desde fins de 1980. Assim, apesar da importância que representa a eleição de Luiz Inacio Lula da Silva em 2022, para a democracia no Brasil, a consolidação do modelo socioambiental, origem de mudanças significativas tratadas nesse artigo, continua em horizonte nebuloso.

limitando em particular a solidariedade à família dos dominantes, em detrimento de uma solidariedade para com o conjunto da sociedade (QUEIROZ, 1976). Espera-se que as tensões entre esses dois modelos de sociedade evocados anteriormente tragam novo espaço societal favorável a uma gestão que permita as experiências de deliberação, inspiradas no modelo socioambiental, abrir vias para o enfrentamento do sistema de dominação que organiza o poder local na sua forma atual.

Referências

BECKER, Bertha. *Amazônia: geopolítica na virada do III Milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOTELHO, André. *O Retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre. Les modes de domination. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 2-3, p. 122-132, juin 1976.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 105, p. 3-12, décembre 1994.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

ESTERCI, Neide. Imobilização por dívida e formas de dominação no Brasil de hoje. *Lusotopie*, p. 123-137, 1996.

EMMI, Marília Ferreira. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: Editora Naea, 1999.

EMMI, Marília Ferreira. Os Castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. *Papers do NAEA*, Belém, p. 1-25, outubro 2002.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem*

escravocrata. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GEFFRAY, Christian. *Chroniques de la servitude en Amazonie brésilienne*. Paris: Éditions Karthala, 1995.

GEFFRAY, Christian. Le modèle de l'exploitation paternaliste. *Lusotopie*, p. 153-162, 1996.

GEFFRAY, Christian; LÉNA, Philippe; ARAUJO, Roberto. L'oppression paternaliste au Brésil. *Lusotopie*, p. 105-108, 1996.

GEFFRAY, Christian. *A Opressão Paternalista: cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro*. Rio de Janeiro: Educam, 2007.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de "Ambientalização" de conflitos e sobre dilemas da participação". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan-jun. 2006.

LÉNA, Philippe. As Políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. *Boletim Rede Amazônia*. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, p. 9-20, 2002.

LÉNA, Philippe. Les rapports de dépendance personnelle au Brésil. Permanence et transformations. *Lusotopie*, p. 111-122, 1996.

MEILLASSOUX, Claude. Des dimensions du paternalisme au Brésil. *Lusotopie*, p. 343-354, 1996.

MEIRA, Márcio Augusto Freitas de. *A persistência do Aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico*. São Paulo: EDUFSCar, 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910, *Caderno CRH*, Salvador, v. 25 n. 64, jan-abr, 2012.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 [1944].

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo brasileiro: a formação e o sentido do*

Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em Reservas Extrativistas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 29, n. 77, p. 229-242, mai-ago de 2016.

TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; TEISSERENC, Pierre. Dinâmicas territoriais e socioeconômicas na Amazônia brasileira". In TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; SANTANA JR, Horácio Antunes; ESTERCI, Neide (Org.). *Territórios, mobilizações e conservação socioambiental*. São Luís: Edufma, 2016, p. 31-60.

TEISSERENC, Pierre. As vias de integração da mobilização social no campo político. *Caderno CRH*, Salvador, v. 29, n. 77, p. 243-259, mai-ago de 2016.

TEISSERENC, Pierre. Poder local e condições de sua renovação na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v 19, n.1, p. 47-70, jan-abril 2016.

TEISSERENC, Pierre. Les RESEXs: un instrument au service des politiques de développement durable en Amazonie brésilienne. *Revista Pós- Ciências Sociais*. São Luís, v. 6, n. 12, p. 41-68, 2009.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. Tradução Lólito Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Resumo:

O quadro teórico de Pierre Bourdieu sobre os modos de dominação é utilizado neste artigo para refletir sobre situações socioeconômicas e sociopolíticas da Amazônia brasileira e sua evolução sob o efeito de um modo de dominação herdado do período colonial e que conseguiu se manter no fim do século XIX, mesmo com a Proclamação da República no Brasil e a penetração do capitalismo industrial. Após apresentar algumas características do contexto amazônico o objetivo é demonstrar como nele se impõe, permanece e se difunde uma dominação, cuja base, é o *aviamento*, em um contexto de desenvolvimento da exploração capitalista. Observa-se que a permanência desse sistema de dominação está relacionada à construção do Estado Nação brasileiro e sua influência no poder local. Ao fim cabe interrogar-se sobre as disputas entre o modelo modernizador e o modelo socioambiental que emerge com o retorno da democracia, em um contexto jamais tão incerto quanto o atual.

Palavras-chave:

Sistema de dominação; Aviamento; Dívida e dádiva; Ambientalização; Poder local.

Abstract:

This article uses Pierre Bourdieu's theoretical framework about domination modes to reflect on Brazilian Amazon socio-economic and socio-political situations and its evolution under the effect of a mode of domination inherited from the colonial period and that continued to exist at the end of the 19th century, even with the Proclamation of the Republic in Brazil and the penetration of industrial capitalism. After presenting some characteristics of the Amazon context, our objective is to show how a domination is imposed, remains and spreads, based on a business transaction known as “*aviamento*”, in a context of capitalist exploitation development. The permanence of this domination system is related to the Brazilian nation-state construction and its influence on local power. Finally, it is worth questioning the disputes between the modernizer model and the social-environmental model that emerges

with the return of democracy, in a context as uncertain as the present one.

Keywords:

Domination system; Aviamento; Debt and donation; Environmentalization; Local power.

Recebido para publicação em 17/02/2022

Aceito em 31/10/2023




Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Subsídios literários cruzados: entre compra federal brasileira e apoio estatal português

Marcello Giovanni Pocaí Stella

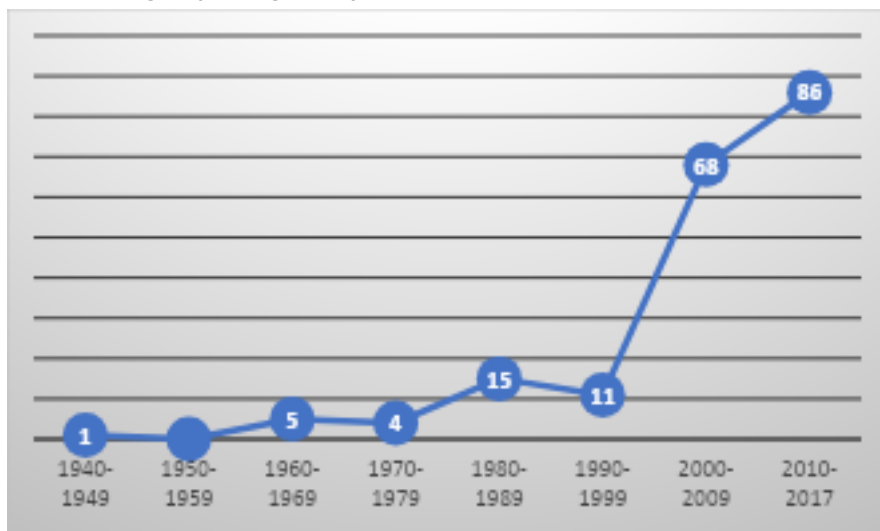
Universidade de São Paulo, Brasil

 <http://orcid.org/0000-0001-9248-9402>
marcello.stella1@gmail.com

Introdução

Do começo do século XXI até o final de sua segunda década, o número de livros de autores africanos naturais de países de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) editados no Brasil mais do que triplicou. Sá (2018) identifica 190 livros publicados de autores(as) africanos(as) de língua portuguesa entre 1940 e 2017. Destes, 154 (81%) foram publicados(as) nas duas primeiras décadas do século XXI.

Gráfico 1 - Evolução da quantidade de títulos de literaturas africanas de língua portuguesa publicados no Brasil de 1949 a 2017.



Fonte: Elaboração própria a partir de SÁ (2018, p. 30)

De acordo com Sá (2018), e também Cruz (2018), a primeira obra de um escritor africano de língua portuguesa publicada no Brasil foi a de Castro Soromenho, *Terra Morta* (1949), pela editora Casa do Estudante do Brasil. Após essa estreia, nos anos 1950, a plataforma de publicação mais frequente de literaturas africanas no Brasil foi a revista modernista catarinense *Sul* (1948-1957) que, através dos contatos de Marques Rebelo com autores do continente africano, pôde receber contribuições de moçambicanos, angolanos etc.

Nos anos 1960, publicações de autoria africana foram mais dispersas e só se tornaram mais sistemáticas a partir dos anos 1970 com a coleção “Autores Africanos” da editora Ática, que permaneceu ativa até o ano de 1991. O responsável pela organização da coleção foi o ex-professor da USP, Fernando Mourão. Ao todo, a Ática, via “Autores Africanos”, publicou 27 livros de autores de diversas nacionalidades e línguas.

Após o fim da coleção, nos anos 1990, houve outras publicações esparsas de editoras como Companhia das Letras, Nova Fronteira, Bertrand Brasil e Gryphus, que entre outros autores publicaram os seguintes nomes: Mia Couto, Pepetela, Germano Almeida e José Eduardo Agualusa. Até o início do século XXI, a publicação destes autores não obteve um crescimento expressivo, permanecendo desde 1949 em números estáveis, no entanto, baixos. A partir dos anos 2000 esta tendência de modificou drasticamente, como mencionado.

Sá (2018) atribui tal crescimento à aprovação da lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que trata da incorporação do ensino de cultura e história africana nas escolas brasileiras. O que Sá (2018) não percebe é que a lei, por si só, não criaria incentivos suficientes para tal ascensão abrupta no número de publicações. Creio que a lei, combinada à possibilidade de os livros de literaturas africanas de língua portuguesa passarem a fazer parte do conjunto de obras adquiridas pelo governo federal em larga escala, constituiu outro fator decisivo para que diversas editoras passassem a apostar nesse nicho editorial e até que editoras especializadas surgissem.

Esta hipótese sugere que, ao contrário do que defende Sapiro (2019a), os estados nacionais, com suas políticas de proteção à literatura nacional, não só permitem que gêneros menos rentáveis do mercado editorial continuem existindo ao oferecer bolsas específicas de publicação e incentivo à escrita para autores; mas também usam das políticas do livro, como as de tradução, como forma de circulação e consagração de seus autores e obras e de influência e controle de seus mercados simbólicos privilegiados. No caso presente mostramos como a política portuguesa visa incidir no espaço transnacional de língua portuguesa, colocando Portugal como vetor de circulação privilegiado, de seus autores nacionais e dos de países de língua oficial portuguesa, africanos e asiáticos.

Mais um elemento dessa equação, para além dos programas de compras governamentais brasileiros, é, no

mesmo período, a política portuguesa de subsídio de edição de obras de autores portugueses e de literaturas de língua portuguesa (africanos e asiáticos) no Brasil. A DGLAB (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas), através dessa linha de apoio, cobre parte dos custos de edição de livros de autores portugueses, africanos ou asiáticos de língua portuguesa no país. O financiamento a fundo perdido português começou a ser concedido para editoras brasileiras em 2002/2003, mesmo ano de assinatura da lei 10.639. Através desse mecanismo, muitas editoras conseguiram publicar os primeiros autores portugueses, africanos e asiáticos, que escrevem em português, no Brasil (PORTUGAL, [200-?]a, [200-?]b.). E, em alguns casos, conseguiram simultaneamente o financiamento português e acesso às grandes compras governamentais, minimizando qualquer possibilidade de prejuízo da edição e garantindo um lucro seguro.

Portanto, uma das principais hipóteses que norteiam o presente artigo é a de que a aprovação da lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, apoiada pelo PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) e PNLD Literário³⁶, responsáveis pela compra de livros literários (de vários gêneros) para bibliotecas de escolas públicas de todas as séries, e, também, pela linha de apoio à edição no Brasil da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas do Ministério da Cultura português gerou uma demanda e incentivo pela edição de livros e autores que versassem sobre história e culturas africanas e afro-brasileiras³⁷.

³⁶ O PNBE segundo Ardilhes (2017), foi executado pela última vez em 2014 e no ano de 2017 foi extinto. O programa só foi retomado em 2018 e desta vez com o nome modificado, passando a se chamar PNLD Literário (FNDE, 2018).

³⁷ Obtive acesso aos dados referentes à compra efetuada em 2018 por pedido de informações ao FNDE tendo por base a lei de acesso à informação (BRASIL, 2011).

Com fins de testar tal hipótese me concentrarei em um estudo de caso da recepção de escritores e escritoras africanos de países de língua oficial portuguesa, publicados no Brasil, a partir da promulgação da lei referida. A tese a ser defendida é que se abriu um espaço maior para a publicação de mais autores de países africanos de língua oficial portuguesa e de África em geral no Brasil, sendo um dos fatores centrais para a compreensão deste movimento de expansão esta concertação imprevista entre uma legislação e programas de incentivo estatais de diferentes países. Além disso, o crescimento do poder e da influência de grandes conglomerados editoriais transnacionais e de agentes literários serão abordados a fim de mostrar o quanto estes têm influenciado na difusão internacional de seus escritores e livros.

O enquadramento da análise se baseia, sobretudo, nos programas de pesquisa construídos por Pierre Bourdieu, a saber, o estudo dos campos e das condições sociais de circulação internacional das ideias (BOURDIEU, 1991, 1996, 2002, 2018 [1999]). Não vem ao caso esmiuçar todos os procedimentos de pesquisa de Bourdieu, porém, é necessário dizer que, tradicionalmente, os estudos dos campos (intelectual, artístico, político e econômico) na tradição bourdieusiana frequentemente se fizeram em um enquadramento nacional, embora nunca em seus escritos o autor tenha afirmado que a noção de campo se limitasse necessariamente às fronteiras dos Estados-nação (SAPIRO, 2019a).

O autor sugere que, na realidade concreta, as trocas e intercâmbios internacionais são submetidos a diversas constrições estruturais, sendo alguns fatores preponderantes para a existência de ruídos e mal-entendidos na circulação internacional de bens simbólicos e culturais. Uma das primeiras barreiras é o fato dos textos e bens circularem sem seus contextos originais. O contexto de produção no qual a obra foi gerada não é automaticamente e nem necessariamente

carregado por ela e pode ser ignorado pelas leituras de que será alvo em seu novo lugar de recepção.

Seguindo esse raciocínio, um dos objetivos deste artigo é mostrar que os bens simbólicos para circular internacionalmente atravessam diversas fronteiras: linguísticas, políticas, econômicas, nacionais e transnacionais etc. Em cada momento da importação/exportação, dependendo dos territórios em questão, são ativados elementos que dizem respeito a cada uma dessas fronteiras mencionadas, e elas agirão em conjunto para dificultar/facilitar a tradução (compra e venda) de um autor/obra (JURT, 2014; SAPIRO, 2003; 2016a).

Além da lacuna que se pretende preencher nos estudos de circulação internacional de bens simbólicos, este texto visa dar uma contribuição ao aperfeiçoamento aos enquadramentos analíticos propostos nesta área temática. O estudo do caso da importação de escritores africanos de países africanos de língua oficial portuguesa para o Brasil mostra um entrecruzamento de políticas públicas estatais de educação (expansão de compras governamentais e a aprovação de uma lei que tornou obrigatório o ensino de línguas e culturas africanas nas escolas brasileiras em todos os níveis de ensino) e de uma Linha de apoio à edição no Brasil executada pela DGLAB (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas) que subsidia a publicação de autores e autoras portugueses(as) e dos países de língua portuguesa (Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor) (PORTUGAL, [200-?]a, [200-?]b).

Esse entrelaçamento de políticas públicas de incentivo ao livro e a promoção de literaturas estrangeiras em outros territórios, a que chamo no título do artigo de subsídios cruzados, é um fenômeno pouco considerado, quando se pensa nas questões relacionadas ao mercado mundial de livros e à

circulação internacional das obras. Pretendo, assim, chamar à atenção para a centralidade que o cruzamento de incentivos estatais à literatura, livros e autores/as tem na circulação literária, sobretudo, em países de espaços literários dominados e periféricos.

Uma das referências principais da área, Thompson (2013), a partir da observação do mercado editorial de língua inglesa (EUA e Reino Unido) no começo dos anos 2000, identifica três fatores estruturantes do mercado editorial global do século XXI. Primeiro, a formação de grandes conglomerados editoriais transnacionais, elemento que mudou as dinâmicas do mercado editorial mundial nas primeiras duas décadas do século XXI. Os grandes grupos têm um poderio de mercado e de escala que não se comparam ao das grandes empresas editoriais nacionais do século XX. Os processos de fusão e aquisição que redundaram em corporações gigantes do mundo dos livros se deu na virada do milênio e seus efeitos se intensificaram e se fizeram sentir com força já no começo do século.

Um segundo fator elencado por Thompson (2013) é o fortalecimento da figura do agente literário. Uma função até pouco tempo atrás bastante restrita a tarefas de negociação de contratos e de direitos autorais, que passou a ser menos focada em burocracias, se tornando fundamentalmente um representante da totalidade da obra de um escritor. Com a reestruturação dos grandes grupos editoriais, que passaram por processos de otimização e racionalização empresarial, houve enxugamento do quadro funcional das editoras e aumento de tarefas para cada funcionário, o que tornou a rotina dos editores muito pesada. Em consequência, muitas de suas ocupações foram terceirizadas para os agentes literários, que se converteram, então, em mediadores privilegiados na busca de novos talentos, alocação de escritores em editoras, procura de possibilidades de tradução literária e adaptação multimídia dos livros (minisséries, novelas, *audiobooks*, teatro etc.) (STELLA, 2018; PARDO, 2018).

O terceiro fator identificado pelo autor é o surgimento das grandes redes varejistas de livros. Livrarias em *shoppings centers*, megalojas e o comércio *on-line* (principalmente o surgimento da *Amazon*) configuraram fatores de transformação de grandes dimensões nas relações da cadeia de produção e circulação das obras literárias. Um dos efeitos mais salientes é o recrudescimento da concorrência e fragilização da posição das livrarias médias e pequenas no espaço editorial.

O quarto fator que pretendo incluir na equação de Thompson (2013) é o que se relaciona às políticas de subsídios estatais ao livro e a sua promoção, ações culturais centrais para Estados nacionais dominados no plano do mercado editorial global, notadamente, quase todos os que não são de língua inglesa, francesa, espanhola e alemã. A meu ver, e como o artigo tenta mostrar, estes elementos são indispensáveis para entender o redimensionamento e transformação do espaço literário de língua portuguesa e ibero-americano (CASSIANO, 2013.).

Entrecruzamentos da Linha de Apoio à Edição no Brasil (Portugal) e do PNBE/PNLD Literário (Brasil)

Para fundamentar minha proposta pretendo entrecruzar a política de compras de livros literários por parte do governo brasileiro com a política de subsídio à publicação de autores e obras portuguesas e de países de língua oficial portuguesa. Tal política, como referido, é de responsabilidade da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) de Portugal e incentiva desde o início do século XXI a edição de autores portugueses, moçambicanos, cabo-verdianos, timorenses,

angolanos etc. por editores brasileiros. A DGLAB financia, a fundo perdido, 20% a 60% do custo total de edição dos livros.

Retomando, sugiro que este estímulo do Estado Português, somado à possibilidade de compra governamental brasileira, atuaram fortemente como fatores mitigadores de prejuízos e como indutores/estímulos à publicação de autores(as) portugueses(as), africanos de língua oficial portuguesa e até de autores orientais (Timor-Leste e Macau). Em outras palavras, com o programa português de apoio à edição no Brasil e com as compras do PNBE/PNLD literário os editores brasileiros passaram a ter a oportunidade de jogar um jogo de ganha-ganha, numa ponta minimizam os custos e prejuízos da edição de uma obra com o subsídio português e, por outro lado, podem eventualmente alcançar lucros seguros com as compras estatais de grande escala brasileiras.

Antes de passar à construção histórica dos programas de incentivos português e brasileiro, retomo a situação do mercado editorial brasileiro entre os anos 1980 e 1990, para melhor aquilatar o peso dessas políticas para a cadeia do livro e da edição nacional, tentando igualmente compreender as grandes linhas de transformações da indústria cultural brasileira no mesmo período.

Segundo Ortiz (1989) o período ditatorial teria representado, no setor da cultura, um impulso à indústria cultural brasileira, principalmente do setor televisivo. Porém, a conduta política de estímulo seletivo dos militares ao setor industrial da cultura, se fez sentir em outras áreas da produção de bens simbólicos, entre elas a da edição. É nesse período que Halleswell (2012) identifica uma complexificação e diferenciação cada vez maior no trabalho do editor, que divide suas funções literárias (*publisher*) das funções gerenciais mais comerciais (*manager*), papéis que até então se encontravam misturados. É também a hora do nascimento dos grandes grupos editoriais nacionais como o Record e de crescimento de editoras que apostavam em coleções vendidas em bancas de

jornal, que mudaram a cadeia de distribuição de livros brasileira, sendo o pioneiro o Grupo Abril.

As turbulências econômicas dos anos 1980 até metade dos anos 1990, por outro lado, prejudicou a atividade dos editores, que só foi recuperada a partir da estabilidade econômica adquirida pela criação e implantação do Plano Real entre 1993 e 1994. O novo plano econômico permitiu o florescimento de novas casas editoriais e maior previsibilidade para o trabalho de edição (HALLEWELL, 2012.).

Outra linha de força importante para compreensão do campo literário no período foi a massificação do ensino para amplos setores da população brasileira, ainda que nem sempre essa expansão tenha significado um igual acréscimo qualitativo na estrutura de ensino e nos conteúdos oferecidos no processo educativo. Mas, ainda assim, houve crescimento de matrículas entre os anos 1980/1990 em praticamente todos os níveis educacionais, com destaque para quedas significativas das taxas de analfabetismo (ainda que com aumento das taxas de analfabetismo funcional em grau não desprezível) e uma subida acentuada do percentual de alunos em cursos de ensino superior e de pós-graduação (principalmente no setor privado), processo que se manteve pelo menos até a primeira década dos anos 2000 (cf. RIDENTI, 2018; STELLA, 2018; SENKEVICS; CARVALHO, 2020.). Todos esses fatores em conjunto indicavam para um aumento potencial do público leitor e consumidor de livros.

Além da disponibilidade de um público crescente e potencialmente mais democratizado, houve a criação de grandes programas de compras de livros didáticos e de paradidáticos – estes em um segundo momento. O primeiro programa PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) tem origem em 1985, como mostra Cassiano (2013), ele objetivou a compra e distribuição gratuita para os/as estudantes da

educação básica brasileira de manuais escolares. Já o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi criado por meio da Portaria n.º 548 de 28 de abril de 1997 e tinha por função comprar livros para serem doados ao acervo de bibliotecas das escolas públicas de todo território nacional.

O PNLD passou por sucessivas alterações, que aos poucos ampliaram seu escopo de atuação, tornando-o nos anos 2000 uma política que atendia à educação brasileira de maneira universal (em todos os níveis de ensino: infantil, fundamental, médio e ensino de jovens e adultos). O PNLD é gerido pelo MEC/FNDE (Ministério da Educação/ Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação) sendo responsável por colocar o governo brasileiro no *hall* dos maiores compradores de livros do mundo. Segundo Cassiano (2013), em compras institucionais de livros, o Brasil só fica atrás de China e Estados Unidos. Porém, quando se olha somente para os livros didáticos, o PNLD se mostra o maior programa global.

Cassiano (2013) reconta de forma detalhada como esse programa tornou o segmento dos didáticos um nicho de negócio rentável, seguro e cobiçado por diversos agentes do mercado editorial. O fato de ser um programa contínuo com recursos empenhados e garantidos, e de lançamento de editais de compra e reposição de livros constantes criou uma corrida entre grandes grupos editoriais (inter)nacionais (sobretudo espanhóis) para liderar esse “mercado” estatal.

Nesse mesmo período, se o nicho dos didáticos era considerado um negócio rentável e seguro, o mesmo não se podia dizer do setor de obras gerais (aqui incluídos livros de ficção e não-ficção, biografias etc.).

A fragilidade do setor é analisada por Sá-Earp e Kornis (2010) que demonstraram ter havido, no período 1996-2006, uma queda constante no faturamento real das editoras (receita total, retirados os custos da inflação). Entre 1995 e 2006 o PIB do país cresceu 31%, já as vendas de livros caíram 39%. O setor se sustentou durante muito tempo a partir das compras

governamentais, que eram responsáveis pela aquisição de 40% dos exemplares produzidos e por 25% do faturamento total. Como demonstram os autores, as compras do Estado, todavia, eram irregulares (principalmente as do PNBE, sendo as de competência do PNLD mais constantes) e concentradas em poucos fornecedores, sobretudo, quando se trata de vendas de livros didáticos (as vendas no período de 1996-2006 para o setor de didáticos foram destinadas nomeadamente para as editoras Positivo, Ática/Scipione, Saraiva e FTD).

Com o passar dos anos a situação do setor da edição no Brasil permaneceu difícil, o relatório organizado por FIPE, CBL e SNEL intitulado “Série histórica: 10 anos de Pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro”, aponta que, para o período 2006-2015, todos os setores do mercado editorial tiveram desempenho inferior à performance do PIB³⁸. O setor que mais sofreu foi o de Obras Gerais (aqui incluídos livros de ficção adulta) que não seguiu o crescimento econômico do país entre 2005-2010 e sofreu forte tombo com a crise econômica entre 2009 e 2010.

Dentre os programas governamentais, o PNLD sofreu com alguns cortes, porém, manteve alguma constância, já que ele era responsável por alimentar todos os níveis de ensino do conjunto do alunado brasileiro. Já o PNBE foi o programa que mais sofreu cortes, sendo, inclusive, paralisado no ano de 2014 e extinto por decreto em 2017 (MOREIRA, 2017). Posteriormente, o programa foi incorporado ao PNLD e passou a se chamar PNLD Literário. No ano de 2018, ele foi executado pela primeira vez no novo formato e a próxima aquisição de livros paradidáticos estava prevista para o ano de 2020 (FNDE, 2018). Segundo Moreira (2017), através do PNBE foram

³⁸ Nas pesquisas, o mercado é dividido entre 4 partes: Didáticos (DID), Obras Gerais (OG), Religiosos (REL) e Científicos, Técnicos e Profissionais (CTP).

vendidos, desde os anos 2000, 230 milhões de exemplares a um preço total de R\$ 891 milhões. Um investimento anual de aproximadamente R\$ 68,5 milhões em renovação dos acervos das bibliotecas escolares.

Tal programa foi importante para o setor de obras gerais, como já mencionado, um segmento do mercado editorial bastante deficitário. As compras do PNBE atingiram escritores e escritoras com orientações diversas, inclusive, autores consagrados do polo de produção restrita (erudita) do campo literário. Esse tipo de compra era parte da composição necessária para fechar as contas da publicação de um autor de ficção. Ou pelo menos servia como um mitigador de riscos, já que, uma vez selecionado no programa, um livro e um autor, se pagavam para a editora e permitiam o investimento em outros autores que não gerassem lucro imediato. Além, igualmente, de ter sido uma fonte de recursos preciosa para escritores, já que os repasses do governo eram feitos de uma vez e o autor ganhava seus direitos (10% sobre o preço de venda de capa do livro) imediatamente e não em parcelas conforme se faz nas vendas do mercado de varejo privado.

Afora o PNBE, para compreender o *boom* de publicação e consagração de autores africanos de língua portuguesa no país, devemos citar a aprovação e promulgação da Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino da temática de história e cultura afro-Brasileira e africanas nas escolas públicas e particulares.

As mudanças preconizadas pela lei exigiriam renovação dos acervos das bibliotecas das escolas, para acomodar livros e obras que tematizassem os novos conteúdos obrigatórios. Assim se viu nos anos subsequentes a aparição de autores africanos de língua portuguesa nas listas de compras do PNBE.

Vejamos o histórico de autores africanos de língua oficial portuguesa no PNBE/PNLD literário.

Tabela 1 – Histórico de Vendas de autores africanos de língua oficial portuguesa no PNBE/PNLD Literário

Pnbe - Programa Nacional Biblioteca Da Escola 2005 A 2014 / Pnld Literário - 2018						
Ano	Editora	Autor	Título	Série	Tiragem	Total Do Contrato
2009	Pinto E Zincone Editora	Manuel Rui	Quem Me Dera Ser Onda	Ensino Médio	11.093	Sem Informação
Sub-Total					11.093	Sem Informação
2006/2013	Editora 34	Jorge Araújo E Pedro Sousa Pereira	Comandante Hussi	Ensino Fundamental	29.093	R\$ 137.609,89
2009	Agir Editora	Jorge Araújo E Pedro Sousa Pereira	Nem Tudo Começa Com Um Beijo	Ensino Fundamental	25.788	Sem Informação
2009	Editora 34	Jorge Araújo E Pedro Sousa Pereira	Cinco Balas Contra A América	Ensino Médio	11.093	Sem Informação
Sub-Total					65.974	R\$ 137.609,89
2009	Agir Editora	Ondjaki	Bom Dia Camaradas	Ensino Fundamental	25.788	Sem Informação
2013	Pallas Editora E Distribuidora	Ondjaki	Há Prendisajens Com O Xão	Ensino Médio	12.396	R\$ 72.403,80
2014	Pallas Editora E Distribuidora	Ondjaki	A Bicicleta Que Tinha Bigodes	EJA	32.382	R\$ 156.401,28
2018	Pallas Editora E Distribuidora	Ondjaki	Ombela: A Origem Das Chuvas	Sem Informação	68.246	R\$ 358.973,96
Sub-Total					138.812	R\$ 587.779,04

Subsídios literários cruzados...

2011	Editora Atica	Luis Bernardo Honwana - Albertino Bragança - Nelson Saúte - Antonio Couto - Maria Odete Soares Semedo - Henrique Teixeira De Sousa - Ondjaki - Boaventura Cardoso - José Eduardo Agualusa - Luandino Vieira	Contos Africanos Dos Países De Língua Portuguesa	Ensino Fundamental	25.918	R\$ 153.693,74
Sub-Total					25.918	R\$ 153.693,74
2009	Pinto Zincone Editora	E José Eduardo Agualusa	Manual Prático De Levitação	Ensino Médio	11.093	Sem Informação
2009	Pinto Zincone Editora	E José Eduardo Agualusa	Nação Crioula	Ensino Médio	11.093	Sem Informação
2009	Pinto Zincone Editora	E José Eduardo Agualusa	O Vendedor De Passados	Ensino Médio	11.093	Sem Informação
2013	Língua Geral Livros	José Eduardo Agualusa	Nação Crioula	Ensino Médio	Sem Informação	Sem Informação
Sub-Total					33.279	Sem Informação
2018	Casa Da Palavra Producao Editorial	Pepetela	Se O Passado Não Tivesse Asas	Sem Informação	55.107	R\$ 1.126.938,15
2018	Casa Dos Mundos Producao Editorial E Games	Pepetela	Mayombe	Sem Informação	109.145	R\$ 994.310,95

Sub-Total					164.252	R\$ 2.121.249,1
2009	Editora Schwarcz	Mia Couto	O Outro Pé Da Sereia	Ensino Médio	11.093	Sem Informação
2013	Editora Schwarcz	Mia Couto	O Último Voo Do Flamingo	Ensino Médio	12.396	R\$ 158.308,08
2018	Editora Schwarcz	Mia Couto	Terra Sonâmbula	Sem Informação	94.204	R\$ 563.339,92
Sub-Total					117.693	R\$ 721.648,00
2018	Todavia Editora	Kalaf Epalanga	Também Os Brancos Sabem Dançar	Sem Informação	40.721	R\$ 575.387,73
Sub-Total					40.721	R\$ 575.387,73
Total Geral					597.742	R\$ 4.297.367,50

Fonte: Autoria própria com dados do FNDE/MEC (2017a; 2017b).

As editoras que mais obtiveram a oportunidade de vender ao FNDE/MEC autores africanos de língua portuguesa foram em ordem crescente: Gryphus 4 vezes (cujo nome empresarial é Pinto e Zincone Editora); seguida da editora Companhia das Letras e Pallas por 3 vezes; por 2 vezes as editoras Agir, Leya Brasil (Nome empresarial Casa da Palavra e Casa dos Mundos) e Editora 34; e 1 vez as editoras Todavia, Língua Geral e Ática. Entre estas editoras, como aponta Sá (2018), estão as principais e as que mais publicaram autores africanos de língua portuguesa no Brasil, e, além disso, como mostrarei a seguir no andamento da argumentação, podemos encontrar, entre estas, as editoras que mais foram beneficiadas com apoio à edição de livros no Brasil da DGLAB de Portugal.

Tabela 2 – Comparativo de total de exemplares e volume comprados entre os autores africanos de língua oficial portuguesa nos programas PNBE/PNLD literário

Subsídios literários cruzados...

Nome	Nacionalidade	Total de exemplares comprados	Total comprado (%)	Total comprado (R\$)	Total comprado (%)
Pepetela	Angola	164.252	29%	R\$ 2.121.249,10	51%
Ondjaki	Angola	138.812	24%	R\$ 587.779,04	14%
Mia Couto	Moçambique	117.693	21%	R\$ 721.648,00	17%
Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	Cabo-Verde	65.974	12%	R\$ 137.609,89	3%
Kalaf Epalanga	Angola	40.721	7%	R\$ 575.387,73	14%
José Eduardo Aqualusa	Angola	33.279	6%	Sem informação	Sem informação
Manuel Rui	Angola	11.093	2%	Sem informação	Sem informação
Total Geral		571.824	100%	R\$ 4.143.673,76	100%

Fonte: Autoria própria com dados do FNDE/MEC (2017a; 2017b).

A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) é um órgão do governo de Portugal, vinculado ao Ministério da Cultura do país (PORTUGAL, [200-?]b.). Sua função é a coordenação e execução de políticas dedicadas as bibliotecas públicas, aos arquivos e aos livros. Na área do livro são diversas políticas e iniciativas que estão a cargo da DGLAB, dentre elas o apoio à criação e edição no país, a promoção da literatura portuguesa e de língua portuguesa no exterior, promoção da leitura etc. (Portugal, [200-?]b.).

Entre tais objetivos há um específico para o apoio à edição no Brasil iniciada na primeira década do século XXI (PORTUGAL, [200-?]a, [200-?]b.). No site da entidade o programa com suas regras e contrapartidas é descrito assim:

A DGLAB concede incentivos financeiros aos editores brasileiros, para a edição de obras de autores portugueses e de autores dos países de língua portuguesa (Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor). [...]

Processo:

São objeto de apoio as edições de obras portuguesas, dos autores elegíveis, nos domínios da ficção, poesia, teatro, ensaio literário e literatura infantojuvenil.

Não há limite ao número de candidaturas a submeter por cada editor, em cada ano.

[...]

O valor do apoio cobre parcialmente o custo de produção, bem como direitos de autor.

Contrapartida:

Impressão do logótipo da DGLAB nas obras apoiadas, junto com a seguinte menção: "Obra apoiada pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Cultura - Portugal";

Enviar à DGLAB cinco exemplares do livro publicado. (PORTUGAL, [200-?]b, n.p.).

Conforme divulgado no *site* da entidade o programa parece ter uma estrutura bastante simples, a DGLAB recebe em fluxo contínuo nesse *site* e por meio de *e-mail* e via postal, candidaturas de editoras interessadas até uma data estipulada. Após o prazo limite para determinado ano são selecionadas algumas obras dentre o conjunto das candidaturas e estas recebem um subsídio, segundo o regulamento do programa, de 20% a 60% do custo. Vale citar aqui algumas outras regras de condicionamento a participação previstas no regulamento da entidade:

Artigo 3º Entidades beneficiárias

Do Programa são entidades beneficiárias as editoras que atuam no território brasileiro.

[...]

Artigo 5º Obras elegíveis

1 - O apoio financeiro destina-se à edição de obras inéditas no Brasil podendo ser apoiados excertos de obras.

2- São elegíveis obras de autores portugueses à exceção de autores de nacionalidade brasileira.

[...]

5 - Não são aceites obras já editadas, exceto se a reedição for aumentada sendo, nesta circunstância, passível de apoio, exclusivamente a parcela de texto inédita no Brasil.

6 – Não são aceites obras inéditas em Portugal, salvo situações excepcionais, devidamente justificadas que serão sujeitas a avaliação.

[...]

Artigo 12º Natureza e limites do apoio financeiro

1 – O apoio financeiro a conceder reveste a forma de subsídio a fundo perdido e é calculado a partir dos custos de produção apresentados, devidamente justificados pelo editor.

[...]

3 - O montante do apoio financeiro a atribuir por projeto é definido pela DGLAB, após o encerramento das candidaturas, e corresponderá a uma percentagem que pode variar entre os 20% a 60% do custo total da produção.

[...]

Artigo 13º Pagamento

1 - O apoio financeiro é pago através de transferência bancária, em euros, à ordem do editor, numa única parcela, mediante a recepção na DGLAB do contrato assinado pelo editor. (PORTUGAL, [200-?]a, n.p.).

Os critérios parecem ser relativamente pouco custosos em comparação às contrapartidas exigidas. A forma de pagamento é vantajosa dado que vem em uma parcela única todo o montante que cobre de 20% a 60% do custo da produção da obra.

Porém, chamam à atenção algumas condições de controle exigidas pela DGLAB, entre elas: a obrigação da editora atuar em território brasileiro, a proibição de publicação de autores de nacionalidade brasileira e a exigência que o título seja inédito no Brasil. Além destas, é vedada a publicação de obras com este auxílio que não tenham sido editadas primeiro em Portugal, o que dá ao instrumento de subsídio uma função também de controle sobre a circulação de livros entre os países de língua oficial portuguesa e estabelece uma primazia para a edição portuguesa.

Antes de analisar os números mais específicos de autores africanos de língua portuguesa apoiados pela DGLAB é

interessante sublinhar a baixa quantidade e complexidade de documentos exigidos das editoras: um formulário da DGLAB que pede: identificação da editora, obra a publicar, características da edição e os custos (em euro); uma cópia de contrato da cessão dos direitos do autor e o catálogo atualizado da editora (PORTUGAL, [200-?]a, n.p.).

Próximo das cláusulas de controle de mercado exigidas pela DGLAB para a candidatura ao subsídio estão também os critérios de avaliação impostos aos projetos submetidos:

- a) Importância relativa da edição (autor/obra) no território brasileiro;
- b) **Importância do autor no panorama literário português;**
- c) **Relevância para a difusão da cultura portuguesa;**
- d) Prioridades estratégicas, cumulativas ou não, definidas contextualmente em função do mercado destinatário, do autor, da obra, do gênero literário; (PORTUGAL, [200-?]a, n.p., *grifo nosso*)

Destaco os critérios relativos à importância e relevância da obra e do autor no cenário português e para a difusão da cultura portuguesa. Pode-se ver aí um indicativo de que a política da DGLAB, apesar de abarcar autores de outros países e áreas de língua oficial portuguesa, permanece se pautando por critérios de seleção que seguem bastante identificados com os interesses culturais do Estado português.

Feitas essas ressalvas, fica sugerido o baixo custo e trabalho exigido para a inscrição e candidatura no programa por parte das editoras brasileiras em relação ao duplo benefício que pode ser auferido, em primeiro lugar o subsídio direto do Estado português e em segundo lugar, ainda que uma possibilidade mais remota, uma futura compra por parte do Estado brasileiro através dos editais do antigo PNBE atual PNLD Literário.

Vejamos a seguir os números de obras, autores e editoras incentivados pelo programa da DGLAB, mais especificamente o conjunto de autores africanos de língua portuguesa³⁹. A DGLAB entre 2002/2003 e 2017/2018 subsidiou a publicação de 472 títulos, destes 424 foram de autoria de portugueses, correspondendo a 89,83% de todos os livros apoiados. Os autores africanos de países de língua oficial portuguesa foram responsáveis por 40 títulos ou 8% do total de títulos apoiados. Autores asiáticos tiveram 4 títulos publicados, ou aproximadamente 1,5% do total geral. Como se pode notar, há um predomínio do apoio a escritores e escritoras portugueses e uma pequena concessão para autores e autoras de países africanos e asiáticos de língua oficial portuguesa. A distribuição dos títulos publicados de autoria africana de língua portuguesa é a seguinte:

Tabela 3 – Títulos de autoria africana de língua portuguesa publicados no Brasil com subsídio da DGLAB

País	Títulos	%
Angola	19	48%
Cabo Verde	8	20%
Moçambique	10	25%
São Tomé e Príncipe	3	8%
Sub-total	40	100%

Fonte: Autoria própria com dados da DGLAB.

Entre os livros de autoria africana destacam-se em primeiro lugar os de autoria angolana, com 19 (48%), moçambicana 10 (25%), cabo-verdiana 8 (20%) e são-tomense 3 (8%). A lógica da

³⁹Agradeço as funcionárias e funcionários do DGLAB, em especial a Ana Maria de Castro Silva que gentilmente cedeu todos os dados referentes a todos os anos de funcionamento do programa.

distribuição de países mais uma vez espelha a das compras governamentais e da própria história da edição de autores e autoras africanas de países de língua oficial portuguesa no Brasil.

Sem entrar novamente nos detalhes, já mencionados anteriormente, de toda a história da edição de escritores e escritoras dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) no Brasil, vale destacar que desde 1949, segundo Sá (2018), até o ano de 2017 foram editados 190 livros com autoria de escritores provenientes dos PALOP. Isto significa que os 40 títulos apoiados pela DGLAB correspondem a 21% de todas as obras já publicadas no Brasil. Se nos detivermos, ainda consoante os dados de Sá (2018), somente nas duas primeiras décadas do século XXI, quando foram publicados a maioria das obras 154 (81%) temos um acréscimo de importância do apoio da DGLAB que passa a corresponder a um quarto (25%) de todos os títulos publicados por autores dos PALOP no Brasil.

Se passarmos do foco dos títulos para a quantidade de autores e autoras, a estrutura dos números permanece bastante semelhante. Aos 472 títulos subsidiados pela DGLAB corresponde o número de 263 escritores e escritoras. Destes, 240 (91,25%) são portugueses, 17 são africanos (6%) e 2 são asiáticos (0,6%). Percebe-se uma queda de representatividade dos autores dos PALOP quando nos detemos na quantidade de escritores e escritoras apoiados/apoiadas e não no total de títulos apoiados (um/uma escritor/escritora pode ter mais de um livro incentivado).

Tabela 4 – Distribuição dos/as autores/as dos PALOP por país de origem, dentre os que foram subsidiados/as pela DGLAB

Subsídios literários cruzados...

País	Autores	%
Angola	8	47%
Cabo Verde	5	29%
Moçambique	3	18%
São Tomé e Príncipe	1	6%
Total	17	100%

Fonte: Autoria própria com dados da DGLAB.

O predomínio de Angola permanece também neste caso com 8 escritores/escritoras (47%), desta vez seguida por Cabo Verde com 5 autores/autoras (29%) e em seguida Moçambique com 3 (18%) e São Tomé e Príncipe com 1 (6%).

Observemos agora quem foram os autores mais vezes contemplados com subsídios para seus títulos:

Tabela 5 – Autores/as dos PALOP e total de títulos subsidiados pela DGLAB

Autores	Total de títulos subsidiados	País de Origem
Mia Couto	7	Moçambique
José Eduardo Agualusa	5	Angola
Ondjaki	5	Angola
Pepetela	3	Angola
Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	3	Cabo Verde
Olinda Beja	3	São Tomé e Príncipe
Ruy Duarte de Carvalho	2	Angola
José Luiz Tavares	2	Cabo Verde
Paulina Chiziane	2	Moçambique
José Luandino Vieira	1	Angola
Kalaf Epalanga	1	Angola
Manuel Rui	1	Angola
Ricardo Adolfo	1	Angola
Corsino Fortes	1	Cabo Verde
Germano Almeida	1	Cabo Verde
Mário Lucio Sousa	1	Cabo Verde
Luis Carlos Patraquim	1	Moçambique

Fonte: Autoria própria com dados da DGLAB.

Os cinco autores mais subsidiados foram Mia Couto com 7 obras apoiadas, seguido por José Eduardo Agualusa com 5, Ondjaki com 5, Pepetela com 3 e Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira com 3 livros. Além de mais subsidiado pela DGLAB, Mia Couto é o escritor oriundo de um PALOP com mais obras editadas no Brasil. Segundo Sá (2018), o autor tem 38 livros publicados no país, Ondjaki tem 13 livros publicados, atrás apenas de Pepetela e José Eduardo Agualusa. Se compararmos o total de livros publicados pelos 5 autores mais editados no Brasil dos PALOP e o total de livros subsidiados podemos ponderar o peso do incentivo da DGLAB.

Tabela 6 – Peso do subsídio da DGLAB em relação ao total de livros publicados, pelos 5 autores dos PALOP mais editados no Brasil

Autores	Total de livros publicados no Brasil	Total de livros subsidiados pela DGLAB	% do total publicado subsidiado
Mia Couto	38	7	18%
José Eduardo Agualusa	25	5	20%
Pepetela	18	3	17%
Ondjaki	13	5	38%
Luandino Vieira	6	1	17%

Fonte: Autoria própria com dados de Sá (2018) e da DGLAB.

Em todos os casos, o peso do subsídio oferecido pela DGLAB tem um impacto de mais 15% no total dos livros editados. Em casos como o de José Eduardo Agualusa e de Ondjaki, a porcentagem chega a 20% e 38% respectivamente do que foi publicado no Brasil. Vale frisar que ao cotejarmos os livros subsidiados de cada autor com o seu histórico de publicação no Brasil, vemos que, em muitos casos, as primeiras obras publicadas foram as que tiveram incentivo do DGLAB. Mia Couto e Ondjaki, nesse sentido, são os autores exemplares, e tal padrão pode significar uma estratégia de editores/as brasileiros/as, que buscam o apoio português para a publicação de autores ainda desconhecidos no país para minimizar possíveis perdas e prejuízos. Com o tempo, o uso do subsídio da DGLAB – principalmente por parte de grandes casas editoriais – vai diminuindo em caso de sucesso nas vendas do escritor e um maior reconhecimento de seu nome no país. Neste aspecto, a obra de Mia Couto é a que mais se aproxima deste padrão.

Podemos afirmar que tal política de apoio do governo português tem forte influência na quantidade de obras editadas destes autores no país, sendo, portanto, um condicionante relevante para se compreender a recepção destes autores no Brasil. Em alguns casos, a importância do

subsídio da DGLAB em quantidade de obras vendidas é maior do que a quantidade de obras compradas pelo governo brasileiro, vejamos:

Tabela 7 – Peso das compras estatais via PNBE/PNL D literário em relação ao total de livros publicados, pelos 5 autores dos PALOP mais editados no Brasil

Autores	Total de livros publicados no Brasil	Total de livros comprados pelo PNBE/PNL D	% do total publicado comprado pelo PNBE/PNL D
Mia Couto	38	3	8%
José Eduardo Agualusa	25	4	16%
Pepetela	18	2	11%
Ondjaki	13	4	31%
Luandino Vieira	6	0	0%

Fonte: Autoria própria com dados de Sá (2018) e do FNDE/MEC (2017a, 2017b).

Percebe-se em todos os casos um decréscimo geral de participação percentual em relação ao peso do subsídio da DGLAB, porém em casos como o de Ondjaki, 31% de seus livros publicados no Brasil foram comprados pelo Estado brasileiro e no caso de José Eduardo Agualusa esse número é de 16%, seguido por Pepetela com 11% e Mia Couto com 8%. Se os percentuais são menores, como visto anteriormente, os valores envolvidos nas transações com o governo são elevados e muito provavelmente trata-se de valores muito superiores aos custos bancados pela linha de apoio da DGLAB.

Vejamos a seguir as obras que foram, simultaneamente, subsidiadas e compradas via PNBE/PNL D dos escritores africanos de países de língua oficial portuguesa.

Tabela 8 – Autores e obras dos PALOP subsidiados pela DGLAB e comprados pelo Estado brasileiro via PNBE/PNLD literário

Editoras	Autor	Obra	Anos	Nacionalidade
COMPANHIA DAS LETRAS	Mia Couto	O último vôo do flamingo	2004/2005	Moçambique
EDITORIA 34	Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	Comandante Hussi	2004/2005	Cabo Verde
GRYPHUS	Manuel Rui	Quem me dera ser onda	2004/2005	Angola
AGIR EDITORA	Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	Nem tudo começa com um beijo	2006/2007	Cabo Verde
AGIR EDITORA	Ondjaki	Bom dia camaradas	2006/2007	Angola
COMPANHIA DAS LETRAS	Mia Couto	O outro pé da sereia	2006/2007	Moçambique
EDITORIA 34	Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira	Cinco balas contra a América	2007/2008	Cabo Verde
TODAVIA	Kalaf Epalanga	Também os brancos sabem dançar	2017/2018	Angola

Fonte: Autoria própria com dados do FNDE/MEC (2017a, 2017b) e da DGLAB

Os autores contemplados mais vezes foram Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira (Cabo Verde) por três vezes, em segundo lugar Mia Couto (Moçambique) por duas vezes e em terceiro lugar Ondjaki, Kalaf Epalanga e Manuel Rui (todos Angolanos) com 1 livro cada. As editoras mais duplamente beneficiadas foram a Companhia das Letras e Agir, seguidas por Editora 34, Todavia e Gryphus.

Com exceção da Todavia e Editora 34, a primeira nova neste segmento de autores de países africanos de língua oficial portuguesa e a outra com publicação pontual de livros de

Jorge Araújo, as demais possuem boa quantidade de obras destes escritores e escritoras. Segundo levantamento de Sá (2018), foi a Companhia das Letras o selo editorial que mais publicou autores e autoras africanas de língua portuguesa, entre 1949 e 2017, sendo a responsável pela publicação de 43 livros de autoria africana, 22,6% do total editado no período do estudo.

Enquanto a Companhia constitui um gigante editorial transnacional com grande poder financeiro, de *marketing* e simbólico, as outras editoras que se beneficiaram dos subsídios cruzados ou até de só um deles é constituída em sua maioria de selos de médio e pequeno porte.

Conforme Sá (2018), uma delas que tem destaque nas listas de compras governamentais é a Língua Geral, sediada no Rio de Janeiro e fundada no ano de 2006 por Conceição Lopes, produtora cultural portuguesa, e pelo escritor José Eduardo Agualusa, tendo desde o princípio focado na publicação de autoria africana de língua portuguesa, obras principalmente focadas no público-infanto-juvenil.

Outra editora de destaque é a Pallas, fundada em 1975, na cidade do Rio de Janeiro, e que desde então tem se voltado à literatura infanto-juvenil, biografias, ficção, ensaio, entrevistas e produção acadêmica voltada para autoria africana não só de língua portuguesa, mas de todo o continente.

A editora Gryphus foi o primeiro selo da editora Forense, criada em 1995 no Rio de Janeiro, depois se tornou independente desta, em 2006. Desde então tem se dedicado à publicação de ficção, ensaios, biografias, espiritualidade, cinema e cultura *pop/geek*. Já a editora Agir foi fundada em 1944, também no Rio de Janeiro, pelo crítico Alceu Amoroso Lima, e, em 2002, foi vendida para o Grupo Ediouro do qual passou a fazer parte ao lado de outros selos como: Nova Fronteira, Coquetel, Petra e Pixel (EDIOURO, [20--]).

A Editora 34 é originária da revista *34 Letras*, publicação vinculada a alunos da PUC-RIO, entre eles, membros vinculados à família Bracher, importante clã de herdeiros de um dos maiores bancos brasileiros, porém, com o tempo, a sede da casa se mudou para São Paulo, devido à crescente participação e importância dos sócios paulistas nos rumos do selo (MUNIZ JR., 2013). Por fim, a editora Todavia é composta por antigos membros da editora Companhia das Letras: Flávio Moura (ex-curador da FLIP), André Conti, Ana Paula Hisayama, Leandro Sarmatz e Marcelo Levy. O selo contou, em 2017, com apoio de três investidores para se lançar no mercado, entre eles Alfredo Setúbal e seu filho Alfredo Nugent Setúbal, ligados à família controladora do grupo Itaú, Guilherme Affonso Ferreira, presidente do fundo de investimentos Teorema e um dos apoiadores da FLIP e, por fim, Luiz Henrique Guerra, 39, do fundo Indie (MEIRELES, 2017).

A participação de editoras de tamanhos, origens e catálogos tão variados sugere que os incentivos cruzados ou isolados geraram um impulso significativo para a criação de todo um ecossistema de publicações de autores e autoras africanas de língua portuguesa que se espalhou em diversos segmentos do setor editorial. Houve editoras que apostaram na edição de autores e autoras que pudessem ser elegíveis tanto para os anos iniciais de ensino no Brasil, a faixa mais universalizada e democratizada (SENKEVICS; CARVALHO, 2020) quanto para os anos finais, notadamente o ensino médio, que pode ser um meio de alcançar as compras governamentais ainda mais efetivas se combinadas com a presença de uma obra na lista de alguns dos grandes vestibulares de universidades públicas e privadas.

Considerações finais

Ainda que o PNBE/PNLD Literário, a lei sobre a obrigatoriedade do ensino de cultura e história africanas nas escolas e o subsídio da DGLAB não possam ser reportados como os únicos fatores de estímulo e enquadramento da recepção de autores/as africanos/as de língua portuguesa no Brasil, é impossível não os considerar como promotores de um ambiente favorável a publicação e recepção desses/as escritores/as.

Vale reforçar a importância do papel exercido pelos agentes literários na articulação entre os diferentes contextos nacionais e a passagem de um para outro. Como um deles, atuante no Brasil, relatou em entrevista, a publicação de livros de autores estrangeiros não tão famosos ou oriundos de áreas linguísticas periféricas (não inglesas ou espanholas) e não dominantes, necessitam normalmente de algum apoio estatal para valerem à pena para o editor. Consideradas publicações de alto risco, elas são apostas que se tornam mais palatáveis se existirem programas de apoio à tradução ou, como no caso mostrado, programas governamentais de compras de livros literários para escolas numa ponta e subsídio à importação literária em outra.

Vale registrar que, entre os autores mais subsidiados e mais comprados pelo governo (Pepetela, Mia Couto, Ondjaki, Mia Couto, Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira, Kalaf Epalanga, José Eduardo Agualusa e Manuel Rui), só Manuel Rui, Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira não são agenciados pela agência Mertin. Foi a fundadora da agência, segundo Sá (2018), que, inclusive, indicou o nome de um de seus agenciados, Mia Couto, para ser publicado pela Companhia das Letras. Indicação que acabou por se tornar um dos maiores ativos da editora e o escritor de literaturas de língua portuguesa mais publicado no

Brasil. Em outras palavras, o acesso à publicação e consagração exitosas, tanto no Brasil quanto fora, passa pelo autor ser agenciado pela Mertin.

Assim, é bastante razoável acreditar que os fatores elencados estimularam agentes literários diversos, além da Mertin, a oferecer autores africanos de língua portuguesa para diversas editoras, mostrando como os riscos de sua publicação estavam bem menores, dadas as chances de eles entrarem no PNBE/PNLD literário via o estímulo criado pela lei 10.639/2003 e nos casos elegíveis ser contemplado com o subsídio da DGLAB.

Lembro que os/as agentes literários/as são remunerados por um percentual (normalmente de 10% a 20%) que incide sobre cada contrato que firmam entre editor e autor, ou entre autor e adaptador do livro para TV, cinema, teatro etc., e estão constantemente à procura de contratos para seus autores, seja de publicação, tradução e/ou adaptação.

Tal fato se revela na velocidade e extensão da tradução e publicação dos trabalhos dos cinco autores mais editados no Brasil (Mia Couto, Pepetela, Ondjaki, José Eduardo Agualusa e Luandino Vieira) tanto nos países de língua oficial portuguesa quanto no resto do mundo (BUCAIONI, 2020.). Não só os agentes procuram por novidades, também os editores dos grandes grupos estão atrás de estreantes, dado o cenário concorrencial cada vez mais acirrado entre grandes editoras transnacionais. E as editoras pequenas e médias procuram oportunidades de viabilizar seu catálogo com o menor risco possível e o máximo de retorno, buscando atuar em nichos não cobertos pelos conglomerados (THOMPSON, 2013.).

Thompson (2013), em seu livro sobre o mercado editorial no século XXI, distingue importantes fatores que condicionam o mundo dos livros na contemporaneidade, porém, por se focar no espaço mais consolidado e mercantilizado do sistema mundial, acaba por não perceber outro fator muito importante que entra nos cálculos de editores e agentes literários fora do

mundo de língua inglesa. A saber, as possibilidades de estímulos, subsídios e políticas estatais cruzadas que apoiam determinado segmento, gênero literário, língua etc.

Como sugere Sapiro (2003, 2019a, 2019b) o Estado pode jogar um papel corretivo em contextos em que a dominação de lógicas econômicas esteja impondo cada vez mais restrições alheias às lógicas literárias. A autora aposta que em campos onde a interferência de fatores econômicos representa uma ameaça às áreas da produção simbólica cuja demanda é menor, mas que possuem alto valor simbólico, a saber, a área de produção restrita de um campo, o Estado pode exercer mediante políticas de proteção um contrapeso a favor das lógicas internas ao campo, contrabalançando o peso do raciocínio economicista.

Como vimos no caso em estudo, a atuação do Estado se reveste de uma maior ambiguidade, ao mesmo tempo em que uma determinada política pública preserva a possibilidade de existência de um setor menos rentável da economia simbólica da literatura, temos tal política sendo utilizada igualmente como um fator minimizador de riscos, prejuízos e aumento de lucros para grandes grupos. E não se trata somente de uma política pública nacional, mas dos efeitos de entrecruzamento desta com uma segunda política (de outro país) que ao se interseccionarem diminuem substancialmente as possibilidades de perdas dos selos.

As cláusulas de participação no programa da DGLAB, notadamente, aquela que condiciona o acesso ao incentivo a livros já publicados em Portugal, sugere que o subsídio atua também como um instrumento de controle à circulação de autores/as portugueses/as e de países de língua oficial portuguesa, entre África, Europa e América. Ampliando as restrições pelas quais os bens simbólicos passam ao cruzar

fronteiras geográficas, linguísticas e, também, políticas e econômicas.

Este jogo complexo chama à atenção para que muitas escolhas para a formação de um catálogo de uma editora, embora regidas também por critérios propriamente literários, são antes presididas por critérios da economia do mercado editorial e de oportunidades transnacionais de incentivo estatal de vários tipos. Ainda que as políticas estejam enraizadas e controladas por Estados-nação individuais, há um jogo jogado entre agentes literários, editoras transnacionais, escritores e Estados que mobilizam o tempo todo um trânsito entre fronteiras alargadas para viabilizar uma publicação bem-sucedida.

A ausência aparente de instrumentos de controle e avaliação das políticas públicas empregadas pelos dois países parecem criar sob critérios de isonomia um instrumento público que acaba por gerar mais assimetrias e concentrações. Sendo o caso estudado apenas uma pequena fatia de um mercado como o brasileiro que edita por ano em média de 350 milhões a 400 milhões de exemplares de livros, estimula-se que outras pesquisas do gênero sejam conduzidas, cruzando políticas brasileiras de incentivo com outras que possam ser pertinentes ao setor. Isto tendo em vista notar possíveis mecanismos de concentração editorial e assimetria de poder de atuação no setor.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Le champ littéraire. *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, [s.l.], v. 89, n. 1, p. 3-46. PERSEE Program. <http://dx.doi.org/10.3406/arss.1991.2986>, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 145, dez. La circulation internationale des idées. p. 3-8, 2002. DOI: <https://doi.org/10.3406/arss.2002.2793>. Disponível em: www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_2002_num_145_1_2793. Acesso em: 02 jul. 2019.

BOURDIEU, Pierre. Uma revolução conservadora na edição. *Política & Sociedade*, [S.L.], v. 17, n. 39, p. 198-249, 29 nov. 2018 [1999]. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2017v17n39p198>.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v17n39p198/37845>. Acesso em: 05 ago. 2020.

BRASIL. *Constituição* (2003). Lei nº 10639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro- Brasileira", e dá outras providências. Lei no 10.639, de 09 de Janeiro de 2003. Brasília, DF, 09 jan. 2003. p. 1-1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 05 jul. 2019.

BRASIL. *Lei nº 12527*, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011. Brasília, DF, 11 nov. 2011. [s.p.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 18 ago. 2020.

BUCAIONI, Marco. Quem constrói o cânone internacional das Literaturas Africanas em Português? Tradução, instituições e assimetrias norte/sul. *Revista Mulemba*, v. 12, n. 22, p. 28-48, 2020. Doi: <https://doi.org/10.35520/mulemba.2020.v12n22a39812>

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO; SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS

ECONÔMICAS. *Desempenho do Mercado Livreiro*: uma análise de 10 anos da pesquisa produção e vendas do setor editorial brasileiro. São Paulo, 2017. Disponível em: < http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2016/08/10-ANOS-PESQUISA_Fipe.pdf > Acesso em: 25 abr. 2016.

CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação liberdade, 2002.

CASSIANO, Cristina C. de F. *O Mercado do Livro Didático no Brasil do século XXI*: a entrada do capital espanhol na educação nacional. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

CRUZ, Clauber R. A Coleção de Autores Africanos da Editora Ática: as literaturas africanas no Brasil. 2018. 317 f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/158318>. Acesso em: 14 ago. 2020.

EDIURO (Rio de Janeiro). *Sobre: agir. Agir*. [20--]. Disponível em: <https://www.ediouro.com.br/selos/agir>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FNDE (Brasília). Ministério da Educação. *PNBE* - Dados Estatísticos de anos anteriores. 2017a. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/dados-estatisticos>. Acesso em: 13 set. 2017.

FNDE (Brasília). Ministério da Educação. *PNBE* - Dados Estatísticos. 2017b. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/dados-estatisticos>. Acesso em: 13 set. 2017.

FNDE. *Guia PNLD Literário 2018*. 2018. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/12103-guia-pnld-literario-2018>. Acesso em: 18 ago. 2020.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2012.

JURT, Joseph. *Naciones Literarias*. Una sociología histórica del campo literario. Córdoba, Argentina: Eduvim, 2014. 135 p.

MEIRELES, Maurício. (2017), Acionista do Itaú é maior investidor da editora dos ex-Companhia das Letras. *Folha de São Paulo*, 10 mar. (caderno Ilustrada). Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/03/1865386-alfredo-setubal-do-itaue-investidor-por-tras-de-nova-editora-literaria.shtml>, consultado em 20/08/2020.

MOREIRA, Ardilhes. Governo federal está desde 2014 sem comprar livros de literatura para escolas públicas: Última remessa de obras foi em 2014. Programa de compras foi extinto e alternativa está em elaboração de edital: se tudo der certo, nova entrega ocorre só a partir 2019. *G1*. Rio de Janeiro, set. 2017. Educação, n.p. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-federal-seguira-sem-entregar-novos-livros-de-literatura-para-bibliotecas-escolares-em-2018.ghtml>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

MUNIZ, JR., José de S. A magia do quadrado mágico: a formação de uma editora no eixo Rio-São Paulo e as reconfigurações do campo editorial brasileiro na década de 1990, *XVI Congresso Brasileiro de Sociologia* (Salvador – BA). Anais do..., São Paulo: SBS, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/8079061/A_magia_do_quadrado_magico_a_formacao_de_uma_editora_no_eixo_Rio-Sao_Paulo_e_as_reconfiguracoes_do_campo_editorial_brasileiro_na_decada_de_1990>. Acesso em: 31 maio 2017.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição Brasileira*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PARDO, Maria Carmen V. El papel de los agentes literarios en las dinámicas de campo. *Iberoromania*, [s.l.], n. 88, p.203-217, 2018a. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.1515/iber-2018-0022>.

PORTUGAL. DGLAB. Ministério da Cultura. *Programa de Apoio à Edição no Brasil de Obras de Autores Portugueses e de Autores de Timor Lorosae e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*. [200-?]a. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Disponível em: <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/apoios/Paginas/R>

EGULAMENTO%20APOIO%20EDICAO%20BRASIL%20DGLAB.pdf.
Acesso em: 18 ago. 2020.

PORTUGAL. DGLAB. Ministério da Cultura. *Linha de Apoio à Edição no Brasil*. [200-?]b. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Disponível em:
<http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/divulgacaoEstrangeiro/apoiosEdicaoBrasil/Paginas/ApoioEdicaoBrasil.aspx>. Acesso em: 18 ago. 2020.

REIMÃO, Sandra. *Mercado Editorial brasileiro: 1960 – 1990*. São Paulo: Com-arte/FAPESP, 1996.

RIDENTI, Marcelo. Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil. *Plural*, v. 25, n. 1, p. 45-62, 14 ago. 2018.

SÁ, Mateus V. C. de. *A edição de escritores africanos de língua portuguesa no Brasil: Mia couto e a companhia das letras*. 2018. 111 f. TCC (Graduação em Editoração). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SÁ-EARP, Fábio.; KORNIS, George. Em queda livre? A economia do livro no Brasil (1995-2006). In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Org.). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. Cap. 20. p. 349-362.

SAPIRO, Gisèle. The literary field between the state and the market. *Poetics*, [s.l.], v. 31, n. 5-6, p.441-464, out. 2003. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.poetic.2003.09.001>. Acesso em: 13 abr. 2017.

SAPIRO, Gisèle. How Do Literary Works Cross Borders (or Not)? *Journal Of World Literature*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 81-96, 1 jan. 2016. Brill Academic Publishers. <http://dx.doi.org/10.1163/24056480-00101009>.

SAPIRO, Gisèle. A noção de campo de uma perspectiva transnacional. *Plural*, v. 26, n. 1, p. 233-265, 12 jul. 2019a.

SAPIRO, Gisèle. Rethinking the Concept of Autonomy for the Sociology of Symbolic Goods. *Biens symboliques / Symbolic Goods* [Online], n. 4, p. 2-50, 2019b, Online desde 27 Jun 2019. Acessado em: 08 Mai 2020. Disponível em: <https://revue.biens-symboliques.net/334>

SENKEVICS, Adriano S.; CARVALHO, Marília P. de. Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude. *Estudos Avançados*, São

Paulo, v. 34, n. 99, p. 333-352, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.020>. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200333&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2020.

STELLA, Marcello Giovanni Pocai. *Literatura como vocação: escritores brasileiros contemporâneos no pós-redemocratização*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-29032019-134526. Acesso em: 2023-04-08.

THOMPSON, John B. *Mercadores de cultura: o mercado editorial no século XXI*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

Resumo:

O artigo examina a Linha de Apoio à Edição no Brasil, do governo português dedicada a subsidiar a publicação de autores de língua portuguesa no país e a relaciona as políticas brasileiras de compras de livros via PNBE/PNLD. Comparo os dois instrumentos a partir do exame das obras apoiadas e compradas, realizando um levantamento dos principais autores e editoras que acessaram as duas políticas. Em seguida, focalizo a recepção dos autores africanos de países de língua oficial portuguesa, para mostrar como a intersecção entre os dois incentivos, mais a Lei 10.639/03, foram fundamentais para a sua publicação no mercado editorial brasileiro.

Palavras-chave:

Políticas de tradução; Literaturas de Língua Portuguesa; Lei 10.639/03; Escritores Africanos de Língua Portuguesa; PNLD.

Abstract:

The article explores the Portuguese government's Linha de Apoio à Edição no Brasil (Line of Support for Publishing in Brazil), dedicated to subsidizing the publication of Portuguese language authors in the country, and relates it to the Brazilian policies of book purchasing via PNBE/PNLD. I compare the two instruments by examining the works supported and purchased, conducting a survey of the main authors and publishers who accessed the two policies. I then focus on the reception of African authors from Portuguese-speaking countries, to show how the intersection between the two incentives, plus Law 10.639/03, were fundamental to their publication in the Brazilian publishing market.

Keywords:

Politics of translation; Portuguese Language Literatures; Law 10.639 / 03; Portuguese-speaking African writers; PNLD.

Recebido para publicação em 11/07/2021

Aceito em 08/04/2023



ACESSO ABERTO


Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Fronteiras de gênero em Guiné-Bissau: por uma Antropologia endógena e ativa


Peti Mama Gomes

Universidade Federal do Pará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-3807-3187>
gomespetimama@gmail.com

Carla Susana Alem Abrantes

Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-3807-3187>
sabrantes@gmail.com

Introdução

As mulheres em associações femininas na Guiné-Bissau podem ser localizadas como expressões contra-hegemônicas, que possuem uma dinâmica e uma gramática peculiares – no que diz respeito aos modos de conceber e expressar identidades femininas africanas. Afinal, uma vida que supõe a produção compartilhada de objetos, de saberes e de comida –

nas plantações, na família, nos encontros e nas demais redes de sociabilidade e convivência dentro e fora das associações – não se conforma às expectativas do sistema-mundo pautado por valores e ética capitalistas. Em um cenário de produção de conhecimento que localizamos dentro de um viés eurocêntrico, nem sempre se chega a uma compreensão do que a realidade das mulheres africanas significa para quem as vive. Este artigo parte desse pressuposto para apresentar um escopo mais abrangente das questões de gênero buscando estabelecer fronteiras possíveis de entendimento e permitindo uma reflexão que ultrapasse padrões históricos de construção acadêmica.

Trata-se, portanto, de uma análise que coloca em movimento e busca o reconhecimento de terminadas categorias, relações, experiências do feminino em África, o que enquadramos como inserida na dimensão de um “ativismo”. O saber antropológico nos serve de alicerce e arcabouço teórico-metodológico para vislumbrar processos de vida social cotidianos sem o risco de categorias explicativas que reduzam certas experiências aos modelos esperados de agências externas àquela realidade. A proposta é reunir um conjunto de referências teóricas não hegemônicas e localizadas em esferas de conhecimento que, por vezes, são silenciadas ou não nomeadas nos espaços legítimos e reconhecidos como centros de reflexão científica sobre a sociedade. Neste artigo, autoras e autores com produção localizada no continente africano serão apresentados para um diálogo com as questões de gênero para um enquadramento mais amplo. Embora o estudo parta de uma pesquisa e descrição etnográfica, serão priorizados aspectos teóricos dos resultados alcançados, sem uma preocupação quanto a uma descrição densa.

As análises aqui apresentadas foram resultado do encontro etnográfico com as mulheres no norte de Guiné-Bissau,

produto final das trocas efetivas em campo, trazendo assim, subjetividades diferenciadas entre a visão das pesquisadoras e o pensamento das mulheres interlocutoras deste trabalho. Além disso, este artigo incorpora a experiência de pesquisa organizada dentro dos quadros de formação pós-graduada em um curso recentemente criado no escopo da cooperação acadêmica Sul-Sul ligado às políticas de internacionalização do ensino e da pesquisa em uma aproximação com o continente africano⁴⁰. Enquadra-se, assim, dentro do processo contínuo da reflexão sobre a Nação, como propôs Peirano (2014) onde há uma necessidade do autoexame intelectual que comporte propostas teóricas e metodológicas em uma linguagem de comunicação e de troca e cooperação entre as nações. Neste processo formativo que abrange um grande espaço para os aspectos empíricos e etnográficos, por vezes, as questões tradicionais da Antropologia ganham novos modos de serem abordadas e abrem possibilidades para o navegar nas franjas de um conhecimento dialógico e criativo.

Assim, ao longo de 3 meses de pesquisa de campo realizada no ano de 2018, uma das autoras acompanhou os afazeres cotidianos de mulheres nas associações *Bontche* e *Babock*, sobretudo as suas formas de organização e pertencimentos locais que nos levaram a refletir sobre as condições de possibilidades para a pesquisa antropológica em um cenário do século XXI, marcado pelo trânsito de indivíduos entre fronteiras comunitárias, étnicas e nacionais.

Dividimos o artigo em três tópicos: **1)** gênero em diferentes perspectivas teóricas; **2)** contextos locais de experiência feminina em Guiné-Bissau; **3)** agências e os caminhos para o conhecimento plural. Assim, na primeira parte serão mostradas as fronteiras de gênero nas suas diferentes perspectivas

⁴⁰ Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – PPGA-UFC/UNILAB.

teóricas, a partir da pluralidade de pertencimentos identitários. Em seguida, as mulheres guineenses em associações no contexto de associativismo permitem mostrar a centralidade do tema para a Nação. Por último, discute-se a agência possível no âmbito intelectual, em espaços de fala, de reflexão, de teorização, que constituem também uma parte do ativismo africano e guineense.

Categorias de gênero em diferentes perspectivas teóricas

As diferentes visões sobre as mulheres no contexto acadêmico africano e guineense, em particular, norteiam um entendimento sobre “outras” formas de se estar no mundo, de ser mulher, de pensar a pluralidade de pertencimentos identitários. Assume-se a possibilidade de que, em algumas sociedades, a ideia de gênero não necessariamente se constituiu (ou se constitui ainda hoje) como elemento estruturante da sociedade. Entendendo que o problema do gênero se coloca como relevante para uma reflexão sobre subordinação e opressão das mulheres desde meados do século XX, Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2014) mostra que essa posição é tomada como universal, lembrando-nos que tanto a categoria “mulher” como a ideia de “subordinação” podem ganhar outra perspectiva se tomadas a partir de geografias e processos históricos “outros”. A categoria “mulher” tomada como um fenômeno universal passa a ser questionada também por Butler (2008), quando a autora sinaliza para o fato de que, mesmo quando se apresentam “mulheres” no plural, não deixam de ser pensadas como uma unidade, uma essência, uma

descrição singular, “mulher”. Do mesmo modo, o feminismo que procurou consolidar a luta de todas as mulheres diante dos homens, também confirmou um *status* universal ao patriarcado, tornando esse fenômeno supostamente universal como aquele produtor de uma estrutura fictícia e que pode não ser sustentável dentro de realidades “outras”, particulares, em que se apresentam as variações de cada cultura e/ou sociedade. Essa construção, como sugeriu Scott (1990), pode ter sido parte dos processos de racionalização de pesquisadores que conceituaram as questões de gênero dentro de um percurso histórico. Assim, ao serem revelados os limites de tais análises, encontramos a sua localização como parte de construções sociais historicamente localizadas, ou seja, enquadradas como “gênero” e “experiência feminina”, construções teóricas que acabam por ser também fenômenos culturais.

Assim, Oyěwùmí (2014) e outras estudiosas têm insistido nos limites da ideia de universalidade para a categoria analítica “gênero”, mostrando de que maneira o conceito remonta a particularidades de processos políticos de mulheres anglófonas/americanas e brancas, especialmente nos Estados Unidos. Na verdade, um estudo sério das questões femininas e de gênero, no continente africano, em particular, não pode levar em conta o papel que historicamente desempenharam as feministas ocidentais e nem tampouco ignorar as teorias por elas produzidas. Portanto, há de se observar a necessidade de um reposicionamento, como aponta Gomes:

Uma análise equilibrada e situada dos contextos africanos requer, todavia, um reposicionamento dos estudiosos das questões de gênero, em África, no sentido de um questionamento da identidade social dessas mulheres, dos seus interesses e das suas preocupações. É importante conhecer a história dos dominadores e dos detentores do poder nos países africanos, mas é igualmente fundamental que essas histórias sejam narradas a

partir do olhar de quem viveu as experiências sob a condição de dominado e de subordinado. No caso da Guiné-Bissau, as “outras vozes” que aqui procurei trazer representam os sucessos e os limites de um processo de libertação que viu como protagonistas as populações guineenses, e, em particular, as mulheres (GOMES, 2016, p. 21).

Deste modo, em uníssono com Gomes (2016), esta pesquisa se propôs a trazer “outras vozes” de mulheres localizadas no interior de Canchungo e Bissau, em Guiné-Bissau, na África Ocidental. As experiências e dados etnográficos com essas mulheres revela que a realidade da mulher europeia é completamente diferente da mulher africana e guineense, sendo que esta também é bastante diversa e difícil de ser generalizada. É com Butler que podemos afirmar que, não é por acaso que “generalizar e expandir essas análises a todas as mulheres é um erro, posto que a identidade feminina muda de acordo com a realidade na qual se vive” (BUTLER, 2014, p. 184).

Ao recuperar o diálogo das autoras acima apresentadas, explicita-se que a categoria gênero não pode ser vista da mesma forma em tempos e espaços diferentes, ou em sociedades que apresentem características sociais históricas diversas. Portanto, é necessário analisar as várias dinâmicas e atores locais (agregados, grupos, organizações etc.) que tomaram e tomam parte no processo de construção das identidades de gênero. Sendo assim, é inevitável voltar, mais uma vez, a Oyéwùmí (1997), no sentido de sua crítica manifestada quando traz a noção de que não se pode tomar a questão histórica como algo dado. Isto é, é essencial problematizar este lugar histórico de produção de conhecimento, o que abre para novas possibilidades reflexivas e discursivas, o que aqui propomos chamar de “ativas”.

Por exemplo, na sociedade Iorubá (Nigéria), que foi o campo de análise de Oyéwùmí, os homens e as mulheres não

se classificam segundo distinções biológicas. Até porque nos trabalhos no campo (agricultura e pesca) não há mulheres na definição de gênero expresso nas condições da divisão de trabalho. A própria tradução de ser mulher e ser homem, segundo Adesina (2012 *apud* OYÉWÙMÍ, 1997) na linguagem lorubá não é genderizada. As “categorias como ‘masculino’ e ‘feminino’ são de difícil tradução linguística uma vez que há muito pouco sobre a associação de tais categorias socialmente construídas com a masculinidade ou feminilidade anatómicas” (ADESINA *apud* OYÉWÙMÍ, 1997, p. 33).

Em vista disso e, partindo do princípio de que há outras formas de ser masculino e de ser feminino em diferentes sociedades, as fronteiras do gênero se dão através de outros aspectos, tais como a idade ou a divisão do trabalho. Em síntese, Oyéwù mí apresenta que nessa sociedade africana, nigeriana, a percepção sobre a forma corporal não é a base da hierarquia social: os homens e mulheres não se classificam segundo distinções anatómicas.

Reconhecer o processo dominante de classificação de gênero nas construções teóricas e localizar as limitações de determinadas análises, nos leva, como propôs Butler (2008), a mudanças que se estabelecem na política feminista, por passarem a revelar a diversidade de experiências e o modo variável com que a construção de identidades de gênero se dá. Assim, estamos tratando de um ponto de mudança e rompimento com a universalidade que se revela problemática, não somente no cotidiano da experiência humana, mas, principalmente, nas discussões acadêmicas que muitas vezes orientam e criam novos paradigmas sociais, culturais e existenciais.

A partir desta reflexão geral quanto às questões de identidade de gênero que são construídas como universais e ao relacioná-las à sua condição de representações sociais historicamente situadas, abrimos espaço para reconhecer “outras” construções da categoria “mulher”, “africana” e

“guineense” e como estas se enquadram em uma perspectiva diferente em termos de consciência e comportamento.

Experiências femininas em Guiné-Bissau

A partir destes “outros” vieses teóricos, podemos agora refletir sobre as fronteiras da experiência estabelecidas no âmbito das discussões de gênero. O destaque desta seção vai para as visões de mulheres africanas, guineenses, inseridas em associações locais escolhidas como base empírica para esta pesquisa. São duas associações: uma está localizada na zona urbana, no bairro de São Paulo da capital Bissau e se caracteriza como uma cooperativa de mulheres produtoras de roupas, denominada de *Bontche*, e a outra no contexto rural da região de Cacheu, setor de Canchungo, denomina-se *Babock* e representa um coletivo de lideranças femininas que trabalham na agricultura e que surgiu nos anos “mil novecentos e noventa com trinta membros mantendo estas relações de amizade” e trabalho (GOMES, 2019, p. 98)⁴¹. Para além dos dados coletados no diálogo com essas associações, soma-se a esta análise considerações sobre a própria experiência pessoal de uma das autoras.

Sendo esse um contexto social onde a diferença se contrapõe à experiência europeia ou “ocidental”, as mulheres africanas são muitas vezes definidas a partir de um determinado discurso dominante que as pautam por bases “culturais” e de um modo generalizante. A ideia do “outro” – que aqui buscamos uma suspensão do sentido, colocando-o

⁴¹ *Bontche* é uma palavra de língua Balanta, o maior grupo étnico da Guiné-Bissau, e significa “bonito”. *Babock* significa a junção de várias aldeias que falam a mesma língua étnica.

entre aspas – reforça sempre uma distância que se estabelece entre dois modos de pertencimento. Assim, procurar as fronteiras do que é universal também nos remete a revolver os sentidos do que é muitas vezes considerado como “cultural” ou “diferente”, marcadores dos modos com que o pensamento social se constitui em sua trajetória epistêmica (WOLF, 2005). Catarina Martins (2016) traz uma reflexão de um olhar do Norte Ocidental enquanto *lócus* privilegiado para estas análises culturais, como encontramos na citação abaixo:

o olhar do Norte incide não sobre mulheres com as suas experiências diversificadas em contextos muito heterogêneos e singulares, mas primordialmente como uma visão das “Mulheres dos Outros”, ou seja, mulheres aprisionadas pela cultura a que pertencem e que se impõe sobre elas de um modo invariavelmente mais determinante e coercivo do que acontece no Norte, através da opressão masculina entendida como marca própria dessa cultura (...). Pelo contrário, as “mulheres dos Outros” são necessariamente apresentadas como vítimas – dos respectivos homens – o que torna a ação redentora do Ocidente num imperativo ético. A invisibilização de que as “mulheres dos Outros” são vítimas, mesmo no olhar bem-intencionado e solidário de muitas mulheres do Norte, resulta de, no seu lugar, está uma representação profundamente sumária: ficções como a “Mulher Asiática”, a “Mulher Latino-Americana”, a “Mulher Muçulmana”, a “Mulher Africana”, sobrepõem-se e amputam as mulheres reais pela redução a uma espécie de máximo denominador comum metonímico que facilita a sua identificação no Ocidente (MARTINS, 2016, p. 253).

O “olhar bem-intencionado e solidário de muitas mulheres do Norte”, para o qual Martins chama atenção no seu texto, resulta de um *lócus* social, cultural e político que não representa as mulheres que, em sua maioria, vivem no

continente africano ou mesmo, de forma particular, as mulheres guineenses em associações que configuram-se como objeto desta pesquisa. Em geral, a autora traz exemplos de mutilação genital feminina na África; uso de *burka* ou o véu islâmico para as mulheres muçulmanas ou aquelas que consentem um casamento poligâmico. Cabe ir mais fundo neste trabalho, como se procurou realizar junto às mulheres em associação na Guiné-Bissau, compreendendo as relações comunitárias, de parentesco e de trocas de sobrevivência que ampliam o entendimento das escolhas que se apresentam às mulheres sem uma imposição de categorias importadas ou até mesmo o isolamento de uma condição feminina das relações que sustentam a sua existência e significado.

Nas duas associações de mulheres em Guiné-Bissau, constatamos que as mulheres ainda têm um controle maior dos meios de produção, em sua base agrícola e comercial. Em outras palavras, o armazenamento de economia doméstica e social é garantido pelas mulheres. Nesse contexto, ao aprofundarmos o olhar para as redes de relações e trocas estabelecidas entre diferentes “atrizes” envolvidas, encontramos a necessidade de pluralizar as visões sobre essa experiência feminina. Para além das funções econômicas, as relações de parentesco também estabelecem pontes de acesso a esse lugar do feminino em determinados cenários. Na pesquisa sobre mulheres em associação, foram encontradas experiências de famílias poligâmicas que organizam a convivência e as relações cotidianas. O *casamento de cumbossa*⁴², – termo em crioulo Guiné-Bissau que distingue as mulheres que compartilham um mesmo homem dentro de um casamento poligâmico – reformula e cria modos de se estar em família e em comunidade próprios, remetidos a padrões de pertencimento locais.

⁴² *Cumbossa* literalmente significa rival amorosa ou *Coesposa*.

Estes elos e os significados de gênero atribuídos nesse contexto são relevantes para as distinções que procuramos estabelecer. O “casamento formal”, em que ocorre uma cerimônia religiosa ou civil entre um homem e uma mulher, “raramente” acontece no interior nas *tabancas* de Canchungo na Guiné-Bissau⁴³. Ali, um homem vive com duas ou mais mulheres ao longo da maior parte da sua vida (muito embora haja alguns que optem por se casar com apenas uma mulher, o que é uma minoria das experiências nessa localidade). O casamento de um homem com mais de uma mulher é conhecido como “casamento tradicional”. Ao partirmos da perspectiva de uma família guineense, encontramos um homem que se casou com duas mulheres: uma de nome Blandim Mendes e outra Aissatu Mendes, ambas designadas pelo termo *cumbossas*. A ordem de chegada das mulheres à família e à “relação é muito importante” porque, na verdade, há um arranjo social que também dita regras hierárquicas e imprime formas e funções nas relações estabelecidas entre essas pessoas. A segunda mulher, assim, deve respeitar sempre a posição da sua *Cumbossa* (primeira esposa) no caso de uma decisão que deve ser tomada na esfera privada.

Ao estabelecer uma “reflexão ativa”, entramos em contato com uma família composta por um pai que se casou com duas mulheres que coabitam a mesma casa e compartilham quase “tudo”. Doris Wieser (2018, p. 336) coloca que a “poligamia é uma forma de organização familiar amplamente difundida no continente africano – mas não só em África – embora não seja aceito pela lei dos Estados modernamente constituídos em suas legislações e tipificações sociais por ele regulamentadas”. Atualmente, em muitos dos Estados africanos modernos, cuja população é islâmica na sua maioria, a poligamia é legal, segundo Wieser (2018). Também, como sugere Borges, o

⁴³ *Tabanca* está associada a uma determinada região ou setor, formada por diferentes famílias que compartilham espaços de sociabilidade e se entreadjudam cotidianamente.

casamento islâmico na Guiné-Bissau é contratual e, “considerando que os contratos são negociáveis” (BORGES, 2009, p. 28), pode ser utilizado dentro de subterfúgios contratuais a partir de ambiguidades na lei. Entretanto, nem sempre há a possibilidade de escolha da própria mulher em aceitar o casamento *cumbossa*, por se tratar de um casamento tradicional que se negocia entre famílias. Ou seja, nem todas as escolhas permitem que a mulher determine as cláusulas do contrato, pois a decisão acaba ficando a cargo do *status* de sua família. Certas famílias guineenses comungam desse modelo de casamento aceito, reconhecido e valorizado, muito embora a Guiné-Bissau tenha recebido como herança da colonização portuguesa as influências da religião católica (14% da população) que define que homens não podem se casar com mais de uma mulher.

Assim como a família referenciada anteriormente, muitas outras na Guiné-Bissau têm ascendência da religião tradicional de suas comunidades, não sendo nem católicas, nem muçulmanas. Portanto, o modelo de casamento não se enquadra no religioso ou no civil, mas sim, em um viés socialmente localizado: casamentos negociados entre os grupos familiares de onde se originaram. A poligamia apresenta traços importantes da vida social em Guiné Bissau, pois há todo um contexto social, econômico e político que lhe sustenta e de onde extrai sua significação social, de modo que algumas mulheres não consideram a questão como um “problema” (haja vista a ressalva de que isso também depende de cada caso específico).

Desta maneira, é possível traçar um diálogo sobre a poligamia em Guiné Bissau com a obra da romancista senegalesa Ken Bugul, que explicita e argumenta favoravelmente sobre a possibilidade de que um homem possa

se casar com duas ou três mulheres⁴⁴. Em seu romance autobiográfico *The Abandoned Baobab: The Autobiography of a Senegalese Woman* (1991) está expresso que o sentimento de integração ao coletivo é um processo importante de paz interior e realização pessoal e isso só acontece quando se busca o quadro de referência das origens (familiares, comunitárias) de uma pessoa (BUGUL, 1991, p. 60). Ou seja:

Bugul parece defender que, como a união poligâmica pode ser, para uma determinada mulher, uma opção consciente por um caminho de realização pessoal, dependendo de posições identitárias marcadas por interseções diversas. Não se trata, como é evidente, de uma vitória sobre a sociedade patriarcal, mas da criação de um lugar de liberdade e poder para a mulher nos interstícios do poder masculino, que acaba por conduzir a alterações nas estruturas deste último (MARTINS, 2016, p. 68)

Desta forma, é importante procurar pelo contexto completo em que as mulheres estão inseridas, desde suas subjetividades até à complexidade da sociedade mais ampla e como concebem o bem-viver como espaços de liberdade e poder. As particularidades das experiências femininas colocadas em comparação transcultural nos possibilitam olhares e horizontes sobre a realidade de muitas mulheres que vivem um casamento no continente africano evitando julgamentos e exclusões ao que é moralmente aceito em certos meios sociais.

⁴⁴ Ken Bugul é uma mulher de 30 anos que, com uma educação ocidental de nível superior e após ter conhecido vários países europeus e vivido relações diversas com homens desses países, regressa à aldeia natal no Senegal, para se tornar a vigésima oitava (28^a) esposa de um chefe religioso islâmico com mais de 70 anos. Esta mulher denuncia a representação colonial do africano como ser selvagem e brutal. Sublinhamos que Ken Bugul insere o seu trabalho ao ativismo pelos direitos das mulheres, que inclui desde a luta contra a ablação genital até o planejamento familiar (DIAW, 2018, p.37).

Uma possibilidade de aprofundamento teórico seria pautar as diferenças e as escolhas pessoais como algo enriquecedor, inserindo-as em relações estabelecidas socialmente em determinados contextos geopolíticos. Luciene Santos nos fornece exemplos de experiências variáveis de mulheres, independentemente de classe, raça, etnia, região e do espaço:

a experiência das mulheres pode variar [...] a necessidade de uma análise e de um olhar situados para um entendimento menos redutor da vida das mulheres num dado contexto. Esta perspectiva permite identificar as relações de força subjacentes aos papéis de gênero numa dada comunidade/grupo social e diferenciá-las de outras relações de subordinação configuradas a partir de um imaginário moderno-colonial [...] (SANTOS, 2017, p. 169).

A centralidade dos estudos que trazem esta perspectiva da construção de gênero permite relativizar a homogeneidade simbolicamente arraigada na concepção ocidental, pois, uma vez que existem diversas maneiras de ser mulher, podemos valorizar suas experiências únicas, as suas lutas, as necessidades e desejos, como foi colocado acima. Além de uma trilha marcada pela subjetividade e trajetórias individuais, reconhecemos a relevância das propostas de Santos sobre como pensar diferentes maneiras de ser mulher nas esferas pública e privada.⁴⁵

Se tomarmos os casos das associações de mulheres em Guiné-Bissau, encontramos múltiplas estratégias adaptativas recorrentes no cotidiano, como a agricultura, a costura e o comércio. Esses trabalhos geralmente começam com pequenos

⁴⁵ Sobre este tensionamento entre âmbitos e espaços de vida da mulher, ainda que no contexto brasileiro, dividido nesta perspectiva dicotômica de esfera pública e esfera privada, ver também Venturini, Recamán, Oliveira (2004).

grupos na esfera doméstica, onde se planta produtos alimentícios considerados básicos para uma alimentação diária nas suas comunidades (tais como, hortaliças de legumes e verduras, arroz, milho, feijão, amendoim etc.). Os resultados dos trabalhos destas mulheres às vezes chegam às mesas de outras famílias, vizinhos, e no geral, até à esfera pública, marcada pela mediação de organizações não governamentais (ONGs). A partir das atividades desenvolvidas por elas, há uma conquista de um reconhecimento em suas famílias, na comunidade, no *setor*⁴⁶ ou bairro. Em um cenário macro, as mulheres estão em maior número quando se pensa nos trabalhadores guineenses de um modo geral, sendo responsáveis pelo sustento de muitas pessoas ou famílias, ou pelo “armazenamento de economia local”, segundo o Relatório do FMI n.º 17/381⁴⁷.

O trabalho feito pelas mulheres é, assim, também percebido como uma contribuição para a luta contra a pobreza tanto nas suas comunidades, nos *setores*, como nos bairros. É desta maneira que as mulheres obtêm o reconhecimento por parte da maioria da comunidade, em sua região, além da importância das suas produções, comércios e organizações que colaboram muito para sua consequente emancipação socioeconômica, como sugere Cátia Lopes (2013). Vale ainda salientar que o peso da participação delas tem aumentado no desenvolvimento e na mudança de paradigmas sociais e mentalidades, dada à centralidade de suas posições e ações diárias nos grupos.

Lopes (2013) coloca, em um de seus estudos efetuados a respeito da inserção de mulheres no microcrédito, que as mulheres exercerem duas funções simultâneas importantes no país **1)** executoras de atividades econômicas, tais como a agricultura ou a pesca e **2)** agentes de educação e da

⁴⁶ *Setor* é uma subdivisão política em Guiné-Bissau.

⁴⁷ Fundo Monetário Internacional de Guiné-Bissau, D.C. Novembro de 2017.

economia. Assim, elas continuam ocupando cada vez mais espaços sociais e econômicos, principalmente por estarem trabalhando em associações. A forte presença das mulheres em Guiné-Bissau, como trabalhadoras e responsáveis pelo sustento de muitas pessoas e de muitas famílias na atualidade, é considerada um valioso contributo para enfrentar as desigualdades existentes no mercado de trabalho, desigualdades estas que têm sido demonstradas por vários estudos e pesquisas recentes no país (SEMEDO, 2010).

Nas esferas do Governo, promove-se recentemente pelo Departamento de Assuntos Políticos (DAP), a igualdade entre homens e mulheres em Guiné-Bissau, onde se procurou em 2018 garantir uma maior participação feminina nos espaços de poder com propostas de uma divisão mais igualitária entre gêneros (50/50) a serem colocadas em prática até 2030. Existem hoje várias iniciativas para recordar o percurso das mulheres guineenses, as suas dificuldades e as conquistas ao longo das décadas na luta pelos direitos e pela igualdade de oportunidades no país. As narrativas que fortalecem a participação e agência feminina na economia bem como conduzidas em setores do governo levaram à aprovação de uma lei de *quota* que obriga participação ativa de 36% das mulheres nos lugares de tomada de decisão do Estado nacional, isto é, nos partidos políticos e no parlamento⁴⁸.

Estas transformações recentes no contexto mais amplo dos processos de formação de Estado (ELIAS, 2002) têm efeitos sobre as atividades das mulheres em associação, das *tabancas* e das cidades, por representarem uma conquista das políticas públicas que operam visando a inclusão das mulheres guineenses nos setores públicos. A escuta e possibilidade de

⁴⁸ UNIOGBIS, Departamento de Assuntos Políticos. Disponíveis em: <https://uniogbis.unmissions.org/na-quin%C3%A9-bissau-mulheres-%C3%A9-que-garantem-o-sustento-da-fam%C3%ADlia>. Acesso em maio de 2018.

perceber como essas mulheres se localizam no diálogo com o Estado é também um outro aspecto das condições da experiência feminina africana, guineense, como vemos na fala da *rainha*⁴⁹ Tina da associação *Mandjuandadi* de *Babock*, localizada em Reno, que afirma:

estamos aqui nas nossas *tabancas* fazendo o que realmente gostamos de fazer em grupos – que gera um sustento de muitas famílias contribuindo direta e indiretamente para o desenvolvimento de comunidades, bairro, regiões e consequentemente o país” [...] precisamos de um diálogo daqui para Bissau, nas instâncias como do Estado [...] tudo que a gente faz [fez] é pensando no bem daqui e não só (...) tendo a nossa representação daqui que leva nossa mensagem por exemplo: pensar nas políticas públicas virada para agricultura familiar, de comércio exterior” (...) devemos ter apoio por parte de Estado (notas de caderno de campo, rainha Tina Gomes, Canchungo- Guiné-Bissau, setembro de 2018).

As contribuições das mulheres não se limitam apenas a suas *tabancas* ou bairros, mas há algumas questões de maior interesse levantadas pela *rainha* em relação ao Estado. Há a expectativa de que seus nomes sejam incluídos e identificados nos produtos que concedem para venda aos estabelecimentos agropecuários. Além disso, exigem ações por parte do Estado para lidar com as questões de saúde da mulher⁵⁰. Assim, há uma demanda por apoio do Estado para consolidar os

⁴⁹ *Rainha* é a pessoa responsável e porta voz das mulheres dentro de grupo de *Mandjuandadi*. *Mandjuandadi* é, portanto, uma das associações voluntárias das mulheres em Guiné-Bissau que tem por objetivo transmitir os sentimentos através da música e ser uma fonte de conselhos e um meio de produção de economia local ou nacional.

⁵⁰ É interessante e curioso verificar que, embora os problemas acima citados que as mulheres enfrentam sejam uma decorrência de suas situações de trabalhadoras diária, as suas reivindicações não são feitas aos maridos ou familiares, mas sim ao Estado. Isto é, reivindicam seus direitos como trabalhadoras inseridas em uma comunidade mais ampla.

instrumentos de trabalho destas pequenas agricultoras e comerciantes nas *tabancas*, que também se veem como parte do crescimento e desenvolvimento econômico e social da Guiné-Bissau. As mulheres que compartilham os afazeres e práticas cotidianas em associações concebem a sua agência como relevante para a mudança, o bem-estar da sua comunidade e bairro e, portanto, buscam firmar estratégias em diálogo com a administração local e nacional. Assim, para continuarem trazendo estes resultados positivos dos seus trabalhos, os “lucros”, o Estado deve também agir na promoção dessas políticas, como é sublinhado pela rainha Tina.

Apesar deste apelo das interlocutoras, elas consideram os seus trabalhos um sucesso, pois há o “sentimento de autossatisfação” por existir um reconhecimento já garantido em termos da percepção geral comunitária, quanto à importância dos seus trabalhos em associações. Isso faz com que se sintam realizadas tanto em grupo como individualmente por saberem que através de associação alcançam poderes econômicos, sobretudo por estarem gerindo seus próprios negócios à sua maneira.

As duas associações analisadas, Amizade de *Babock* e *Cooperativa Bontche* que trabalham com agricultura, comércio e costura começaram nos últimos anos a ganhar peso e reconhecimento dos seus trabalhos pela comunidade, bairros e dentro das suas famílias, por estarem contribuindo para diminuir os momentos de dificuldade e de escassez de alimentos, bem como promover o investimento na alimentação e na educação dos seus filhos (mensalidade escolar), e, consequentemente, na economia social. Assim, o esforço para empregar e promover, por parte do Estado, as mulheres em associações ou cooperativas, está sendo levado a sério em um país cujo percentual populacional feminino atinge os 52%, em relação ao todo demográfico, segundo dados de 2018. Posto

isto, os dados da nossa pesquisa recente em Guiné-Bissau com as mulheres de *Babock* e *Bontche* mostra mulheres ativas nos trabalhos coletivos pelo bem social e comunitário.

Como vimos nesta seção, as visões sobre mulheres em Guiné-Bissau podem ser pensadas de forma plural e diversa do que é ser mulher, associadas não apenas às formas organizacionais locais (econômicas, religiosas e de parentesco), mas também em suas estratégias de relacionamento com o Estado e nas conexões com o cenário macro, que está em constante transformação. Ressalta-se que há também uma reorientação no modo como as mulheres se percebem a si mesmas e se organizam em coletivos a partir das respostas que recebem da comunidade mais ampla, o que mostra um processo contínuo de luta e mobilização social.

Agência e redes de associação: por um conhecimento plural e ativo

A partir das agências femininas localizadas nas associações em Guiné-Bissau, abre-se, portanto, uma reflexão sobre a importância de localizarmos situações e a partir delas e dos cenários singulares estabelecermos elos para os significados e as relações de identificação feminina. Assim, este é um tema relevante para pensar a agência de mulheres no continente “africano”, ou pelo menos em parte dessas mulheres que percorrem os 54 países do continente, a partir de suas realidades plurais, bem como de seus papéis na vida cotidiana, seus arranjos, suas negociações, sua inteligibilidade e sua lógica social. Podemos nos referir, aqui, às perspectivas afro-centradas que encontramos em Mazama (2009) a partir da África e sua diáspora bem como em Mafeje (2019) para a experiência do continente africano.

Então, equacionar a ideia de agência parece-nos ser bastante significativo nos estudos sobre gênero, ao se

considerar não somente o sentido de uma resistência a relações de dominação, mas, principalmente, uma capacidade para a ação facultada por relações de subordinação específicas. Segundo Mahmood (2019, p. 143) podemos entender agência como “a capacidade de cada pessoa para realizar os seus interesses individuais, em oposição ao peso do costume, tradição, vontade transcendental ou outros obstáculos individuais e coletivos”⁵¹. Esta conceitualização permite uma possibilidade de análise da experiência feminina nas associações, ao colocar foco sobre o modo como organizam-se em prol de seus interesses, criando sempre espaços de negociação e de mudança social, como vimos anteriormente.

Miguel de Barros (2010) contribui para essa ideia ao reforçar que existem no continente outras interfaces que promovem filosofias de sustentabilidade, de priorização de agendas econômicas e sociais dentre outras, em geral a partir de organismos de cooperação internacionais. Na citação abaixo, a ideia de um fomento que incentiva iniciativas individuais e coletivas em prol de um crescimento está bem desenvolvida:

O fomento do associativismo ligado a filosofias de projetos dos doadores que privilegiam o trabalho direto com os grupos sociais legalmente constituídos fez disparar o número das associações de jovens, quer na capital como nas zonas rurais do interior do país, esvaziando as associações da sua agenda prioritária, condicionando deste modo o

⁵¹ Obviamente, a elaboração de Mahmood sobre a noção de agência no seu texto deve ser entendida ou compreendida no contexto específico dessas mulheres no Egito nas suas intervenções políticas pretendidas nos seus trabalhos. As particularidades de mulheres no Egito traduzem-se por “situar a autonomia moral e política do sujeito em relação ao ‘poder’ – [o que] foi invocado no estudo de mulheres envolvidas em tradições religiosas patriarcais como o Islão” (MAHMOOD, 2019, p. 138).

que realmente querem e podem fazer e ainda favoreceu uma forte apropriação das iniciativas e absorção dos financiamentos que deveriam ser canalizados pelas redes às associações de base (BARROS, 2010, p. 03).

Em meio a essas agências externas, é visível um crescimento de associações na Guiné-Bissau, particularmente os das mulheres que se juntam para desenvolver diferentes atividades geradoras de rendimentos (tanto para alimentação familiar como para o comércio local e nacional). Estes são espaços reconhecidos como os de uma administração de poderes econômicos, por estar-se gerindo seus próprios negócios à sua maneira. A participação dessas mulheres também é considerada como tendo um caráter intervencionista a nível político, social, comunitário e de proximidade com a comunidade, já que responde a questões comuns e funciona como veículo de comunicação e de sensibilização em diferentes níveis de caráter social.

A emergência do pluralismo político⁵² na Guiné-Bissau favoreceu uma explosão de formas de organização social, desde os partidos políticos, sindicatos livres e independentes, passando pelos agrupamentos de cariz económico-empresarial 'autónomas' até às organizações não governamentais e associações de base local e comunitária (BARROS, 2010, p. 02).

Nesse cenário complexo, propomos nos apropriarmos do conceito de “agência”, e ampliá-lo para a ideia de “ativismo”, o que permite estabelecer a força com que as redes de atuação das mulheres mobilizam recursos, alianças, encontros em prol de objetivos comuns, muitas vezes pautados como melhoria de suas condições de vida e da comunidade. Tais redes, como

⁵² O pluralismo político trazido aqui se refere ao reconhecimento da diversidade de vários partidos, associações ou cooperativas e seu direito ao exercício do poder.

vimos, ultrapassam a esfera local e interagem em contextos familiares, setoriais e mesmo nacionais.

São redes que também podem ser reconstituídas como partes da vida social que buscamos colocar em evidência neste artigo a partir da participação das mulheres que produzem conhecimento sobre e nos países africanos, particularmente, em Guiné-Bissau. O desafio, a partir dos padrões históricos construídos no cenário acadêmico ao longo de séculos – como vimos na primeira seção – são grandes, mas possíveis ao se buscarem outras novas formas de atualização, a partir de realidades mais próximas de mulheres e homens no continente. Como parte do ativismo que se propõe como chave para uma reflexão sobre gênero, incluímos a proposta de que há que se considerar novos caminhos para um conhecimento plural que possibilite aos futuros pesquisadores na área humanas reconsiderarem suas bases teóricas e discursivas.

Refletir ou problematizar o lugar de produção de conhecimento vem sendo o exercício de questionamento por alguns intelectuais africanos já há muitos anos. Se Hountondji (1989) acreditava nesta construção de conhecimento a partir dos próprios métodos dentro do continente africano, Cossa (2014, p. 21) reflete sobre a corporeidade como um caminho para se “saber como conhecer as coisas que nos cercam e, consequentemente, se poderiam ser conhecidas e até que ponto eram reais”. Também Adenina (2012) propõe a produção científica de conhecimento a partir de dentro, a que chamou de “endogeneidade”. Percebe-se que os próprios e próprias pesquisadores/as africanos/as vêm questionando e problematizando os sistemas de conhecimento que não refletem as realidades endógenas africanas no seu todo. Na Guiné-Bissau, essa reflexão é proposta por Patrícia Godinho Gomes (2014), que retoma questões de Oyèwùmí (2010) e Houtondji (1989) quanto às condições do conhecimento

produzido nos processos históricos, às ferramentas teóricas e metodológicas próprias para um conhecimento sobre e na África e o apoio de políticas voltadas para a pesquisa científica a partir dos governos nacionais.

(...) a primeira é de que as circunstâncias históricas e políticas em que foi produzido o conhecimento em África teriam conduzido a uma dependência “de fora” em termos epistemológicos; em segundo lugar, os países africanos (submetidos na sua maioria a um processo de colonização) precisam encontrar mecanismos internos para compreender as dinâmicas sociais internas e precisam escolher os temas e as metodologias de pesquisa que melhor se adequem às necessidades locais e não às demandas externas; enfim, alcançar tais propósitos requer a construção de um projeto nacional à volta do qual as diferentes realidades socioculturais dentro de um território nacional possam estar representadas (GOMES, 2014, p. 06).

Reunimos, assim, a questão do conhecimento como um dos aspectos a serem mobilizados em ação social, ativamente produzido a partir de redes e de questões que precisam estar sempre em destaque para os que estão envolvidos em uma ruptura epistêmica e na possibilidade de produção de quadros teóricos e metodológicos sem as marcas históricas de pensamentos exógenos e distantes. Afinal, quais são as finalidades e as condições de produção do conhecimento? O que leva as/os pesquisadores/as africanos/as a repensarem historicamente e metodologicamente esse conhecimento, utilizando um olhar endógeno? Pode a tradição ocidental de fabricação reflexiva e discursiva privilegiar determinadas visões que não correspondem a processos locais e endógenos e legitimá-las como realidades únicas? Quais são as condições para esse “poder”?

Existem, assim, certas possibilidades de desconstrução do conhecimento ligado à representação da realidade e do “sujeito conhecedor” e que questiona a própria noção de

ciência, no caminho aberto desde Edward Said, nos primeiros anos do pós-colonialismo e que passa pela crítica do conhecimento produzido por antropólogos e de uma artesanal tessitura da realidade social para pensar a coexistência do outro (FABIAN, 2013). A prolongada interação da Antropologia com o “outro” criou um objeto de estudo que na atualidade precisa de uma reavaliação, já que foi fundada a partir de uma distância temporal e espacial, principalmente marcada pela matriz da sociedade ocidental, capitalista e estruturada colonialmente. Essa matriz a partir da qual o “outro” transformou-se em uma imagem manipulada em consonância com a dinâmica das relações de poder mais amplas pode ser repensada e diluída por meio de pesquisas que aprofundem o seu lugar histórico (ABRANTES, 2014; 2015).

Assim, uma das formas de deslocar esse “centro” pode ser pensada por meio das redes de ativismo em torno das construções científicas sobre gênero, procurando percebê-las em sua organização não só pela visibilização de teorias produzidas fora dos espaços consagrados de produção de conhecimento, mas principalmente pela construção dialógica com interlocutores de pesquisa em que se apresente e reflita sobre as condições de pesquisa e seus efeitos para todos os envolvidos (GOMES, 2019). Cotidianamente e ativamente, mulheres se organizam em espaços acadêmicos muitas vezes longe dos centros reconhecidos de autoridade intelectual, para construir caminhos científicos novos que reflitam sobre os modos de estar baseados em comunidades que se fortalecem, como vimos, pela gestão de seus recursos e organização de suas atividades em grupo.

Considerações finais

As fronteiras de gênero abordadas neste artigo permitem trazer referenciais do pensamento sobre a agência de mulheres no continente “africano” através das suas realidades plurais, bem como seus papéis na vida cotidiana, seus arranjos, suas negociações, suas inteligibilidades e sua lógica social afrocentrada. Trouxemos questionamentos relacionados à forma como produção de conhecimento ainda se organiza dentro de um escopo eurocêntrico, quando estas mulheres são consideradas na maioria das vezes “outras”, ou seja, mulheres de grupos subalternizados. Logo, é importante procurar entender o contexto completo em que as mulheres africanas e guineenses estão inseridas, desde as suas subjetividades e a complexidade dos contextos até como concebem o bem-viver, evitando noções pré-concebidas ou distantes de ferramentas teóricas que desconsiderem as condições de produção do conhecimento. Para tanto, este artigo trouxe questões relativas às identidades de gênero construídas situacionalmente, em atividades, organizações e representações sociais historicamente situadas. É importante reconhecer como a construção de categoria “mulher africana” e “guineense” se enquadra numa perspectiva diferente.

Os elos que mantêm as mulheres em associações femininas na Guiné-Bissau foram descritos a partir de organizações contra hegemônicas, e parte de redes de ação mais amplas envolvendo diferentes esferas da vida social (famílias, setores, bairros, cidades e até nas relações com o Estado-nação). Compreende-se que as mulheres se impuseram, enquanto agentes sociais, com presença pública ao serem reconhecidas pela comunidade por sua participação e força, além de serem vistas como contribuintes para o desenvolvimento do país.

Incluem-se nas mobilizações coletivas em prol de interesses comuns, as ações pautadas dentro dos âmbitos acadêmicos, como parte de um posicionamento que recupera

questionamentos relevantes para o conhecimento construído sobre experiências que até então eram conhecidas como “outras”. Assim, com eixos inovadores de produção intelectual, se considera que o/a pesquisador/a comporta ativamente escolhas sobre como conduzir suas questões e realizar seus estudos, levando em conta a abertura para revelar suas condições de pesquisa e uma reflexão sobre os efeitos de sua prática. Neste sentido, aspectos da experiência feminina, do ser mulher em África e particularmente na Guiné-Bissau são arenas discursivas de grande relevância para situarmos o ativismo acadêmico como parte do fazer ciência e que nos revela de forma mais profunda as dimensões das fronteiras de gênero na atualidade.

Estas arenas organizadas em redes de relações que combatem a exclusão social e comunitária de mulheres e jovens com enfoque nas situações de desemprego na África em especial Guiné-Bissau nos permite refletir sobre o ativismo que se movimenta no continente. Por meio de associações de mulheres organizadas, laços construídos mobilizam a participação ativa feminina e juvenil em prol de interesses comuns para a ascensão local e nacional.

Referências

ABRANTES, Carla Susana Alem. Repertórios do conhecimento em disputa: trabalhadores indígenas e agricultores no colonialismo português em Angola, 1950. *Anuário Antropológico*, v. 39 (1), p. 195-218, mar. 2014.

ABRANTES, Carla Susana Alem. Uma vocação para durar: estratégias discursivas e agências imperiais nos anos 1950. *Anuário Antropológico*, v. 40, (2), p. 173-197, set. 2015.

ADESINA, Jimi. Práticas da Sociologia Africana. Lições de endogeneidade e gênero na academia. In: SILVA, Teresa Cruz; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (orgs.). *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas*. Dakar: CODESRIA, 2012.

BARROS, Miguel de. Associativismo Juvenil enquanto Estratégia de Inserção Social: O caso da Guiné-Bissau. *Comunicação apresentada no CIEA7*. Lisboa: CEA/ISCTE-IUL, 2010.

BORGES, Ecyla Saluy Moreira. *Estudo de caso em Gabú: será que o casamento explica a gravidez precoce das jovens islâmicas (Fulas e Mandingas)?* Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação de Estudos Étnicos Africanos da Universidade Federal da Bahia, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

BUGUL, Ken. *Riwan ou le Chemin de Sable*. Paris/Dakar: Présence Africaine, 1991.

COSSA, Segone Ndangalila. *Corpos Ubíquos: Estudo Etnográfico Sobre a Construção Social dos Corpos em Moçambique*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2014.

ELIAS, Norbert. Processos de formação de Estados e construção de nações. In: *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002

FABIAN, Johannes. *O Tempo e o Outro: Como a antropologia estabelece seu objeto*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

GOMES, Patrícia Godinho. A Mulher guineense como sujeito e objeto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. *Africa Development*, Volume XLI, n. 3, pp. 71-95, 2006.

GOMES, Patrícia Godinho. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. *Outros Tempos*, vol. 12 (19), p. 168-189, 2015.

GOMES, Patrícia Godinho. As outras vozes: percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau, *Revista Odeere*, v. 1, p. 121-145, 2016.

GOMES, Peti Mama. *Ser mulher africana e estudante no contexto da diáspora*: alguns aspectos do cotidiano de estudantes guineenses no Maciço de Baturité-CE. Monografia de conclusão de curso de graduação, Bacharelado em Humanidades, Unilab, Redenção - CE, 2016.

GOMES, Peti Mama. *Mulheres em Associação na Guiné-Bissau*: gênero e poder em Babock e Bontche. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Programa Associado de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, 2019.

HOUNTONDJI, Paulin J. Investigação e extravessão: elementos para uma sociologia da ciência nos países da periferia. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*, Bissau N.º 8, p. 107-118, Jul. 1989.

LOPES, Cátia Sofia Nobre. *O papel da mulher no microcrédito na Guiné-Bissau*: estudo de caso de Pitche e Pirada. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, 2013.

MAFEJE, Archie. Africanidade: uma ontologia combativa. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v.03, n.03, Outubro de 2019.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica [Online]*, vol. 23 (1), mar. 2019.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónkẹ. Conceptualizando el género: Los fundamentos eurocéntricos de los conceptos feministas y el reto de la epistemología africana. *Revista de actualidad y experiencias*. n.º. 04, 4º trimestre, 2010.

MARTINS, Catarina. Nós e as Mulheres dos Outros. Feminismos entre o Norte e a África. In: RIBEIRO, António Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate (orgs.). *Geometrias da Memória*: configurações pós-coloniais, Porto, Portugal: Editora Afrontamento, 2016.

MAZAMA, Ama. *Afrocentricidade*: uma abordagem epistemológica inovadora. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 111-128.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014.

SAID, Edward. *Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Luciane Lucas dos. Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade econômica, gênero e epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 114, p. 161-186, dez. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, vol. 20 (2), p. 71-99, jul./dez, 1995.

SEMEDO, Odete da Costa. *As Mandjuandadi - Cantigas de Mulher na Guiné-Bissau: da Tradição Oral à Literatura*. Tese de Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

WIESER, Doris. Redes de mulheres em famílias poligâmicas africanas entre submissão e subversão, Things Fall Apart de Chinua Achebe, Xala de Ousmane Sembène e Niketche de Paulina Chiziane. In: ALMEIDA, Dimitri; ANASTÁCIO, Vanda; PÉREZ, María Dolores Martos. *Mulheres em rede: convergências lusófonas*. Berlin: Lit, 2018.

WOLF, Eric R. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Resumo:

Este artigo apresenta questões de gênero relacionadas às fronteiras de conhecimento e poder a partir de um contexto empírico particular que envolve *mulheres em associação*. O encontro etnográfico de 3 meses, realizado por uma das autoras em 2018 junto a mulheres no norte de Guiné-Bissau, resultou em trocas efetivas em campo e o exercício de reflexão sobre dinâmicas e gramáticas peculiares de mulheres em associação bem como seus modos de conceber e expressar identidades que caracterizamos como contra hegemônicas. Seus afazeres cotidianos nas associações *Bontche* e *Babock* mostram ordenamentos e pertencimentos locais que nos levaram a refletir sobre as ideias de gênero que transitam entre fronteiras comunitárias, étnicas, nacionais, dentre outras. As particularidades das experiências femininas, ao serem colocadas em comparação transcultural, possibilitam escolhas teórico-metodológicas sustentadas pela Antropologia e por um diálogo com intelectuais africanas/os, revelando as agências femininas na Guiné-Bissau e seu papel na construção de coletividades e na transformação social. Trata-se, portanto, de uma reflexão “ativa” que propõe problematizar o lugar histórico da produção de conhecimentos sobre gênero incorporando aspectos endógenos, de resistência e da capacidade para ação e interação entre mulheres, suas comunidades e sua inserção nas relações com o Estado-nação da Guiné-Bissau.

Palavras-chave:

gênero; Guiné-Bissau; agência; poder; Antropologia africana.

Abstract:

This article presents gender issues related to the frontiers of knowledge and power from a particular empirical context that involves *women in association*. The 3-month ethnographic encounter, held by one of the authors in 2018 with women in northern Guinea-Bissau, resulted in effective exchanges in the field and a reflection on the peculiar dynamics and grammars of women in association as well as their ways of conceiving and express identities that we characterize as counter-hegemonic. Their daily tasks in the *Bontche* and

Fronteiras de gênero em Guiné-Bissau...

Babock associations show local arrangements and belonging that led us to reflect on the ideas of gender that transit across community, ethnic, national borders, among others. The particularities of women's experiences, when placed in cross-cultural comparison, allow theoretical-methodological choices supported by Anthropology and by a dialogue with African intellectuals, revealing women's agencies in Guinea-Bissau and their role in the construction of collectivities and social transformation. It is, therefore, an "active" reflection that proposes to problematize the historical place of the production of knowledge about gender, incorporating endogenous aspects, of resistance and of the capacity for action and interaction between women, their communities, and their insertion in relations with the nation state of Guinea-Bissau.

Keywords:

gender; Guinea Bissau; agency; power; African Anthropology.

Recebido para publicação em 09/07/2021

Aceito em 17/03/2023



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Impactos sociais da Covid-19 para a população negra: uma perspectiva de análise a partir da implementação do Auxílio Emergencial

André Sena

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-5598-0072>
andresennas0@gmail.com

Introdução

A pandemia da Covid-19 que se abateu sobre o mundo a partir de 2020 trouxe uma série de desafios para as experiências no campo das políticas públicas. No Brasil, as desigualdades que demarcam a formação social do país foram pano de fundo para um cenário mais adensado de crise social estrutural, cujos efeitos são observados na ampliação da precarização da vida, em múltiplos campos: econômico, social, cultural, saúde (saneamento, segurança...), dentre outros.

A pandemia do novo coronavírus escancarou as desigualdades sociais, de classe, raciais e de gênero, expondo o sistema capitalista em toda sua perversidade perante o agravamento da barbárie social. Quase três anos após o início da pandemia da Covid-19, diversas pesquisas, como os Boletins *Políticas Sociais: acompanhamento e análise* n.º 28 (2021) e n.º

29 (2022) do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA), têm demonstrado as maiores vulnerabilidades à contaminação e à mortalidade pelo vírus, bem como nos efeitos sobre emprego e renda, quando os marcadores sociais da diferença de gênero, raça e classe são adicionados ao prisma analítico da conjuntura pandêmica.

De acordo com Santos (2020), os efeitos mais perversos são sentidos pelas populações que já apresentavam condições de desigualdade em virtude de sua raça ou etnia, gênero e classe social. Para conter os impactos econômicos e sociais da crise sanitária, políticas públicas de rendas básicas emergenciais, garantindo segurança alimentar e acesso ao consumo básico, foram aprovadas ao redor do mundo. Essas medidas não contributivas de proteção social, segundo cada país, sustentam-se em leis, decretos executivos e regulamentos ministeriais.

Isso posto, não deveria surpreender que grupos já socialmente vulnerabilizados sejam mais suscetíveis aos impactos deletérios da pandemia de Covid-19, mas, ao contrário, deveria ser esperado e, dessa forma, passível de intervenções políticas específicas que minimizassem tais impactos. Contudo, levantamentos já em 2020 mostravam que pessoas negras sofriam desigualmente os impactos advindos da crise sanitária-social-econômica inaugurada pela Covid-19. Nesse sentido, ao chegar ao Brasil, a pandemia da Covid-19 encontra uma sociedade profundamente desigual, e é a partir deste terreno que devemos essa pesquisa se inicia.

Isso posto, o artigo tem por objetivo refletir e analisar os impactos sociorraciais aprofundados durante a pandemia da Covid-19 para a população negra a partir da implementação da política pública de Auxílio Emergencial (AE). Pôr a população negra brasileira em destaque, realizando um recorte racial entre os beneficiários do AE, nossa pretensão recai nos elementos historicamente sintomáticos da realidade social concreta dessa população, como moradias precárias, renda

mais baixa quando comparadas à população branca, acesso à saúde precarizado. Excetuando aqui menção direta a outros elementos que, concomitantemente, estruturam a vida desse grupo populacional.

O artigo está ancorado na discussão de análise de políticas públicas e geração de desigualdade, as ideias que norteiam a construção de uma política pública e suas consequências não previstas diante de suas finalidades no contexto brasileiro. É importante frisar que a Covid-19 se espalha numa realidade estruturalmente desigual e racista, com uma população que naturalizou a invisibilização das dores e das mortes de determinados corpos – a partir da agência constante do necropoder (MBEMBE, 2016) – e naturalizou corpos brancos nos espaços de poder e privilégio.

A justificativa desta pesquisa reside na possibilidade de análise, a partir de uma perspectiva crítica dos impactos da implementação de políticas públicas que têm como beneficiários grande quantidade de pessoas negras – maioria inconteste entre os vulnerabilizados no Brasil –, a despeito de a política não ter essa população como público-alvo prioritário. O contexto da Covid-19 escancarou a necessidade de políticas públicas como o Auxílio Emergencial para que os sujeitos vulnerabilizados tenham condições de subsistir. Idealmente, esperamos que as reflexões levantadas ao longo deste texto possam ser úteis para que, no futuro, eventuais crises que tenham por respostas políticas públicas acuradas diante da realidade social de tantos brasileiros e brasileiras. Permitindo, assim, que a agência do poder pública seja efetivamente um caminho para a melhoria da qualidade de vida no país.

Este artigo se divide então em cinco partes, excetuando a *Introdução*. Na primeira, apresentamos os procedimentos metodológicos empregados. Na segunda, pontuamos que os impactos da crise socioeconômica da Covid-19 se constroem, em anos recentes, sobre um desmonte institucional das políticas de combate ao racismo no âmbito do Governo

Federal, principalmente, centrado em discursos do então Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e outros membros de seu governo. Num terceiro momento, focamos na política pública de distribuição de renda, o Auxílio Emergencial, e sua implementação que suscitou uma série de impactos indesejados para a população negra.

Na quarta seção, sublinhamos os impactos sociorraciais gerados pela implementação do AE, analisando a partir de um viés crítico, como a política criada no contexto pandêmico amparou (ou não) adequadamente os indivíduos que mais necessitavam. Por fim, apresentamos as considerações finais, urgindo por um papel mais ativo da figura do Estado para mitigar os impactos perversos sobre aqueles que são mais vulnerabilizados.

Procedimentos Metodológicos

O presente texto apresenta caráter exploratório e descritivo, visto que a complexidade dos impactos sociais da implementação de política pública de distribuição de renda tão recente ainda está sendo escrutinada e analisada. O cunho recente do fenômeno social aqui apresentado demanda ainda maiores e mais aprofundadas pesquisas. Isso posto, realizou-se o levantamento bibliográfico nas bases *Scielo* e do IPEA uma vez que essas bases dispõem de artigos e relatórios científicos publicados que abordam o tema aqui tratado. Não foram utilizadas outras bases visando uma proposital restrição, devido ao número limitado de páginas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a partir de uma metodologia qualitativa, destaca-se dois principais eixos de impacto da política pública de renda emergencial adotada: socioeconômico e sanitário. Analisa-se a implementação do Programa Auxílio Emergencial com o intuito de identificar os impactos sobre a população negra, nos referidos eixos. Os

dados foram tratados por meio de análise crítica, tendo por base a Análise de Políticas Públicas. Deu-se foco ao recorte raça/cor, indo ao encontro das reflexões sobre a necropolítica vivida no Brasil durante a pandemia da Covid-19. O levantamento de dados nos permitiu traçar o perfil das vicissitudes vividas pelos beneficiários da política do Auxílio Emergencial.

Por se tratar de um fenômeno social recente, optou-se por se restringir nas bases citadas em que a temática dos artigos coadunava com o objetivo do artigo. Na base *Scielo*, foram utilizadas as seguintes palavras chaves em dois momentos distintos: focando na política pública, utilizou-se “auxílio emergencial” e no eixo relações étnico-raciais foram utilizadas “população negra” e “covid-19”. O objetivo fora encontrar fontes bibliográficas que já focassem no cruzamento entre o auxílio pago pelo Governo Federal, seus impactos e a população negra. A busca se restringiu ao período de março de 2020 a dezembro de 2022.

Na *Scielo*, foram encontradas, no primeiro momento, 12 (doze) artigos, todos em português, sendo 4 (quatro) deles de uma mesma revista, a *Revista de Administração Pública*. Dos doze, 6 (seis) foram publicados em 2022 e 3 (três) em 2021 e 2020, respectivamente. 9 (nove) deles estavam concentrados na área temática de Ciências Sociais Aplicadas, 2 (dois) em Saúde e 2 (dois) em Ciências Humanas. Desses doze encontrados na base *Scielo*, apenas dois tratavam efetivamente da implementação do Auxílio Emergencial: MARINS et. al. *Auxílio Emergencial em tempos de pandemia, da Sociedade e Estado* (2021) e CARDOSO, Bruno Baranda, *A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social, da Revista de Administração Pública* (2020). Os demais tratavam desde o desenho da política, sua formulação, até os dilemas morais para a gestão pública, passando pelos efeitos sobre a política de transferência de renda no Brasil.

Num segundo momento, ainda na base *Scielo*, utilizando as palavras-chave “população negra” e “covid-19”, temos 11 (onze) artigos, todos disponíveis em português. Dois foram lançados na *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. Dos doze encontrados, oito estão na área temática da Saúde. Após leitura dos resumos dos artigos, utilizamos como critério de exclusão a relação e menção do Auxílio Emergencial e poluição negra, excluindo os que focavam mormente no eixo saúde-covid-19, tangenciando ou mesmo não abordando o tema da política pública do Auxílio Emergencial.

Feito isso, nove artigos foram deixados de lado enquanto fontes possíveis por não atenderem ao critério de cruzamento elencado. Foram, no entanto, dois que atendiam ao critério: SANTOS, Fernanda Barros; SILVA, Sergio Luiz Baptista da. *Gênero, raça e classe no Brasil: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da covid-19*, da *Revista de Direito e Práxis* (2022) e GOES, Emanuelle Freitas, RAMOS; Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. *Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19*, da revista *Trabalho, Educação e Saúde* (2020).

Da base de dados do IPEA, utilizamos os documentos: *Boletins Políticas Sociais: acompanhamento e análise n.º 28* (2021) e *n.º 29* (2022) que trazem dados consistentes sobre os impactos e mudanças sentidas pela população vulnerabilizada durante a pandemia. Esses boletins foram escolhidos dentre os relatórios produzidos pelo IPEA por sua preocupação com os efeitos sociais da pandemia e sobre a atividade econômica, bem como com a igualdade racial durante o período, tendo todo um capítulo dedicado a isso. Ademais, inclui-se no levantamento o documento legal que conforma o desenho da política: Lei nº 13.982 (BRASIL, 2020) e matérias de jornais nacionais que tratavam da política em foco, abordando seus problemas de implementação no Brasil.

Outras fontes utilizadas são **I)** resultado da participação contínua enquanto pesquisador no Diretório de Pesquisa *Desigualdade, Interseccionalidade e Política Pública*; **II)** fontes consultadas a partir das referências dos textos elencados acima por meio do levantamento bibliográfico; e **III)** fontes já previamente catalogadas de artigos anteriormente publicados pelo autor.

Desse modo, dado o acima exposto, este artigo parte da hipótese: será que a população negra, historicamente subalternizada no Brasil, conseguiu acessar a política de modo efetivo? Considerando essa problematização, focamos, então, na fase da implementação da política e nas desigualdades raciais geradas ou aprofundadas a partir do dado contexto. Aqui, utilizamos a categoria racial de maneira indissociável ao social visto que os impactos se desdobram na realidade material dos negros e das negras brasileiros e brasileiras. Com isso, utilizamos, por vezes, o termo *impacto sociorracial* que é traduzido em instrumentos de fomento (ou não) das desigualdades vividas por parte dos cidadãos e cidadãs negros e negras diante da ação do Estado.

A desigualdade racial no pré-pandemia da Covid-19

Afirmar que o racismo no Brasil é sutil, significa fechar os olhos para a crueldade a que foi historicamente submetida a população negra. Verificam-se dois mecanismos que se conjugam, traduzindo algumas facetas do racismo brasileiro. Por um lado, teme-se a “quase invisibilidade” da questão racial, entendida por parte ainda substancial da sociedade como “assunto dos negros”. Embora os inúmeros dados demonstrativos da situação injusta e crítica vivenciada pelos negros no Brasil venham ganhando notoriedade, no bojo dos debates sobre a implementação de políticas afirmativas.

Por outro lado, coloca-se a crença no mito da democracia racial⁵³ e na ideia de que o Brasil teria superado a escravidão e o racismo por meio do processo de miscigenação que, por sua vez, nos teria livrado de problemas existentes apenas em outras paragens, tais como Estados Unidos ou a África do Sul (PACHECO; SILVA, 2007).

Como observado, a pandemia da Covid-19 não começa sobre um pano de fundo vazio. O Brasil, um país marcado pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), figura-se enquanto lugar onde o racismo impacta a reprodução das formas sociais e da vida quotidiana das pessoas negras. Almeida (2018) depreende com isso que a cor/raça impacta as pessoas negras no Brasil enquanto uma questão de raça conectada com o processo de reprodução das formas sociais e das estruturas.

Neste caso, o racismo condiciona e estrutura a vida de negros e negras e, enquanto ideologia, constitui a maneira como se experimenta a realidade circundante. É este contexto de racismo estrutural que torna a população negra particularmente vulnerável à pandemia da Covid-19, seja no que tange aos efeitos em termos de saúde (morbimortalidade), seja no que diz respeito aos efeitos econômicos, os quais podem também resultar em mortalidade pela fome, pela pobreza e pela falta de acesso a condições mínimas de acesso à saúde (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020).

Nas questões de saúde, depara-se com a ocorrência de alguns dos principais sintomas da Covid-19 e da demora na recuperação serem mais severos na população negra. Cabe destacar que a pandemia da Covid-19 e a crise social e sanitária em curso tiveram e continuarão tendo efeitos na saúde da população que transcendem o contágio ou o óbito pelo vírus. A

⁵³ Do ponto de vista sociológico, a democracia racial é uma construção falsa de um passado nacional imaginado, uma falsa ideologia sustentada pela suposta ausência de preconceito e de discriminação racial no Brasil, que se constituiu principalmente depois da publicação de *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, em 1933.

saturação do sistema de saúde para responder à pandemia implicou em obstáculos inéditos ao serviço de saúde que afetam precipuamente a população negra mais vulnerável, aprofundando a desigualdade preexistente.

No que concerne ao panorama socioeconômico, segundo dados estatísticos do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), em 2019, pouco antes do início da pandemia, as pessoas de cor ou raça preta ou parda representavam 57,7 milhões de pessoas na força de trabalho do país; enquanto a população de cor ou raça branca totalizava 46,1 milhões de pessoas. Logo, os pretos representavam 25,2% a mais do que os brancos. Contudo, a maior proporção absoluta não equivale a superioridade no rendimento ou na ocupação de cargos de trabalho. Além disso, a distribuição por atividades nos mostra que 60,8% das atividades agropecuárias, 62,6% da construção civil e 65,1% dos serviços domésticos são realizados por pretos e pretas (IBGE, 2019).

Por outro lado, as atividades mais bem remuneradas como as atividades atreladas à administração pública, educação superior e saúde são majoritariamente ocupadas por pessoas de cor ou raça branca. No que tange à renda, os brancos ganhavam 73,9% a mais quando comparados a pretos ou pardos (IBGE, 2019).

Segundo dados do *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos* (DIEESE), dos 8 milhões de pessoas que perderam o emprego entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, ou seja, no início da pandemia de Covid-19 “6,3 milhões eram negros e negras, o equivalente a 71% do total” (DIEESE, 2020, p.3). Além disso, a persistência de desigualdade entre negros e brancos ficou ainda mais latente na pandemia, assim:

A taxa de desocupação entre esses trabalhadores é sempre maior, mas a pandemia conseguiu criar ainda mais adversidades para essa população. Em situação vulnerável de renda, moradia, sem possibilidade de aderir ao isolamento, necessário

para evitar a propagação do coronavírus, trabalhadores e trabalhadoras negras foram obrigados a continuar a busca por trabalho diante da necessidade de sobrevivência, em longos deslocamentos dentro de transportes públicos nas grandes cidades. (DIEESE, 2020, p.3-4).

Entende-se, portanto, que o recorte racial melhora a compreensão de como a pandemia afeta de maneira diferenciada grupos específicos da sociedade. Segundo o IBGE (2019), a população brasileira é composta de 56% de pretos e pardos, e essa mesma população preta representava 75% dos pobres do país, classes D e E, enquanto a população branca representa os 70% mais ricos. Além disso, essas pessoas vivem uma vida nua⁵⁴ em territórios (favelas) que carregam a baixa infraestrutura e a vulnerabilidade social.

Logo, a pandemia também representou um desafio maior já desde o início para quem se encontrava em situações sociovulneráveis latentes. Em termos políticos, no governo Bolsonaro (2019-2022) foi observado um desmonte paulatino e constante do arcabouço institucional para o combate ao racismo. Os anos da gestão Bolsonaro que antecederam a pandemia da Covid-19 possibilitam vislumbrar como os negros, mulheres e as populações de baixa renda vulnerabilizadas foram menos visados enquanto público-alvo para as políticas públicas focalizadas, o que, por sua vez, gerou impactos sociorraciais, sanitários e econômicos quando a pandemia de Covid-19 chegou (IPEA, 2021).

As desigualdades raciais e sociais existentes no Brasil pré-pandêmico e a gestão necropolítica do Governo Federal em lidar com a pandemia refletiram numa conjuntura

⁵⁴ Segundo Giorgio Agamben, em resumo, vida nua é uma expressão que retira do direito romano antigo, do antigo *homo sacer*, o homem sagrado: aquele que era matável, mas não sacrificável. Quando um policial mata um menino negro em situação de rua que cometeu um delito, na interpretação de Agamben, ele não cometeu um crime, uma vez que ele matou alguém que, para sociedade, estava já morto.

desfavorável de condições estruturais de desigualdade que a pandemia cumpriu o papel de reforçar. Somado a isso, a nominada gestão do governo federal deliberadamente promoveu uma tentativa de desmonte da agenda de igualdade racial no campo simbólico teórico. Discursos como o do então presidente da *Fundão Cultural Palmares*, no Dia da Consciência Negra de 2020, reiteram esse ponto, no momento foi dito “Não existe racismo estrutural no Brasil; o nosso racismo é circunstancial – ou seja, há alguns imbecis que cometem o crime”; falas como essa se repetiram entre diferentes autoridades do então governo e do próprio presidente, reiterando a crítica supracitada.

Observou-se um processo de desmonte das políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial no Brasil que tomam, em anos recentes, um caminho triplo: **1)** redução das capacidades institucionais, o que afeta as esferas organizacionais e administrativas da política; **2)** um segundo movimento que acontece no plano simbólico-ideológico, reforçado a partir de 2019, quando um discurso sistemático institucionalizado retrocede à tese da democracia racial e nega a existência do racismo estrutural; e **3)** o terceiro se dá pela estratégia de desmonte por *default*, na qual os tomadores de decisão não declaram abertamente a intenção de acabar com a política e utilizam como táticas o desamparo, a desassistência, e a não tomada de decisão (IPEA, 2021).

O Boletim de Política Social do IPEA (2021) aponta que tal desqualificação da desigualdade racial é uma tentativa de mitigar o racismo estrutural enquanto problema público estruturante da sociedade a ser enfrentado com políticas públicas. O que ocorre, portanto, é uma tentativa de construção de uma narrativa reacionária de democracia racial segundo a qual o Brasil, enquanto um país miscigenado, não teria o racismo como problema estrutural, mas, pelo contrário, pontual. O ideário da democracia racial sustenta de forma abstrata os valores da igualdade entre brancos e negros, assim,

desproblematizando as desigualdades sociais entre os diferentes grupos étnico-raciais enquanto um problema público.

O que se vislumbra a partir deste prisma analítico, portanto, é um movimento duplo de deslegitimação das pautas raciais enquanto estruturantes das relações sociais estabelecidas na sociedade e, simultaneamente, a fragilização do sistema de políticas de combate ao racismo ou de políticas focais voltadas para as populações negras. Quando a pandemia de Covid-19 avançou no Brasil, ela o fez sobre um sistema de proteção social diminuído, cujos níveis de desemprego e pobreza já se apresentavam como alarmantes. Ao produzir efeitos nefastos não somente sobre o sistema de saúde, mas em diversas frentes da vida social, a crise sanitária teve impactos distintos a depender do grupo social atingido.

Implementando desigualdades: a política pública de renda básica emergencial

A adoção de sistemas de distribuição de renda para garantir o sustento das pessoas ante diversas situações de riscos ao longo do ciclo de vida constitui uma das funções essenciais da proteção social (ABRAMO; CECCHINI; MORALES, 2019). A proteção social nasceu vinculada aos riscos associados à saúde, ao trabalho e ao envelhecimento, mas tendeu a incorporar tanto o combate à pobreza e às desigualdades como novas fontes de risco que geram incerteza e afetam o bem-estar e o gozo de direitos. Desta maneira, a proteção social inclui um amplo leque de mecanismos para garantir a renda, como o seguro-desemprego ou de acidente de trabalho, os sistemas de pensões, as bolsas de estudo e os programas de transferências

monetárias, com ou sem condicionalidades (NATALINO; PINHEIRO, 2020).

Já política pública é um conceito amplo e, por isso, não tem uma definição uníssona (SOUZA, 2006). Para a autora, as políticas públicas são o conjunto de mecanismos que perfazem a intervenção estatal na realidade social, visando equacionar problemas, como falta de infraestrutura, além de aspectos relacionados à saúde, moradia, educação, emprego e renda. Pires e Gomide (2016) apontam que política pública pode ser definida enquanto “um curso de ação visando determinados resultados a partir de um conjunto de escolhas ou decisões tomadas por um governo” (PIRES; GOMIDE, 2016, p. 121). Nessa perspectiva, afirmam também que “planos, programas, projetos governamentais se constituem como políticas públicas, pois são ações decididas pelo governo visando determinados fins” (PIRES; GOMIDE, 2016, p. 122).

De acordo com Santos (2020), com o avanço da ideologia neoliberal a partir da década de 1990, o mundo foi tomado por uma dinâmica em que as políticas públicas passaram a ser projetadas, implementadas e avaliadas a partir de critérios altamente economicistas, tendo por pano de fundo a (re)produção do capital. A não mitigação de problemas da desigualdade socioeconômica acarreta que os efeitos mais perversos são sentidos pelas populações que já apresentavam condições de desigualdade em virtude de sua raça ou etnia, gênero e classe social. Sobre isso, Arruda e Santos (2020) escrevem:

A concepção, implementação e avaliação das políticas públicas a partir de uma lógica eminentemente economicista provoca alguns fenômenos, dentre os quais (Moraes, 2002; Pochmann, 2017): (a) o direcionamento da estrutura do Estado para que seja catalisadora das atividades econômicas e “produtivas”, com foco para as atividades empresariais privadas; (b) a prevalência, na configuração das políticas públicas,

de critérios muito difundidos pela lógica do capitalismo neoliberal – tais como os aspectos relacionados à meritocracia e eficiência, que não necessariamente podem (e devem) compor a única régua para “medir” as políticas públicas e; (c) a configuração de uma estrutura de Estado mínimo, com poucas possibilidades para intervir na realidade social (o que é algo muito problemático em países desiguais, tais como o Brasil, no qual as leis de mercado não são capazes de promover o bem-estar e a equidade social). (ARRUDA; SANTOS, 2020, p.144).

Para mitigar os impactos sociais de uma crise como a social-sanitária da Covid-19, o problema repousa no perigo de negligência de aspectos cruciais relativos à agenda social, à distribuição de renda àquelas pessoas que mais precisam, que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade socioeconômica. Wolff et al. (2020) apresentam a ideia de que o vírus da Covid-19 seria igual para todos se faz falaciosa diante das estruturas sociais modernas; sabe-se que, na realidade material concreta, pessoas negras, mulheres, pobres, favelizadas – corpos subalternizados historicamente – perfazem o grupo mais vitimizado pelo vírus.

Campos (2020) denuncia que, a despeito da necessidade de uma política pública de redistribuição de renda, vale ressaltar que a implementação de tal medida aconteceu num contexto de crise econômica e política no Brasil, sob o governo Bolsonaro (2019-2022). Além disso, a falta de coordenação e ação conjunta entre governos federal, estaduais e municipais fez com que informações desencontradas fossem passadas a população de maneira dúbia e conflituosa.

Sposati (2020) completa ao afirmar que políticas públicas formuladas em tempos de pandemia pelo governo brasileiro trouxeram em seu cerne uma preocupação em priorizar a economia, marginalizando, por conseguinte, “a necessidade de amparar as pessoas mais vulneráveis e garantir com que elas subsistam, com um mínimo de dignidade, enquanto os efeitos

mais deletérios do Covid-19 perdurarem no país” (SPOSATI, 2020 *apud* ARRUDA; SANTOS, 2020, p. 145).

A pandemia apresentou um desafio à proteção social ao ampliar o número e a variedade de grupos de população afetados, obrigando o Governo Federal a repensar a cobertura efetiva dos programas já existentes, como o Bolsa Família, a suficiência do apoio, o nível de financiamento e os mecanismos de acompanhamento e gestão. Além disso, levou a fazer um amplo uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC), mas num contexto de grandes lacunas digitais. A principal política adotada e que é o foco da análise pretendida foi o Auxílio Emergencial.

No dia 30 de abril de 2020, o Senado aprovou o Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982, de 2020, uma renda básica destinada a famílias de baixa renda, a beneficiários do Bolsa Família, pessoas já cadastradas no CadÚnico, microempreendedores individuais, trabalhadores informais e desempregados que teriam suas rendas rebaixadas e sentiriam os impactos da pandemia. Para isso, essas pessoas deviam se enquadrar nas seguintes exigências:

- (i) seja maior de 18 (dezoito) anos (ii) não tenha emprego formal ativo; (iii) não seja titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado, nos termos dos §§ 1º e 2º, o Bolsa Família; (iv) cuja renda familiar mensal **per capita** seja de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até 3 (três) salários mínimos; (v) que, no ano de 2018, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos); e (vi) que exerça atividade na condição de: a) microempreendedor individual (MEI); b) contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social que contribua na forma do **caput** ou do inciso I do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; ou c)

trabalhador informal, seja empregado, autônomo ou desempregado, de qualquer natureza, inclusive o intermitente inativo, inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) até 20 de março de 2020, ou que, nos termos de autodeclaração, cumpra o requisito do inciso IV (BRASIL, 2020, p.2).

O valor aprovado foi uma vitória da oposição no Congresso que, diante da proposta inicial do Presidente e do Ministério da Economia de transferir R\$ 200,00 (duzentos reais) por pessoa, foi de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais *per capita*, podendo ser solicitado por até dois membros da casa, ou de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) mensais para mães solo. Inicialmente, o Auxílio seria transferido por três meses. Com a continuidade da quarentena e da contaminação da Covid-19, o benefício foi estendido para mais duas parcelas. Em seguida, aprovado para permanecer até o mês de dezembro de 2020, num valor menor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Mesmo aprovado, o Auxílio Emergencial demorou a ser pago. Enquanto medida não contributiva⁵⁵ de proteção social, sua celeridade era indispensável para garantir segurança alimentar e acesso ao consumo básico. De acordo com reportagem do *Valor Econômico*, de 02 de abril de 2020, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, havia afirmado que era necessário ainda esperar a aprovação de uma emenda constitucional pelo Congresso para dar mais garantias jurídicas sobre a operação e o pagamento do auxílio.

O Ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, havia também afirmado que, para ser feito o pagamento, ainda era preciso

⁵⁵ O regime não contributivo é uma modalidade de proteção social que provê os mínimos sociais - podendo ser por transferência monetária - para prevenir situações de pobreza e de exclusão social ou a compensar a ocorrência de determinadas eventualidades (como uma pandemia). Por exemplo, os programas de transferência condicionada de renda aprovados em caráter emergencial durante a pandemia do coronavírus (CEPAL, 2020).

esperar a aprovação da Câmara de um outro projeto do Senado que detalharia todas as categorias que estariam aptas a receber o benefício. Contudo, o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, declararam que os instrumentos necessários para colocar o Auxílio Emergencial em prática já haviam sido aprovados, faltando apenas o aval da equipe econômica do presidente.

Diferentemente do Bolsa Família, política descentralizada e municipalizada, o Auxílio Emergencial foi todo concentrado no Governo Federal. Inicialmente, o pagamento era feito através das lotéricas, o que levou a enormes filas e aglomerações, contrariando a principal premissa do distanciamento social. Em seguida, o Governo Federal desenvolveu o aplicativo *Caixa Tem*⁵⁶, com o objetivo de centralizar todos os processos, incluindo o pagamento do benefício.

Por conta de dificuldades de implementação da conta digital, dificuldades de operacionalização do aplicativo por parte dos solicitantes e por informações confusas e incompletas vindas do Ministério da Cidadania e do Ministério da Economia, inúmeras pessoas só foram conseguir a aprovação no benefício e o recebimento do dinheiro na segunda ou terceira leva de pagamentos. Como Wolff et al. (2020) denunciaram, a implementação desencontrada entre os entes da federação gerou impactos que alijaram as necessidades dos indivíduos subalternizados. Além disso, diversos potenciais beneficiários da política não foram contemplados por falhas na implementação, como a obrigatoriedade de Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado.

⁵⁶ O *Caixa Tem* é um aplicativo para celular smartphone de atendimento social e transações bancárias lançado em 06 de abril de 2020. Foi criado para fornecer fundos do auxílio emergencial nos termos da Lei do Saque Emergencial do FGTS autorizada pela Medida Provisória nº 946, de 07 de abril de 2020.

Logo em seu começo, os usuários do aplicativo encontraram diversas dificuldades para entender o aplicativo e suas operações. Houve, de início, uma forte falha de comunicação entre as informações dadas pelo Governo Federal e as informações que chegavam ao público-alvo. A principal foi referente ao cadastramento dos membros da família no aplicativo. Conforme o texto aprovado, apenas dois membros da casa poderiam solicitar e receber o benefício. No entanto, o desencontro de informações levou a membros de uma família a fazer o cadastro de ambos, havendo duplicação nos CPFs e conflitos de cadastramento.

Por conta disso, alguns solicitantes tiveram o auxílio negado ou ficaram com “dados inconclusivos”. A partir disso, a *Caixa Econômica Federal* havia informado que o aplicativo permitiria a contestação da análise e uma nova solicitação. No caso de “dados inconclusivos”, o solicitante deveria ficar atento aos possíveis motivos para tal, como: ter se colocado como chefe de família sem ter indicado nenhum outro membro dependente; não ter indicado o sexo do requerente; inserção incorreta dos dados de outro membro da casa, como CPF e data de nascimento; divergência de cadastro entre os membros da mesma casa, como indicar o CPF do dependente e este ter feito, também, um cadastro; e a inclusão de algum membro que já tenha falecido.

Dentre outros problemas, destacam-se, as dificuldades de acesso ao aplicativo e a inicial instabilidade no calendário de pagamento. Primeiro, é importante mencionar as dificuldades de acesso à internet por boa parte das famílias em situação de vulnerabilidade e solicitantes do benefício. De acordo com o *Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação* (2019), em área urbana, somente 83% dos indivíduos possuem acesso à internet. Além da questão da internet, podemos também mencionar a ausência de telefones celulares e eletrônicos por boa parte do público-alvo e suas dificuldades de uso.

Em relação ao pagamento, o Auxílio seguiu o modelo de pagamento de outros programas sociais, como o Bolsa Família, de acordo com o mês de nascimento. A forma de pagamento em ciclos, adotada pela *Caixa Econômica Federal* (CEF), diminuiu o número de fraudes e amenizou as grandes filas que se formavam nas lotéricas e agências da CEF. Para o benefício, o mencionado banco adotou a transferência em contas especiais, numa poupança social digital a partir do próprio aplicativo do *Caixa Tem*.

Contudo, a CEF não levou em consideração as desigualdades latentes do território nacional que conta com centenas de municípios sem agências bancárias, o que levou ao deslocamento em plena pandemia. Soma-se a isso a pouca familiaridade de diversas pessoas com a tecnologia de *smartphones*, o tipo de aparelho necessário para baixar o aplicativo e solicitar o benefício e, claro, a cobertura de internet pelo Brasil.

É relevante também destacar a importância da existência do Cadastro Único na implementação do AE e da experiência do Brasil em relação às políticas de proteção social. De acordo Cardoso (2020), o CadÚnico, como instrumento comprovadamente útil na gestão de políticas de transferência de renda ao público-alvo, mostra-se como fundamental para a migração de milhares de brasileiros para outros programas sociais – como ocorreu no caso da migração do Bolsa Família para o Auxílio Emergencial.

O CadÚnico foi criado em 2001 sob o Decreto nº 3.877 e regulamentado pelo Decreto nº 6.135 de 2007 como um “instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda” (CARDOSO, 2020, p. 1056) sendo utilizado para a seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal. O CadÚnico é o principal instrumento de identificação de famílias e cidadãos em situação de vulnerabilidade e/ou pobreza que antes não eram alcançados pelas bases de dados e acabavam

ficando fora de principais políticas sociais para o enfrentamento à pobreza. O CadÚnico é caracterizado, principalmente, como uma ferramenta de abrangência censitária (da população pobre), natureza cadastral (com dados de identificação e endereço) e ampla identificação das condições de vida das famílias, alcançando mais de 74 milhões de cidadãos (BARROS; CARVALHO; MENDONÇA, 2008).

O que se viu, no Brasil, portanto, foi uma subversão das prioridades sociais por uma priorização de uma agenda estritamente economicista que atendia o interesse de alguns poucos setores e indivíduos. O lema “a economia não pode parar” reposicionou no centro do debate a importância de uma economia forte em detrimento da saúde pública, da vida dos brasileiros e brasileiras e do bem-estar físico e emocional das populações vulnerabilizadas no Brasil. Ao mesmo, a implementação “às pressas” do AE como uma lente amplificadora que nos permite enxergar as desigualdades sociais e raciais presentes no Brasil, como uma consequência da reorientação dos gastos públicos em favorecimento dos setores de forte retorno econômico proposto pelo próprio modelo neoliberal.

Os impactos sociorraciais do Auxílio Emergencial para a população negra.

O impacto desigual da pandemia sobre os diferentes segmentos populacionais se expressou de distintas maneiras ao longo da pandemia (ainda não findada) nas circunstâncias que envolvem a realidade social material e simbólica. No que tange a questão de mortalidade, Jesus e Melo (2021) apontam que é perceptível, após análise dos dados dos *Boletins*

Epidemiológicos de Saúde (BEE)⁵⁷ de 2020, uma mudança de perfil quando os pardos (que junto com os pretos configuram a população negra no país), segundo o IBGE (2020), passam a ser o maior contingente de casos e óbitos por Covid-19.

Os impactos da pandemia, no entanto, não se limitaram aos efeitos diretos sobre a saúde humana. As medidas de controle e contenção da Covid-19, aplicadas por diferentes níveis de governo, resultaram em perdas de trabalho e renda para amplo contingente da população. Além disso, a implementação do Auxílio Emergencial teve vários encaixes que diante das desigualdades estruturais do país e suas interseções fazem os impactos da crise sanitária pesar notoriamente mais sobre a população negra, trabalhadores e trabalhadoras do setor informal, crianças e idosos vulnerabilizados⁵⁸ (ABREU et al. 2021).

Aqui, debruçamo-nos sobre os impactos sociorraciais da implementação do AE, considerando as intersecções com os marcadores de raça da população. Para uma análise dessa natureza, é preciso não apenas reconhecer, mas também

⁵⁷ Os BEE foram iniciados pelo Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS), semanalmente a partir da edição de número 14, publicada no dia 26 de abril de 2020, têm como propósito não apenas apresentar os números disponíveis, mas também realizar a interpretação da situação epidemiológica e refletir sobre as evidências e limitações de cada processo, além de apresentar uma análise mais detalhada sobre o perfil da transmissão no Brasil por Unidade da Federação e Região de Saúde. Mais informações e para acessar os boletins, consultar o site do MS dedicado ao Covid-19. Disponível em: <
<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos>>.

⁵⁸ Neste artigo, utilizamos o termo vulnerabilizado/a e não a escrita vulnerável, porque vulnerabilizado descreve o processo político ativo de desumanização e marginalização de uma parcela da população, majoritariamente negra no Brasil. A escrita vulnerável descreve o estado de desumanização como identidade natural das pessoas vítimas de um sistema perversamente excludente, o capitalismo; o que intensifica sua invisibilização.

considerar as estruturas vulnerabilizantes em que a população negra brasileira está submetida de maneira cotidiana nas mais diversas áreas da vida social, desde o acesso a serviços de saneamento básico até as desigualdades nas oportunidades de emprego e sub-representação nas instituições/locais de poder.

Diante da necessidade de desenvolver uma análise sobre pelo menos uma das questões relacionadas à pandemia de Covid-19 e compreendendo a impossibilidade de abordar a totalidade do tema, opta-se por direcionar nosso foco nos impactos sociorraciais mais abrangentes identificados já em 2020 na implementação da política pública de distribuição de renda.

De fato, a desigualdade entre negros e brancos no Brasil se destaca por sua regularidade histórica. Levantamento realizado por *Instituto Locomotiva*, em 2021, relevou que em números absolutos os brancos conseguiram lograr maior sucesso no recebimento do auxílio federal quando comparados aos números absolutos da população negra. Os números apresentados mostram que, entre os negros que pediram o auxílio, 74% tiveram o pedido liberado. Essa taxa foi de 81% entre os brancos que fizeram a solicitação. Do grupo total de candidatos ao benefício temporário, 43% eram negros e 37% brancos (EXAME, 2020).

Na esteira das condições históricas, segundo estudo divulgado pela Central Única das Favelas (CUFA), realizado pelo *Instituto Locomotiva*, em junho de 2020, que 71% dos negros e negras no Brasil não tinham nenhuma reserva financeira no início da pandemia de coronavírus. Entre os que tinham alguma reserva, 12% já a tinham usado e 23% já havia gastado a maior parte para se manter nos primeiros meses daquele ano. Além disso, o estudo revelou que 73% das pessoas pretas e pardas tiveram redução na renda devido à pandemia, índice que cai para 60% entre as brancas. Quase a metade das pessoas negras (49%) disse que deixou de pagar alguma conta no período, enquanto o percentual ficou em 32% para as brancas.

Infere-se, assim, que a política de Auxílio Emergencial teve impactos desiguais sobre as diferentes parcelas da população. Não obstante, os impactos deletérios da conjuntura imposta pela aglutinada crise sanitária e socioeconômica, o primeiro impacto da implementação do Auxílio foi positivo para a população negra em geral, ao menos, para àqueles que lograram receber sem maiores percalços.

Segundo dados do *Banco Mundial* (2021), a política de transferência de renda brasileira foi a maior da América Latina, atingindo quase 67 milhões de pessoas. Grande parte desse montante foi de cidadãos e cidadãs negros e negras que, num curto prazo, tiveram seus declínios econômicos mitigados pela medida. Ainda de acordo com o mesmo relatório, a despeito da elogiável medida de transferência de renda, houve demora na resposta do Governo Federal diante da pandemia da Covid-19 e com medidas pouco eficazes, como o distanciamento social pouco restritivo.

Ademais, um conjunto desarticulado de medidas – nas três esferas do governo: União, Estados e Municípios – prejudicaram a implementação do Auxílio. Segundo o *Banco Mundial* (2021), apesar da abrangência da política ser alta quando comparada aos outros países latino-americanos, a lenta redução da desigualdade e o aumento da pobreza em anos recentes no país limitaram os benefícios da política a curto e médio prazo, principalmente por se tratar de uma política temporária, acarretando numa desigual distribuição desses benefícios como também dos impactos resultantes.

Até 2014, a pobreza vinha diminuindo no Brasil devido ao avanço de políticas sociais redistributivas como o Bolsa Família, os ganhos reais do salário-mínimo e a ampliação do acesso à educação (SOUZA, 2021). Contudo, a partir de 2015, com os efeitos da crise econômica, a tendência inverteu e a miséria voltou a crescer anualmente. Em 2021, somados os efeitos da pandemia e a má gestão de seus impactos, o Brasil alcançou a marca histórica de 14,5 milhões de famílias na miséria,

caracterizadas por aquelas que vivem com até R\$ 89,00 de renda mensal. Isso equivale a 70 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem em condição de miséria.

É crucial frisar que antes da implementação do Auxílio Emergencial, a renda dos brasileiros e das brasileiras negros e negras já era historicamente menor. Segundo o IBGE (2019), com o mesmo grau de instrução, a taxa de desocupados é historicamente maior entre os negros (pretos e pardos). Outro dado apresentado se reporta ao rendimento médio mensal das pessoas ocupadas, o grupo branco (R\$ 2.796) foi 73,9% superior ao das pretas ou pardas (R\$ 1.608), em todo o Brasil (IBGE, 2019). Esses dados são ainda mais alarmantes quando se faz o recorte de gênero, sendo a renda de mulheres negras menos da metade (44,4%) da renda de um homem branco.

Em última análise, no desenho das desigualdades raciais, o mapa demográfico do Brasil indicou que pretos ou pardos tinham maiores restrições à Internet (23,9%), saneamento básico (44,5%), educação (31,3%), condições de moradia (15,5%) e à proteção social (3,8%). Em comparação, todos esses valores estão acima dos percentuais registrados para homens ou mulheres brancas (IBGE, 2019). Logo, essa conjuntura, alicerçada pelo racismo estrutural, foi a base sobre a qual o Auxílio Emergencial foi implementado.

Isso posto, um dos primeiros impactos que pudemos identificar foi quanto à maneira formulada pelo Governo Federal para implementar a política: a internet. Visando o distanciamento social, foi decidido que o cadastro para recebimento do Auxílio para aqueles que não estavam inscritos no CadÚnico seria pelo aplicativo do *Caixa Tem* ou pela internet. Esse cadastro, por sua vez, era vinculado a um celular que, não raro, não pertencia a pessoa que estava solicitando o benefício.

Como já mencionado, a ausência de telefones celulares *smartphones* e eletrônicos por boa parte do público-alvo e suas dificuldades de uso geraram uma lacuna e perda de potenciais

beneficiários (MARINS et al., 2021). Nesta análise, a perspectiva interseccional se faz imperativa, haja visto que quanto mais vulnerabilizada a classe social, via de regra, mais precária é sua educação formal e digital. Isso posto, de maneira geral, os negros têm mais dificuldade de acesso e compreensão – não por falta de capacidade, mas de manuseio e de ensino – das informações exigidas pelo aplicativo de celular.

Sem uma via telefônica para tirar dúvidas, muitas pessoas em plena pandemia foram aos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) para obter informações sobre o recebimento do Auxílio, aumentando o risco de contágio individual e familiar. Por ser centrado na esfera federal, os CRAS tinham pouca ou nenhuma informação para ajudar as pessoas. Outras várias pessoas encontraram dificuldade para trabalhar com o aplicativo e a demora da análise do pedido de muitas pessoas as levou a filas imensas nas agências da *Caixa Econômica Federal* (PORTAL Poder 360). A partir dessa perspectiva, pode-se refletir sobre a não possibilidade do pobre negro de usufruir do privilégio do distanciamento social.

A inexistência de políticas públicas específicas para a população negra durante o período pandêmico, ainda que os indicadores sociais mostrem como esta população tem sido historicamente vulnerabilizada, seja com a perda de vida, seja com a perda de empregos, tem sido nominada por alguns autores como uma necropolítica (SANTOS; ARRUDA, 2020). Santos e Arruda discorrem que

É importante considerarmos que muitos dos critérios definidos para a operacionalização do auxílio emergencial, a despeito de serem coerentes com a necessidade de estimular as pessoas a manterem medidas de distanciamento social (e não induzi-las a ter que ir até a algum lugar para o preenchimento de um cadastro, por exemplo), ainda assim são medidas que certamente não são “práticas” e plenamente acessíveis para

contingentes expressivos de sujeitos subalternizados que, em última análise, são os mais necessitados do amparo da política pública. Nesse ínterim, deve-se pontuar que a necessidade de realização de um cadastro, disponível em página online ou em aplicativo de smartphone, é algo inacessível para contingentes expressivos de pessoas. Ao serem obrigados a ter que encarar extensas aglomerações nas portas das agências da Caixa Econômica Federal, muitos dos beneficiários do auxílio emergencial se expuseram sobremaneira ao risco de contágio pelo Covid-19. Em certo sentido, considerando esse arranjo de coisas, podemos depreender que a própria política pública do auxílio emergencial assume certo viés necropolítico, uma vez que tem como efeito (mesmo que adverso e indesejado) a ocorrência de aglomerações entre pessoas, tornando-as suscetíveis à doença pelo Covid-19 e até à morte (ARRUDA; SANTOS, 2020, p.151-152).

A baixa renda pré-Covid-19, a informalidade laboral, a inação e desconcerto entre as esferas do poder somados ao racismo estrutural, portanto, fizeram com o que o Auxílio se tornasse mais uma ferramenta da necropolítica. Sobre isso, Santos e Silva (2022) discorrem

[negros e negras] continuaram expostos à contaminação pelo vírus através do uso de transportes coletivos, dando prosseguimento aos seus trabalhos que jamais entraram na modalidade remota, na sua maioria, tratava-se pessoas negras em serviços domésticos, faxina, portarias, cuidadores de idosos e doentes, técnicos de enfermagem, seguranças, empregados de supermercados, entregadores e comércio. O “distanciamento social” foi aplicado pelas classes médias e dominantes, que puderam se resguardar em seus lares e preservar os vulneráveis de suas famílias (idosos e doentes). (SANTOS; SILVA, 2022, p.1858).

Por esse prisma analítico, destaca-se, então, que, com os problemas e dificuldades de cadastramento, de duplicidade e de entendimento do aplicativo e do próprio calendário de pagamento, os impactos se avolumaram significativamente entre os negros e pobres, residentes de áreas periféricas, que não apenas não puderam se manter em casa para o distanciamento social, como tiveram problemas no cadastramento e no recebimento do Auxílio Emergencial. A política pública de transferência de renda – ou a ausência dela –, portanto, teve um impacto maior sobre as populações negras, tanto econômica quanto diretamente na mortalidade dessa população, visto que para resolver problemas relacionados ao recebimento do Auxílio várias dessas pessoas se expuseram ao contágio pelo coronavírus.

Ao compilar dados estatísticos sobre racismo estrutural durante a pandemia de Covid-19, o *Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde* (NOIS) elaborou uma nota técnica que analisou as discrepâncias entre óbitos e recuperados em hospitalizações por Covid-19 no Brasil, partindo de variáveis demográficas e socioeconômicas. Foram analisados 29.933 casos. Na pesquisa, o núcleo identificou que a taxa de letalidade do Brasil é elevada, sendo influenciada, precipuamente, pelas desigualdades no acesso ao tratamento.

A porcentagem de pacientes pretos e pardos que vieram à óbito (54,78%) foi maior do que os de brancos (37,93%). Os números permitem estabelecer uma relação direta entre os impactos sociorraciais já citados da implementação do Auxílio e o racismo estrutural no Brasil. Contudo é importante constantemente frisar a relevância dessa transferência de renda cuja ajuda para milhares de famílias foi imprescindível (MELO; RODRIGUES, 2021).

Com o fim da primeira versão do Auxílio Emergencial sem que, contudo, a pandemia também chegasse ao seu fim, as preocupações e incertezas acerca do futuro das famílias mais vulneráveis permaneceram. A diminuição do valor do Auxílio de

2020 para 2021 gerou uma queda abrupta da renda de muitas famílias negras que literalmente de um mês para o outro viram-se sem sua principal fonte de renda. Como o fim da pandemia se mostrava cada vez mais distante, em abril de 2021 foi anunciada a extensão do Auxílio Emergencial em sua nova versão.

Esse cenário de baixa confiabilidade no Governo Federal, somada às vicissitudes no recebimento do benefício – desde problemas com o aplicativo, falta de internet, do próprio aparelho celular a longas filas nas agências da *Caixa*, levou aos impactos sobre a população negra de maneira quase direcionada (SANTOS; SILVA, 2022). Assim sendo, o efeito amortizador do Auxílio sobre os impactos sociorraciais, num primeiro momento, foi substituído pelo quadro de racismo histórico e estrutural.

De fato, a ausência do benefício intensificou a vulnerabilidade social e econômica da população negra aliada a redução do valor, em 2021. Como por armas de fogo, a população negra é a mais afetada pela mortalidade causada pelo coronavírus. Foi o cenário de desmonte das políticas públicas para a igualdade racial, que se constituiu no compasso do Governo Federal na pandemia, que contribuiu para que a população negra fosse, em outro lamentável indicador, sobrerrepresentada no número de óbitos por Covid-19 (FIOCRUZ, 2021).

Como apresentado, a despeito da implementação de políticas de proteção social fosse um movimento de nível mundial, a decisão pela implementação da política do Auxílio Emergencial enfrentou uma série de conflitos políticos que giraram em torno das disputas de poder presentes na esfera federal, acarretando o atraso da tomada de decisão, no estabelecimento das diretrizes da política, bem como afetou a escolha do público-alvo, o tempo e o valor do benefício (ARRUDA; SANTOS, 2020). Reitera-se que essas instabilidades

afetaram a maneira como a política foi implementada, afetando mais pesadamente a população negra.

Importa salientar que apesar de todos os problemas de implementação que a política de renda básica enfrentou, ela foi essencial quando esteve vigente, evitando que milhares de pessoas enfrentassem a miséria e a fome em um período crítico de isolamento social. No entanto, o seu fim gerou uma série de consequências que se agravaram cada vez mais, posto que a pandemia foi arrefecida em decorrência das vacinas, mas a crise econômica, os níveis alarmantes de desemprego e alta inflamação que acomete o preço dos alimentos persistem como um flagelo social.

É complexo – para não dizer cruel – quando sujeitos subalternizados são acometidos por quedas bruscas em seus níveis de renda e, na pandemia de Covid-19, o contexto não foi monocausal. Pires (2020) salienta nesta conjuntura a importância do Auxílio Emergencial para que os trabalhadores subalternizados não sofressem com quedas acentuadas nos seus rendimentos. Por outro lado, Arruda e Santos sublinham que:

[...] o auxílio emergencial, com os valores que se dispõe a repassar aos beneficiários e com os critérios que foram adotados para a operacionalização da política pública, não foi capaz, por si só, de impedir com que os segmentos subalternizados da sociedade fossem compulsoriamente obrigados a arcar com os ônus mais evidentes da pandemia no Brasil, o que – conforme já se ressaltou anteriormente – pode implicar em necessidades severas a esses indivíduos. Nesse ínterim, entendemos que tal constatação reforça as evidências quanto ao caráter excludente e desigual da estrutura social brasileira. (ARRUDA; SANTOS, 2020, p. 151).

Neste estágio da reflexão, é importante lembrar que o Governo Federal não formulou a política pensando na

população negra, em condição de vulnerabilidade socioeconômica, e, tampouco, organizou uma maneira de assistir essa população de maneira a mitigar a saída às ruas e aumentar o acesso a informações. O que se viu foi uma verdadeira corrida às portas das agências da *Caixa* em busca de informações que as ajudassem a conseguir o benefício. Muitas dessas pessoas eram pobres, negras, mulheres, faveladas e subalternizadas. Percebe-se que é paradigmático refletir que os mecanismos pensados para mitigar o contágio do coronavírus foi o que, em contrapartida, alijou muitos de conseguirem o Auxílio.

Arruda e Santos (2020) analisam o fato de o Auxílio, como já mencionado, ser disponibilizado em conta bancária social criada pela *Caixa*, o que representou um empecilho para o pleno acesso ao recuso por parte da população subalternizada que, em parte, não conseguem acessar facilmente contas e nem tem documentos pessoais, o que as tornam, na prática, “invisíveis” para a política pública em análise. Assim, contingentes expressivos ficaram de fora do alcance da política uma vez que ela não foi formulada pensando nas desigualdades abissais que singram o Brasil e afetam, mormente, a população negra vulnerabilizada.

Os dados brevemente discutidos acima corroboram a perspectiva de que os impactos da pandemia, inclusive aqueles decorrentes da implementação do Auxílio Emergencial, são mais evidentes entre a população subalternizada que além de não terem o privilégio de um trabalho remoto, também desempenham trabalhos mais precários na sociedade. Para além de dificuldades no recebimento do Auxílio que dificulta ainda mais rendimentos estáveis.

Assim sendo, a reflexão supra levantada sugere que a política pública do Auxílio Emergencial, da maneira como foi implementado, infligiu impactos sanitários e sociais à população negra vulnerabilizada e não foi capaz de “alcançar” a totalidade de sujeitos que verdadeiramente precisariam dela.

Esses impactos foram observados por meio dos diversos problemas que os beneficiários enfrentaram: instabilidade do site para cadastramento; filas para cadastramento e recebimento do benefício, gerando aglomeração e possibilidade de contágio em um momento crítico da pandemia; dificuldades iniciais quanto ao CPF não regularizado; demora na tomada de decisão para o pagamento do Auxílio; restrições quanto ao tipo de movimentação a ser feita com o dinheiro em conta, de modo que em um primeiro momento, não era permitido sacar ou transferir o dinheiro; precariedade dos recursos humanos para atendimento da alta demanda em tempo de pandemia. Estes problemas representaram impactos sociorraciais, não raro, decorrentes dos pontos cegos (*blind spots*) da política pública não previstos pelos formuladores.

Considerações Finais

À luz do exposto neste artigo, defendemos a adoção de políticas públicas que, de fato, tenham a população preta – majoritariamente mais vulnerável no Brasil – como público-alvo e não como efeito colateral de sua amplitude. Para evitar que os impactos sociorraciais da pandemia se prolonguem com o tempo, aprofundando os diversos marcadores da desigualdade racial brasileira pré-existentes, marcados pelos eixos estruturantes da matriz da desigualdade e da cultura do privilégio, é necessária uma ação para além da política de distribuição de renda. Uma ação holística que abarque a área da Saúde, da Cultura, do Trabalho e outras que, de maneira interligada com justiça social, estendam o mesmo padrão de cuidado vivido pela população privilegiada deste país.

Assim, sobre a indagação inicial vale frisar, em última análise, que a política de Auxílio Emergencial não foi capaz de alcançar adequadamente a população vulnerabilizada,

nominalmente, os negros e negras. Ademais, é imperativo ter em mente que o AE, da maneira que foi implementado pelo Governo Federal, de modo centralizador, não teve a capacidade ou a celeridade que a conjuntura impunha, o que acarretou impactos adversos e evitáveis para a população em vulnerabilidade. Percebeu-se que os indivíduos com acesso precário ou nenhum acesso aos recursos imprescindíveis para se alcançar o benefício foram aqueles que historicamente já são marginalizados e inviabilizados pelo Estado.

Em médio e longo prazo, é fundamental avançar rumo a sistemas de proteção social universais, integrais e sustentáveis que não sejam meras políticas de governo, mas de Estado, num compromisso com a justiça social. Dessa forma, defendemos a ideia de um círculo virtuoso de bem-estar que inclua a população negra de maneira integral e com equidade; distribuir um auxílio e ao mesmo tempo criar as condições sociais e materiais para que as pessoas se resguardem em casa durante uma pandemia.

Para isso, é preciso, sobretudo, estabelecer garantias de renda para o conjunto da população negra vulnerabilizada, promover políticas ativas no mercado de trabalho para que essa população não fique desempregada ou sujeita à subempregos e transitar para uma economia e uma sociedade do cuidado, de maneira a consolidar a autonomia dos vulnerabilizados, como as mulheres (mormente as mulheres pretas), trabalhadores e trabalhadoras do setor informal e idosos.

Nesse interim, acreditamos que a reafirmação do papel central do Estado no processo de construção da sociedade do cuidado é imperativa e inescapável, mediante ações que tenham como horizonte a universalização de serviços de qualidade, a coordenação e intersetorialidade das políticas e a sustentabilidade financeira. É necessário estabelecer políticas e programas que atendam às necessidades específicas da população negra, o que não foi feito no Brasil durante a

pandemia da Covid-19, agravando o quadro de impactos sociorraciais. A distribuição assimétrica dos impactos econômicos e sociais da pandemia de Covid-19 escancarou o padrão estrutural das desigualdades historicamente endêmicas no Brasil.

Conforme identificou-se, apesar de todos os problemas de implementação que a política de renda básica enfrentou, ela foi essencial no período em que estava vigente, evitando que milhares de pessoas enfrentassem a miséria e a fome em período pandêmico. O avanço rumo a sistemas de proteção social universais, integrais, sustentáveis e resilientes é necessário para encarar tanto os problemas estruturais como racismo, a pobreza e a desigualdade como toda uma série de impactos que a população negra enfrenta e que põem em risco seu bem-estar e efetivo gozo de direitos. A proteção social é essencial para enfrentar riscos macrosociais vinculados às epidemias e pandemias da proporção que tem sido a da Covid-19, e os vaís e vens do ciclo econômico decorrente.

Referências

ABRAMO, L.; CECCHINI, S.; MORALES B. MORALES. *Programas sociales, superación de la pobreza e inclusión laboral: aprendizajes desde América Latina y el Caribe*. CEPAL. 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44602-programas-social-es-superacion-la-pobreza-inclusion-laboral-aprendizajes-america>. Acesso em: jan. 2023.

ABREU, L. C. de et al. Três necessidades urgentes na batalha contra covid-19: medicamentos específicos, informações e aceitação da pandemia. *Journal Hum. Growth Dev.* [online]. v. 31, n. 3, p. 371-375, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36311/jhgd.v31.12794>. Acesso em: dez. 2022.

ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARRUDA, D. O.; SANTOS, C. O. As políticas públicas e os corpos subalternizados em tempos de pandemia: reflexões a partir da implementação do auxílio emergencial no Brasil. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 56, n. 2, 2020, maio-agosto, p. 143-154. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93868583004>. Acesso em dez. 2022.

BANCO MUNDIAL. *The gradual Rise and Rapid Decline of the Middle Class in Latin America and the Caribbean*, 2021 [online]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35834>. Acesso em: nov. 2022.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. *Sobre as utilidades do Cadastro Único*. Texto para Discussão 244, UFF- Faculdade de Economia, 2008, p. 41. Disponível em: http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD244.pdf. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. *Lei nº 13.982*, de 02 de abril de 2020. Dispõe sobre o auxílio emergencial e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília/DF, 2020.

BRASIL. *Medida Provisória nº 946*, de 07 de abril de 2020. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília/DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-946-de-7-de-abril-de-2020-251562794>. Acesso: jan. 2023.

BRASIL sofre crise de liderança. *Valor Econômico*, 02 abr. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/02/brasil-sofre-uma-crise-de-lideranca.ghtml>. Acesso em: jan. 2023

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Auxílio Emergencial 2021*. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx>. Acesso em: nov. 2022.

CAIXA faz apelo para evitar filas por auxílio emergencial. *Portal Poder 360*, 07 abr. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/caixa-faz-apelo-para-evitar-filas-por-auxilio-emergencial/>. Acesso em: jan. 2023.

CAMPOS, G.W.S. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 3, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00279>. Acesso em jan. 2023.

CARDOSO, B. B. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. *Revista de Administração Pública*, FGV, v. 54 n.4, p.1052-1063, jul./ago. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200267>. Acesso em dez. 2022.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). *Observatório COVID 19 América Latina e Caribe*, 2020. Disponível em: https://www.cepal.org/es/temas/covid_19. Acesso em dez. 2022.

CUFA (Central Única das Favelas). *Mais de 70% dos negros perderam renda durante pandemia, diz pesquisa*. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/clipping/poder-360-mais-de-70-dos-negros-perderam-renda-durante-pandemia-diz-pesquisa/>. Acesso em jan. 2023.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). *Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia*. Boletim especial, novembro de 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03/index.html?page1>. Acesso em jan. 2023.

NEGROS pediram mais auxílio emergencial, mas brancos tiveram maior sucesso. *Exame*, 17 jun. 2020. Disponível: <https://exame.com/brasil/negros-pediram-mais-auxilio-emergencial-mas-brancos-tiveram-maior-sucesso/>. Acesso em: jan. 2023.

NEGROS morrem mais pela covid-19. Faculdade de Medicina UFMG, 24 nov. 2020. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/>. Acesso em jan. 2023.

NEGROS são os que mais morrem por Covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil. Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em jan. 2023.

GOES, E. F.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde* [online]. v. 18, n. 3, p. 1-7, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00278>. Acesso em jan. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_1tri.pdf. Acesso em jan. 2023.

IBGE. *Trabalho doméstico no Brasil*. Dados da Pnad Contínua, do IBGE, 4o trimestre de 2019 e o 4o trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.pdf>. Acesso em jan. 2023.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO LOCOMOTIVA. 2020. *Coronavírus nas favelas* – março de 2020. São Paulo, Locomotiva Instituto de Pesquisas, 33 p.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, v. 1 - (jun. 2021 – nº 28). Brasília: Ipea, 2021.

IPEA. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, v. 1 - (jun. 2022 – nº 29). Brasília: Ipea, 2022.

JESUS, A.; MELO, A. O. S. Reflexões em tempos de COVID-19 sobre a necropolítica a partir dos boletins epidemiológicos do ministério da saúde. *METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 255-267, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/metaxy>. Acesso em nov. 2022.

MARINS, M. T.; RODRIGUES, M. N.; SILVA, J. M. L. D.; SILVA, K. C. M. D.; CARVALHO, P. L. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. *Sociedade e Estado*, v. 36, n. 2, p. 669-692, 2021.

MELO, A. O. S.; RODRIGUES, M. N. Pandemia e Estado Necropolítico: um ensaio sobre as Políticas Públicas e o agravamento das vulnerabilidades da população negra frente ao COVID-19. *Revista Fim do Mundo*, v. 1, n. 4, p. 133-154, 2021.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Revista Arte & Ensaios*, v.1, nº 32, dezembro 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em dez. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2020a. *Painel Coronavírus* – casos e óbitos confirmados da doença. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em dez. 2022.

NATALINO, M.; PINHEIRO, M. B. *Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia*: algumas limitações práticas do auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial. Nota Técnica nº 67 – Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do IPEA. Brasília/DF, IPEA, 2020, 24 p.

NOIS (Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde/ CTC-PUC-Rio) *Diferenças sociais*: pretos e pardos morrem mais de COVID-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS. Disponível em: <https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>. Acesso em jan. 2023.

PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. (orgs.). *O negro na universidade*: o direito à inclusão. Brasília: Fundação Cultural Palmares, p. 1 – 6, 2007.

PIRES, R. Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da Covid-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. In: IPEA (org.). *A crise de Covid-19*: impactos da pandemia e recomendações de políticas públicas. Brasília, DF/IPEA, p. 51-58, 2020.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, Alexandre Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 121-143, jun. 2016.

SANTOS, F. B.; SILVA, S. L. B. Gênero, raça e classe no Brasil: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da Covid-19. *Revista Direito e Práxis* [online]. 2022, v. 13, n. 3, p. 1847-1873. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/68967>. Acesso em jan. 2023.

SANTOS, B. S. *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Boitempo, 2020.

SOUZA, P. H. G. F. *A pandemia de Covid-19 e a desigualdade racial de renda*. Boletim de Análise Político-Institucional. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), v. 1, n. 26, p. 37-44; mar. 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10519/1/BAPI_26_DesRacial.pdf. Acesso em jan. 2023.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, v.1, nº16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em dez. 2022.

SPOSATI, A.O. Covid-19 revela a desigualdade de condições da vida dos brasileiros. *Revista Nau Social*, v. 11, n. 20, p. 101-103, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/ns.v11i20.36533>. Acesso em jan. 2023.

WOLFF, C.S et al. Editorial – Pandemia na necroeconomia neoliberal. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, nº 28, p. 1-7., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n274311>. Acesso em dez. 2022.

Resumo:

O presente artigo objetiva refletir sobre a política pública do auxílio emergencial e seu impacto sobre as desigualdades aprofundadas para a população negra vulnerabilizada no Brasil, no contexto da pandemia da Covid-19. Quanto a metodologia, a partir de uma metodologia qualitativa, emprega-se a técnica de análise documental para estabelecer um diagnóstico desses impactos, analisando documentos institucionais, artigos e dados de diferentes bases (IBGE, IPEA e DIEESE). Nas considerações finais, ressalta-se que, mesmo durante os pagamentos do Auxílio, os grupos subalternizados da população brasileira, negros em sua maioria, foram aqueles que mais amargaram com as quedas de níveis de renda e a perda de emprego, também com os impactos da implementação da política; trazendo à luz as abissais desigualdades estruturais e raciais no Brasil.

Palavras-chave:

pandemia; auxílio emergencial; Covid-19; população negra; desigualdade.

Abstract:

The present article aims to reflect on the public policy of emergency aid and its impact on deepening inequalities for the vulnerable black population in Brazil, in the context of the Covid-19 pandemic. We adopt an exploratory and descriptive methodological strategy, employing the technique of document analysis to establish a diagnosis of these impacts, analyzing institutional documents, articles and data from different bases (IBGE, IPEA and DIEESE). In the final considerations, we emphasize that, even during the Aid payments, the underprivileged groups of the Brazilian population, most of them black, were those who suffered the most from the declines in income levels and loss of employment, as well as the impacts of the policy implementation; bringing to light the abysmal structural and racial inequalities in Brazil.

Keywords:

pandemic; emergency aid; Covid-19; black population; inequality.

Recebido para publicação em 17/02/2023

Aceito em 29/08/2023



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.




// Resenhas

Resenha de “The Role of External Support in Nonviolent Campaigns”

CHENOWETH, E.; STEPHAN, M. J. **The Role of External Support in Nonviolent Campaigns**. Washington DC: ICNC Press, 2021.

Thiago Perez Bernardes de Moraes

Universidade

 <https://orcid.org/>
email

As cientistas políticas Erica Chenoweth e Maria J. Stephan desenvolvem em "*The Role of External Support in Nonviolent Campaigns*" mais do que uma obra acadêmica, representando antes disso uma rota de navegação para: (a) ativistas; (b) partidos políticos; (c) sociedade civil; e (d) formuladores de políticas. As autoras apresentam uma análise profunda e meticulosa que transcende a simples observação, mergulhando em uma complexa teia de teorias e práticas. A obra ecoa não apenas nas academias, mas ressoa nos campos de batalha e nas trincheiras onde a resistência civil não violenta é exercida como forma de se alcançar objetivos dos mais diversos. Trata-se de um texto

singular, que é ao mesmo tempo elegante em sua execução e vigoroso em sua análise, transcendendo as limitações típicas das publicações acadêmicas para falar com um público mais amplo.

O primeiro ponto a se destacar nesse texto são as influências que aqui se explicitam. Primeiro, destaca-se pensamento da cientista política Theda Skocpol (1979), que é sentido ao longo de toda obra, especialmente em sua análise sobre as transformações sociais. Nesse bojo, recupera-se especialmente o pensamento de Skocpol, em *"States and Social Revolutions"*, no qual se explora de forma pioneira como as revoluções sociais podem alterar radicalmente as estruturas políticas. Chenoweth e Stephan tomam essa ideia e aplicam-na na análise de movimentos não violentos, demonstrando como a transformação social pode ser alcançada sem recorrer à violência.

Nessa sequência, a obra traz o brilho dos holofotes também para o pensamento do professor emérito de ciência política Sidney George Tarrow (1994) e sua análise sobre o poder em movimento e os ciclos de protestos no seminal *"Power in Movement"*. A aplicação da teoria de Tarrow⁵⁹ fica translúcida na maneira como as autoras examinam a dinâmica de poder dentro dos movimentos de resistência, assim como entre estes e seus opositores. A complexidade

⁵⁹ A teoria de Sidney Tarrow (1994) serve como aporte, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento da lógica dos "ciclos de protestos" e também pela noção de "oportunidades políticas". Nesse escopo, denota-se que os movimentos sociais ganham força, principalmente quando percebem oportunidades políticas nos eixos onde operam, incluindo-se, por exemplo, as divisões entre elites dominantes, ou mesmo, apoios em mudanças institucionais que favoreçam ações, ou a organização de maneira geral. Na obra de Chenoweth e Stephan (2021), o apoio externo é vislumbrado como um tipo de oportunidade com potencial de reforçar movimentos de resistência. Essa dinâmica pode afetar por sua vez os ciclos de protestos, bem como, as oposições aos movimentos e a capacidade de mobilização de recursos.

da estrutura e operação desses movimentos, explorada por Tarrow, é habilmente tecida na narrativa, adicionando profundidade e nuance.

Não menos importante é também aqui a influência de Gene Sharp (1993), professor emérito de ciência política da Universidade de Massachusetts Dartmouth, com seu trabalho "*From Dictatorship to Democracy*", que tem sido nas últimas três décadas uma figura central na teoria da resistência não violenta. Suas ideias sobre o papel da estratégia e planejamento na resistência civil ressoam na obra de Chenoweth e Stephan. Através de exemplos práticos, como a Primavera Árabe (2010), as autoras mostram como as táticas delineadas por Sharp foram implementadas, adaptadas (e às vezes reformuladas).

Por fim salienta-se a frutífera influência da erudição e humanismo de Hannah Arendt (1958). Seu tratamento sobre a condição humana e o poder coletivo inspira o modo como Chenoweth e Stephan abordam a interação entre, de um lado, movimentos não violentos e, de outro, apoio externo. A noção arendtiana de poder como algo que é criado na ação conjunta é visível na análise das autoras sobre como o apoio externo pode catalisar a resistência civil, transformando-a em um movimento mais potente e assertivo para seus fins.

A pesquisa das autoras abrange 150 movimentos (entre 1960 e 2020) e detalha casos de estudo que são tanto vibrantes quanto instrutivos. Entre eles, a Revolução das Rosas na Geórgia (2003) destaca-se pelo uso habilidoso de mídia e mobilização em massa, permitindo a remoção pacífica de um governo autoritário. A descrição vivaz das táticas, desde a estratégia de ocupação de espaços públicos até a coordenação com organizações internacionais, torna a narrativa não apenas informativa, mas envolvente.

A análise da Primavera Árabe na Tunísia (2010-2011) é igualmente reveladora. Aqui, Chenoweth e Stephan não se limitam a uma mera descrição, as autoras desvendam como a colaboração estratégica com organizações internacionais e as apropriações de tecnologias de comunicação levaram à queda do regime mão de ferro de Ben Ali (que perdurou por mais de duas décadas). Essas táticas, influenciadas pelo suporte externo, ilustram uma complexidade que transcende as fronteiras nacionais.

O livro também examina o Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos, demonstrando como o suporte internacional não apenas moldou a narrativa, mas também proporcionou recursos vitais que permitiram que o movimento florescesse. Este estudo, em particular, é um testemunho da capacidade das autoras de ligar o local ao global, um tema que percorre a obra inteira. Uma das conclusões mais interessantes que daqui emerge fundamentada em dados empíricos é de que os movimentos que recebem apoio externo, em termos de recursos materiais, têm uma probabilidade 60% maior de atingir seus objetivos em comparação com aqueles sem tal suporte.

Comparado com trabalhos anteriores de Chenoweth e Stephan, esta obra é um salto metodológico e conceitual. Enquanto "*Why Civil Resistance Works*" (2011), focou-se na eficácia da resistência não violenta, este livro abre um novo horizonte, explorando o papel multifacetado do apoio internacional, visto como uma peça-chave para o êxito das campanhas de resistência em suas diferentes etapas. Chenoweth e Stephan também não tem medo de examinar as falhas e armadilhas involucradas nesse bojo. Por exemplo, a análise do apoio externo à resistência no Zimbábue mostra como o suporte mal orientado pode ser mais prejudicial do

que benéfico. É um alerta sobre os riscos e uma chamada para a responsabilidade na assistência internacional.

Nessa conjuntura salienta-se que ao longo de conflitos históricos e contemporâneos, diversas formas de assistência externa têm sido oferecidas por atores (estatais e não estatais) em diferentes estágios do conflito. No período pré-conflito, essa assistência pode assumir a forma de financiamento, treinamento, ou provisionamento de inteligência para preparar e fortalecer grupos opostos ao poder vigente, muitas vezes com a esperança de evitar uma escalada violenta. Durante o conflito, os atores externos podem fornecer suporte militar direto, como: (a) armamentos; e (b) treinamento. Podem-se ofertar também de níveis indiretos, como: (a) sanções econômicas aos adversários; e ou (b) ajuda humanitária aos mais afetados. No período pós-conflito, a assistência tende a se focar nos esforços de reconstrução e de estabilização do país, incluindo-se aqui: (a) ajuda financeira para reconstrução; (b) treinamento de forças de segurança; e (c) apoio no delineamento de processos democráticos e de transição.

Contudo, essa obra deixa um recado muito claro para quem quiser ouvir: o impacto desse auxílio varia amplamente. Ou seja, enquanto em alguns contextos a intervenção externa pode facilitar drasticamente uma resolução pacífica, em outros, pode inadvertidamente prolongar o conflito ou mesmo criar dependências que desafiam tanto a soberania local como a autodeterminação.

Com base na pesquisa de Chenoweth e Stephan (2021), é possível destacar recomendações significativas. Primeiro, é fundamental que ativistas busquem o apoio externo, mas que se reconheça tal aporte como um tipo de auxílio secundário, garantindo desse modo que seus movimentos não se tenham excessiva dependência. Em outro espectro, é crucial que definam os ativistas,

estabeleça suas próprias agendas e que busquem treinamento oferecido por organizações reconhecidas, tendo em vista obter aprendizado com veteranos de movimentos anteriores. Como recomendação para atores governamentais, ressalta-se a urgência de se reconhecer movimentos como atores válidos e legítimos em pleno exercício de seus direitos. Desse modo, a fim de evitar escaladas de atrito, os atores governamentais devem dialogar com os movimentos, ouvindo suas vozes e reconhecendo suas demandas e formas de articulação. Outros atores não governamentais devem buscar manter uma mentalidade flexível e de apoio, priorizando o treinamento e a expansão das redes locais de ativismo.

Os apoiadores de movimentos no trabalho de Chenoweth e Stephan (2021) abrangem uma variedade de entidades e atores, dentre eles: (a) Organizações Não Governamentais Internacionais - como Amnistia Internacional e *Human Rights Watch*, fornecem aporte formal a causas globais; (b) Redes de Solidariedade Transnacionais - engloba ativistas, muitas vezes advindos do Norte Global, apoiando causas, sobretudo no Sul Global; (c) Grupos de Diáspora - constituídos por indivíduos no exterior que defendem questões de seus países de origem; (d) Grupos Universitários - mobilizam-se em ambientes acadêmicos; (e) Organizações Governamentais Multilaterais - como, por exemplo, a ONU, que têm papéis institucionais; (f) Corporações, como a Nike, exercem influência econômica substancial; (g) Governos Estrangeiros - incluindo suas respectivas agências, oferecem suporte político e diverso; (h) Organizações Sindicais Transnacionais - representam trabalhadores em escala global; (i) Grupos Rebeldes e Paramilitares - atores armados que podem fornecer apoio

estratégico; e (j) Mídia - molda as narrativas públicas acerca dos ativistas e da resistência não violenta.

As implicações desta obra são vastas. Dentro da academia, ela já se tornou um texto referencial, tanto por sua metodologia rigorosa quanto por sua abordagem interdisciplinar. Fora da academia, ativistas, políticos e formuladores de políticas encontram nele uma fonte inestimável de compreensão e inspiração. Ainda há terreno a ser explorado na pesquisa de protestos e resistência civil não violenta, e este livro lança as bases para esse futuro trabalho. Perguntas sobre a ética do apoio externo, as nuances culturais que podem afetar a eficácia da resistência e o papel das tecnologias emergentes são alguns dos caminhos que poderiam ser explorados.

Em verdade, a obra não se trata somente de uma análise acadêmica, mas, para muito além disso, se constitui como um robusto e único guia prático para a resistência civil organizada (e bem sucedida). Mantendo cuidadoso equilíbrio entre prática e teoria, esse texto é indubitavelmente um recurso inestimável para acadêmicos, ativistas e políticos. Se de um lado a obra em questão faz o papel de uma contribuição sem precedente para o campo da resistência civil, de outro, ele também lança luzes sobre possíveis objetos de pesquisa futura. Nesse diapasão, as complexidades do apoio externo, a ética do envolvimento internacional, e a dinâmica cultural são temas que este trabalho começa a explorar e que merecem uma investigação mais aprofundada.

Em última análise, o livro "*The Role of External Support in Nonviolent Campaigns*" é uma obra sem precedente e que se destaca por combinar com maestria o rigor da análise acadêmica com uma clareza translúcida a fim de se traçar linhas de diálogo com uma audiência ampla. Trata-se, desse modo, de uma contribuição essencial que fornece aporte

não só para o campo dos estudos de resistência civil partindo do ferramental das ciências sociais, mas volta-se de maneira objetiva para qualquer sujeito entender de fato as forças e pressões que moldaram (e que ainda podem moldar) nosso mundo.

Referências

ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

CHENOWETH, E.; STEPHAN, M. J. *The Role of External Support in Nonviolent Campaigns*. Washington DC: ICNC Press, 2021.

CHENOWETH, E.; STEPHAN, M. J. *Why Civil Resistance Works*. New York: Columbia University Press, 2011.

SHARP, Gene. *From Dictatorship to Democracy*. Boston: Albert Einstein Institution, 1993.

SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

TARROW, Sidney. *Power in Movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Resenha de “História Potencial: Desaprender o Imperialismo”

**AZOULAY, AÏSHA História Potencial:
Desaprender o Imperialismo.** São Paulo:
Ubu, 2024.

Danielle Santos de Freitas



<https://orcid.org/0000-0001-5474-3190>

email: danny.freitas09@gmail.com

RESUMO

Trata-se de uma resenha crítica do livro *História Potencial: Desaprender o Imperialismo*, de Ariella Aïsha Azoulay, que analisa a interseção entre história, memória e imperialismo. A obra objetiva desconstruir narrativas hegemônicas e evidenciar como a fotografia, os arquivos e os museus serviram e ainda servem como ferramentas de dominação colonial. Para isso, adota uma abordagem interdisciplinar, dialogando com teóricos de

diversas correntes do pensamento e apontando a fotografia como um dispositivo que molda relações de poder. Conclui que a forma como a fotografia tem sido utilizada, exposta e/ou arquivada reforça o imperialismo, desumaniza populações colonizadas e legitima a expropriação cultural. Como alternativa, propõe a criação de um contra-arquivo e a necessidade de desaprender as estruturas epistemológicas que perpetuam a dominação.

PALAVRAS-CHAVE: imperialismo, fotografia, memória, desaprendizagem, contra-arquivo.

ABSTRACT

This is a critical review of the book *Potential History: Unlearning Imperialism* by Ariella Aïsha Azoulay, which analyzes the intersection between history, memory, and imperialism. The book aims to deconstruct hegemonic narratives and highlight how photography, archives, and museums have served and continue to serve as tools of colonial domination. To achieve this, it adopts an interdisciplinary approach, engaging with theorists from various intellectual traditions and identifying photography as a device that shapes power relations. It concludes that the way photography has been used, exhibited, and/or archived reinforces imperialism, dehumanizes colonized populations, and legitimizes cultural expropriation. As an alternative, it proposes the creation of a counter-archive and the need to unlearn the epistemological structures that perpetuate domination.

KEYWORDS: imperialism, photography, memory, unlearning, counter-archive.

Ariella Aïsha Azoulay, em seu livro *História Potencial: Desaprender o Imperialismo*, apresenta uma reflexão incisiva sobre a interseção entre história, memória e imperialismo, convidando-nos a desaprender as narrativas hegemônicas que moldam nossa compreensão do mundo. Fruto de uma década de pesquisa, a obra dialoga com autores como Audre Lorde, Hannah Arendt, Michel Foucault, W.E.B. Du Bois, François Arago, Walter Benjamin, Sylvia Wynter, Audley

Moore, entre outros, e representa um chamado à ação ética e política.

Com uma sólida formação acadêmica e artística, Azoulay é professora do Departamento de Cultura e Mídias Modernas da Universidade Brown, graduada em Cinema e Literatura, mestre em Semiótica pela Universidade Paris VIII e doutora em História e Filosofia da Ciência e das Ideias pela Universidade de Tel Aviv, onde nasceu. Sua experiência em Teoria Política, História, Fotografia e Curadoria lhe permite oferecer uma análise complexa e abrangente.

Ao se posicionar como uma intelectual judia palestina, Azoulay propõe uma crítica contundente às estruturas de poder, violência e exclusão. Sua análise inovadora sobre as implicações políticas e ontológicas da fotografia—articulada por conceitos como o “clique do obturador” e o “obturador imperial”—ilustra como a técnica, ao transformar o mundo em categorias rígidas, contribui para a exclusão de sujeitos e histórias.

A metodologia apresentada vê a fotografia como um encontro. Essa noção de encontro vai além da simples interação entre a câmera e o sujeito fotografado; ela se baseia na ideia de que as imagens devem ser usadas para criar formas de relacionamento e entendimento, que não reifiquem as diferenças, mas as problematizem e busquem formas de reparação. Esse rompimento com a lógica do observador distante é uma recusa à passividade da academia e das práticas culturais imperialistas, propondo, em vez disso, um envolvimento ativo na reconfiguração da história e da memória.

Seu trabalho expõe o modo como a história é arquivada e lembrada, propondo um “contra-arquivo” que busca dar visibilidade a vozes e experiências ignoradas. Como Quijano (2005, p.130) destaca: “Aqui a tragédia é que todos fomos

conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira, seguimos sendo o que não somos.” Essa afirmação ressoa profundamente com a crítica de Azoulay sobre como a fotografia e outras tecnologias são utilizadas para criar imagens que moldam a identidade e a percepção coletiva, distorcendo realidades. A discussão desenvolvida ao longo do livro revela como o ato de ver e registrar é intrinsecamente ligado à lógica colonial, sugerindo que o “clique do obturador” não é meramente um ato técnico, mas uma “sinédoque das relações de poder”.

As imagens produzidas, são construções de uma “verdade” imposta, que desconsidera a agência e a voz dos retratados. Essa dinâmica, para ela, faz parte de um sistema imperial que continua a moldar a forma como vemos e nos relacionamos com os outros, principalmente os que foram marginalizados e despojados de seus direitos.

O livro original é dividido em sete capítulos, enquanto a versão brasileira – traduzida por Célia Euvaldo – contém três partes: 1. *Desaprender o Imperialismo*, 2. *História Potencial: Sem as Ferramentas do Senhor, Sem Ferramenta Nenhuma* e 3. *Reparo, Reparações, Retorno: A Condição de Mundanidade*. Apesar da redução, a tradução mantém a essência provocadora da obra para os estudos decoloniais.

No prefácio, a autora expressa sua recusa em se identificar como israelense e explica: “Eu me recuso em parte porque ser israelense significa ter direitos a terras roubadas e à propriedade alheia. Não me recuso, entretanto, aceitar as implicações herdadas dessa posição de agressora, a partir das quais e contra as quais esse livro foi escrito.” (Azoulay, 2024, p. 12). Assim, elanos leva a refletir a complexidade das implicações morais dessa identidade, que está imbuída de violação e apropriação.

O primeiro capítulo, intitulado *Desaprender o Imperialismo*, é estruturado em torno da crítica ao papel das instituições culturais e dos artefatos saqueados, que se tornaram símbolos de um progresso imperial. A autora argumenta que esses artefatos, embora preservados, carregam uma narrativa de progresso que omite a violência, a destruição e o despojamento das comunidades originárias. A ideia central deste capítulo é a necessidade de “desaprender” essas narrativas, o que implica uma revisão crítica dos valores e normas que sustentam a visão ocidental sobre arte e patrimônio cultural.

Desaprender é uma maneira de reverter o papel dos marcos normalizados que estruturam o campo fenomenológico, marcos a partir dos quais a história moderna ainda é concebida e narrada, por exemplo, progresso e democratização no lugar de, digamos, destruição, apropriação e privação, seguidos (como em fases posteriores) pela “generosidade” imperial de prover aos despossuídos mediante políticas imperialistas. (Azoulay, 2024, p. 30).

O conceito de desaprender o imperialismo é apresentado como uma forma de resistência. Esse processo não se limita à crítica do imperialismo enquanto prática histórica, mas envolve uma desconstrução das formas de conhecimento e das estruturas que perpetuam o domínio imperial. O “desaprender” sugere uma mudança radical de paradigma: em vez de dar continuidade as divisões temporais e espaciais que sustentam o império, propõe uma ontologia política, adversa a hierarquia de saberes, e que restabeleça um diálogo igualitário entre as diferentes experiências humanas.

Neste capítulo, a concepção do tempo assume um papel central. Para a autora, o tempo é a ferramenta imperial mais

poderosa, pois a cronologia imposta pelo colonialismo reorganiza a história de forma a legitimar a exploração e o domínio imperial. Ciente disso, Azoulay propõe exercícios para desfazer a operação do obturador no espaço, no tempo e no corpo político, ressaltando que é necessário exercitar um pensamento não imperial como forma de aprender com a reversão.

O marco que oficializa a história da fotografia no mundo é 1839, mas a autora desloca suas origens para 1492, demonstrando que o passado não é uma simples sucessão de eventos, mas uma sedimentação que possibilita determinadas configurações no presente. Ela, busca evidenciar como uma série de acontecimentos históricos — genocídios, sociocídios e a produção e reprodução de ideias coloniais — foram injetadas na sociedade ao longo dos séculos para que, em 1839, a fotografia surgisse como uma nova aquisição, uma nova tecnologia a serviço da lógica imperial. Dessa forma, a fotografia não pode ser compreendida como um simples avanço técnico, mas como parte de um aparato que sustentou e naturalizou a dominação colonial, consolidando a separação entre aqueles que registram (sujeito) e aqueles que são transformados em (objeto) de registro.

Pensar a fotografia apenas no tempo em que ela foi oficializada significa separá-la da história, reproduzindo exatamente a lógica para a qual foi criada: não apenas registrar eventos, mas construir um tempo apartado, no qual os povos colonizados são fixados em um passado distante, dissociado do presente e do futuro. Essa manipulação temporal sustenta a narrativa do progresso ocidental, convertendo objetos e culturas vivas em relíquias do passado e, assim, justificando sua apropriação e controle. Como enfatiza Bárbara Pinheiro (2019, p. 331), “é preciso

educar a juventude mostrando narrativas diversas e decoloniais dos diferentes marcos civilizatórios que nos constituíram.” A fotografia, enquanto tecnologia imperial, tem sido um dos instrumentos fundamentais para sedimentar uma visão eurocêntrica da história, apagando as contribuições e existências de povos não europeus.

Essa lógica também se conecta à crítica de Rodney William (2020), que aponta que “o racismo alimenta no imaginário coletivo as noções de superioridade branca e inferioridade de outros grupos étnicos” (p. 71). A fotografia, ao capturar imagens de povos colonizados a partir do olhar europeu, construiu um imaginário racializado que reforça a desigualdade global. A própria forma como as imagens foram organizadas nos arquivos ocidentais evidencia o controle imperial sobre a narrativa histórica, tratando sujeitos colonizados como objetos de estudo e não como agentes históricos.

Outro ponto importante levantado é a crítica à restituição de bens culturais que tem sido feita pelos museus de vários países. Azoulay argumenta que: “[...] o que foi tomado pelo movimento imperialista irrefreável, e retido como se fosse propriedade natural das instituições ocidentais, não pode ser parcimoniosamente redistribuído por meio de caridade, incrementos educacionais ou ajuda humanitária.” (Azoulay, 2024, p. 30). Dessa feita, aponta a conivência dos museus com o colonialismo, afirmando que esses espaços reproduzem a violência simbólica ao preservar objetos fora de seu contexto cultural e denuncia as tentativas de reparação como insuficientes, lembrando que a perda cultural é irrecuperável. Essa análise se torna especialmente relevante diante das discussões contemporâneas sobre colonialismo cultural e reparação.

No segundo capítulo, intitulado: *História Potencial: Sem as ferramentas do Senhor, Sem ferramentas nenhuma*, aborda o papel da história convencional na validação e manutenção da violência imperial. Sugere que, ao narrar os acontecimentos a partir de uma perspectiva que os encerra no passado, a disciplina histórica oculta a continuidade e as repercussões dessa violência no presente. “A história potencial” surge como uma resposta radical a essa limitação, recusando-se a aceitar que as consequências da violência imperial sejam perenes ou que a história deva ser contada de forma linear e finalizada.

A autora se dirige à história como uma ferramenta imperial, “ferramenta do Senhor” usada para validar e viabilizar a dominação através da narração de “histórias plausíveis”, que, por sua vez, escondem a brutalidade que molda essas narrativas. Essa reflexão se articula com a crítica de Pinheiro (2019), que discute como a colonialidade ainda estrutura nossa percepção de ciência e conhecimento:

Tocamos nossa existência chamando a Europa de ‘o velho mundo’ (mesmo sabendo que a humanidade surgiu na África); quando viajamos para a Europa dizemos que vamos ao berço das civilizações (mesmo sabendo que no mundo existem civilizações anteriores) [...]. Acreditamos que a Europa é o padrão de ciência e intelectualidade, assim sendo todo fenótipo fora do padrão europeu (a exemplo de pessoas negras e indígenas) é caracterizado como não desenvolvedor de ciência, mas de conhecimentos populares, de não intelectual, mas destinado a trabalhos braçais. (Pinheiro 2019, p. 333).

Ao recusar a transmutação da violência em história, a autora constrói uma narrativa insurgente que mantém vivas as lutas e potencialidades marginalizadas ou sufocadas pelas

narrativas dominantes. Ressalta, portanto, uma nova abordagem que reconheça essa violência, e afirme a possibilidade de reverter seus efeitos. “Os especialistas criam a história por meio da tecnologia imperial.[...], com mapas, pesquisas, censos, estatísticas, gráficos visuais e relatos acadêmicos, e nos apresentam esse mundo como fato consumado. Ele não é um fato consumado.” (Azoulay, 2024, p. 94). Isso implica que, a forma como a história é produzida e apresentada não é neutra, mas sim uma construção que serve aos interesses do poder.

A história potencial nos instiga a refletir sobre um possível deslocamento analítico de instituições culturais (arquivos, museus e bibliotecas) como ferramentas do senhor, para o reconhecimento das lutas contínuas, como a dos povos negros, indígenas e da resistência palestina, como partes de um presente em disputa.

No terceiro capítulo, *Reparo, Reparações, Retorno: A Condição de Mundanidade*, a autora explora as complexas relações entre o arquivo histórico, a violência da escravidão e a luta por reparações. O texto critica a abordagem tradicional de arquivos como fontes definitivas para quantificar o impacto da escravidão, e argumenta que eles perenizam a desumanização ao transformar milhões de africanos escravizados em estatísticas, apagando suas histórias e individualidades. Ou seja, para ela a história não deve apenas descrever o desenvolvimento dessas ferramentas, mas se comprometer a torná-las inaplicáveis no futuro.

O conceito da “porta do não retorno” ilustra a brutalidade desse processo: um conceito para a experiência de desumanização daqueles que foram arrancados de seus mundos e transportados para uma realidade que os redefiniu exclusivamente como escravos, negando suas

vidas e histórias prévias. Esse processo de desumanização remete ao pensamento de Mbembe, segundo o qual “a raça era simultaneamente o resultado e a reafirmação da ideia global da irredutibilidade das diferenças sociais” (Mbembe, 2014, p. 57). A raça, nesse contexto, surge como uma construção que justifica e mantém a hierarquia e a exploração, sendo fundamental para a dominação colonial e escravista.

Neste terceiro capítulo, a questão do arquivo, que permeia todo o livro, é aprofundada, destacando seu papel como uma tecnologia que legitima a violência de forma institucionalizada. Longe de ser um repositório neutro de fatos, o arquivo funciona como uma ferramenta de dominação, reduzindo indivíduos a categorias desumanizadoras, como a persistência do rótulo de “escravo” mesmo após a abolição formal.

Se nos capítulos anteriores foram trabalhados consecutivamente a ideia de “desaprender o imperialismo” e a identificação das “ferramentas do Senhor”, neste terceiro capítulo ela trabalha o conceito de “letramento do imperdoável”, uma ideia que inflama as práticas convencionais de leitura de imagens e documentos históricos, destacando que, ao olhar para as imagens e registros de pessoas escravizadas, devemos rejeitar a narrativa que limita essas pessoas ao estatuto de escravos, e em vez disso, imaginar suas vidas e histórias antes do cativeiro. Esse letramento exige que se reconheça a violência contínua do roubo de suas vidas e que se conteste as estruturas arquivísticas que priorizam detalhes técnicos sobre a realidade humana da escravidão.

A autora nos impele não invalidar a tecnicidade dos arquivos mas, a questionar como o debate sobre reparações é conduzido. Com o argumento de que o foco em “precisão

histórica” – em termos de datas, lugares, contratos e valores financeiros – obscurece a lógica mais ampla da violência imperial e colonial. O sistema arquivístico, quando impõe a necessidade de mais pesquisa para justificar as reparações, limita a compreensão da violência histórica e, portanto, da urgência e legitimidade das reivindicações de reparação.

Um dos conceitos centrais do livro é o de concidadania. Esse conceito rejeita a lógica da cidadania imperial, que define quem é digno de direitos e quem está excluído, e propõe uma visão de pertencimento que não é determinada por fronteiras nacionais ou pelo status de “cidadão”. A concidadania, ao contrário, é um conceito que abarca todos aqueles que se opõem ao colonialismo, ao capitalismo racial e à exclusão, criando um novo tipo de solidariedade entre sujeitos. Essa proposta de concidadania não é uma meta para o futuro, mas uma prática presente que exige uma reconfiguração das relações políticas e sociais, reconhecendo a dignidade e os direitos de todos, independentemente das classificações impostas pelo imperialismo.

O livro também critica a busca incessante por “novidades” no campo acadêmico, e questiona a ideia de que as soluções para os problemas contemporâneos sejam inéditas. A autora afirma que a resistência ao imperialismo, ao colonialismo e ao capitalismo não é uma invenção moderna, mas uma prática que já existia entre os povos oprimidos, cujas histórias foram apagadas ou distorcidas. O desaprender implica, portanto, um reconhecimento de que a resistência e as formas de reparação não precisam ser descobertas, mas sim recuperadas e revitalizadas. Portanto, a leitura de *História Potencial* é essencial não somente para acadêmicos, mas para qualquer pessoa interessada em compreender as complexidades da história contemporânea e o papel que

cada um desempenha na construção de um futuro mais justo.

Azoulay (2024) nos instiga a refletir sobre nossa própria posição no mundo e a responsabilidade que temos para com aqueles que ainda lutam contra as consequências do imperialismo. Desse modo, essa obra é um manifesto por um olhar mais crítico e humano sobre o passado e suas implicações no presente.

Referências

AZOULAY, Ariella Aïsha. *História Potencial: Desaprender o Imperialismo*. Ubu Editora, 2024.

MBEMBE, Achille. *Sair da Grande Noite: Ensaio sobre a África Descolonizada*. Portugal: Edições Pedago-LDA, 2014.

PINHEIRO, Bárbara. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 19, p. 329–344, 2019.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas*. CLACSO, Buenos Aires, 2005.

WILLIAM, Rodney. *Apropriação Cultural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.